

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Dorival Bonfá Neto

**Pesca artesanal e conflitos socioambientais na comunidade
da Ilha Diana (Santos-SP)**



Pescadores (Di Cavalcanti, 1951)

São Paulo, outono de 2017

DORIVAL BONFÁ NETO

Pesca artesanal e conflitos socioambientais na comunidade
da Ilha Diana (Santos-SP)

Trabalho de Graduação Individual
apresentado ao Departamento de
Geografia da Universidade de São
Paulo para obter o título de
Bacharel em Geografia.

Área de concentração: Geografia
Humana

Professor Orientador: Dr. Júlio
César Suzuki

São Paulo, abril de 2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família que sempre esteve ao meu lado com muito amor, carinho, dedicação, alegria e por terem apoiado as minhas decisões nessa estrada da vida, me amparado e fazendo com que eu me sentisse seguro até nos momentos mais difíceis. Agradeço a minha mãe Vera, que embora mulher de poucas e simples palavras é um exemplo de pessoa honesta e de dignidade, e é a pessoa que me ensinou os maiores valores da vida, como o respeito à diferença, a luta pela igualdade entre os humanos, a consciência de classe e o respeito e gratidão que devemos ter à outra mãe, a Mãe Terra, que diariamente nos alimenta e nos torna um só dentro do imenso ciclo que é a vida. Agradeço também ao meu pai Júnior, aos meus avós Sônia e Dorival, sem aos quais jamais teria conseguido sair de uma cidadezinha do interior de São Paulo para vir cursar Geografia na capital paulista. Agradeço à minha companheira (palavra presente desde o latim popular, *companio*, com que se divide o pão) Thaís, que há alguns anos tem estado comigo e compartilhando tudo aquilo que a vida pode proporcionar, e juntos crescemos, nos completamos e buscamos nos tornar pessoas melhores a cada dia.

Agradeço também ao seu Mauri, sem o qual não poderia ter realizado esse trabalho, pessoa de um caráter, valor e simplicidade incrível, e dotada de um saber mais valioso que qualquer bem material. Pessoa com o qual tive maravilhosas conversas em momentos quando nos sentávamos de frente ao Rio, olhávamos nos olhos e para os manguezais e ele me contava suas histórias. Agradeço também aos outros pescadores e pescadoras, moradores e moradoras da comunidade da Ilha Diana, que mesmo com tantos problemas e dificuldades é fazem do bairro um lugar gostoso e de um cotidiano peculiar e apaixonante, e que me receberam de braços abertos para as conversas sobre o trabalho.

Agradeço ao professor Júlio César Suzuki por ter me orientado nesse trabalho e por ter compartilhado suas experiências e conhecimentos durante os cursos que lecionou e eu pude ter o privilégio de assistir. Agradeço também a professora Sueli Furlan, pessoa maravilhosa que me fez despertar e apaixonar na diversidade de culturas na riqueza imaterial que as sociedades humanas possuem, e agradeço também aos outros professores do D.G. sem os quais não poderia ter construído os conhecimentos para esse trabalho. Por último agradeço aos meus bons amigos e camaradas, os de São Paulo e os do interior, pelas risadas, bons momentos, diversões e alegrias compartilhadas.

A grande família (RECLUS, Élisée)

O homem adora viver no sonho; o esforço que o pensamento deve exercer para apreender as realidades parece-lhe demasiado difícil, e ele tenta escapar dessa luta pelo refúgio em opiniões já prontas. Se “a dúvida é o travesseiro do sábio”, a fé simplória é o travesseiro do pobre espírito.

Houve um tempo em que o poder de um deus supremo, que sentia em nosso lugar, queria, agia fora de nós e conduzia a seu bel-prazer o destino dos homens, bastava-nos amplamente e fazia-nos aceitar nosso destino fatal com resignação ou, inclusive, com gratidão. Agora, esse deus pessoal, no qual os humildes tinham confiança, agoniza em seus templos e os mortais tiveram de substituí-lo.

Mas eles já não têm Potência Augusta a seu serviço: só tem palavras às quais buscam dar, como uma virtude secreta, um poder mágico: por exemplo, a palavra “Progresso”.

Sem dúvida, é verdade que, sob muitos aspectos, o homem progrediu: suas sensações tornaram-se mais refinadas, creio; seus pensamentos mais agudos e mais profundos, e a amplitude de sua humanidade, abraçando um mundo mais vasto, aumentou prodigiosamente. Mas nenhum progresso pode realizar-se sem retrocesso parcial.

O ser humano cresce, mas, crescendo, desloca-se, e, avançando, perde uma parte do terreno que outrora ocupava. O ideal seria que o homem civilizado tivesse conservado a força selvagem, que ele também tivesse sua habilidade, que ainda possuísse o belo equilíbrio dos membros, a saúde natural, a tranquilidade moral, a simplicidade da vida, a intimidade com os animais dos campos, o bom acordo com a terra e tudo que a povoa. Mas o que outrora foi a regra é agora a exceção.

É-nos provado por inúmeros exemplos que o homem de energética vontade, amplamente favorecido por seu meio, pode igualar-se completamente ao selvagem em todas as suas qualidades primevas, e acrescentando a elas por sua consciência fortalecida em uma alma superior; mas quantos são esses que adquiriram sem perder, que são simultaneamente os iguais do primitivo em sua floresta ou em seu prado e os iguais do artista ou do cientista moderno, nas cidades laboriosas?

LISTA DE FIGURAS E FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Jangadas na praia de Caraúbas, Maxaranguape (RN).....	37
Fotografia 2 – Jangadas repousando na praia de Caraúbas, Maxaranguape (RN).....	40
Fotografia 3 – Habitação com cerca na Ilha Diana.....	74
Fotografia 4 – Habitação de madeira na comunidade da Ilha Diana.....	75
Fotografia 5 – Brinquedoteca e creche da comunidade.....	75
Fotografia 6 – Escudo da equipe de futebol da Ilha Diana.....	76
Fotografia 7 – Campo de futebol do bairro.....	76
Fotografia 8 – Escola Rural Municipal da Ilha Diana.....	77
Fotografia 9 – Base aérea de Santos.....	79
Fotografia 10 – Caminhos caiçaras entre as casas.....	81
Fotografia 11 – Habitação caiçara sem a presença de muros.....	81
Fotografia 12 – Local da antiga igreja do bairro.....	84
Fotografia 13 – “Siriúba” ou “mangue preto”.....	90
Fotografia 14 – “Chatinha” de madeira do Seu Mauri e ao lado uma de fibras.....	97
Fotografia 15 – “Gerivá” pendurado em uma árvore.....	98
Fotografia 16 – Redes, instrumentos de pesca e local de embarque e desembarque da pescaria.....	99
Fotografia 17 – Embarcação a motor pronta para sair pra pescaria.....	101
Figura I - Localização do município de Santos (23°57’42” Sul, 46°19’56” Oeste).....	13
Figura II - Localização da comunidade da Ilha Diana.....	14
Figura III - Xilogravura de indígenas publicada no livro <i>Duas viagens ao Brasil</i> [1557].....	31
Figura IV – Localização das fotografias na Ilha Diana.....	74
Figura V – Dimensões do Terminal Embraport.....	107
Mapa 1 - Limite aproximado do território ocupado por populações tradicionais não indígenas.....	20
Mapa 2 - Território ocupado por populações caiçaras.....	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipologia de formas de organização da produção pesqueira.....	11
Tabela 2 - Principais transformações envolvendo as populações caiçaras.....	48
Tabela 3 - Principais pescados e extraídos na Ilha Diana.....	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 - COMUNIDADES TRADICIONAIS E O PESCADORES ARTESANAIS	
1.1 - Comunidades tradicionais.....	17
1.2 - Conhecimento tradicional.....	22
1.3- Pescadores artesanais: caracterização e regionalização	
1.3.1 – A chamada pesca artesanal.....	25
1.3.2 – A pesca e os indígenas.....	28
1.3.3 – Açorianos.....	32
1.3.4 – Praieiros.....	34
1.3.5 – Jangadeiros.....	35
1.3.6 – Caiçaras e presença da cultura na Baixada Santista.....	41
2 - TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA PESCA	
2.1- Estado e Território.....	52
2.2- A pesca no Brasil Colônia e Império.....	55
2.3- Transformações na pesca de 1889 até 1923.....	58
2.4- A missão da Marinha de Guerra no Cruzador José Bonifácio.....	61
2.5- Políticas públicas e a pesca de 1930 até 1960.....	62
2.6- Políticas públicas e a pesca de 1961 até 1988.....	64
2.7- Políticas públicas e a pesca após 1989.....	68
3 - CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE DA ILHA DIANA	
3.1 – Localização e características gerais da Ilha.....	73
3.2 - Da lama ao caos: histórico e cultura caiçara na comunidade.....	78
3.3 - Do caos à lama: relação da comunidade com os manguezais	
3.3.1 – Mangue, o conceito (Manifesto Caranguejos com Cérebro).....	87
3.3.2 – Homens e caranguejos.....	87
3.4 – Pesca artesanal na comunidade.....	93
3.5 – Um homem roubado nunca se engana: conflitos que envolvem a comunidade e a pesca.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	117

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país cujo litoral possui 7491 quilômetros de extensão e abrange 17 dos 27 estados do país, marcado pela presença de diversos ecossistemas, como mangues, restingas, dunas, costões rochosos, estuários, deltas, lameiros, salinas e brejos. O diverso litoral brasileiro é ocupado desde antes de 1500 por diversas sociedades autóctones, que ocupavam o território em pequenas comunidades e de maneira cuja degradação ambiental provocada foi quase inexistente, pela relação de simbiose com a natureza.

A imensidão do território brasileiro favoreceu que a sua ocupação se desse de maneira muito variada, pois além da diversidade de paisagens e domínios naturais, também houve uma grande miscigenação na população, consequência dos diversos e expressivos vínculos migratórios para o território brasileiro, onde se estabeleceram distintas maneiras de relação entre sociedade e natureza, que favoreceu a formação de sociedades tradicionais (DIEGUES, 1995).

As sociedades tradicionais podem ser divididas entre indígenas e não indígenas, estas possuem uma cultura onde há uma miscigenação mais recente em sua base, e que contam com muitos aspectos da cultura indígena, como o modelo de ocupação do território, a utilização de recursos naturais e um modo de vida baseado no tempo natural. Entre as sociedades tradicionais não indígenas estão os praiheiros, jangadeiros, caiçaras e açorianos. Para essas sociedades tradicionais a pesca artesanal litorânea é um elemento determinante do modo de vida, do trabalho e produção, portanto de organização territorial (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Sendo assim, o litoral brasileiro, desde séculos atrás até hoje, é espaço de uma atividade de grande relevância social, cultural e econômica, a pesca artesanal, sendo esta já praticada pelos indígenas há centenas de anos, evidenciada pelo grande número de sambaquis e depósitos de conchas encontrados em muitos sítios arqueológicos. Segundo Cristina Adams (2000), os sambaquis são evidências de comunidades que ainda não praticavam o cultivo de plantas e possuíam uma cultura pré-cerâmica e esses povos foram sucedidos por povos de acampamentos conchíferos, que se alimentavam basicamente de peixes. Porém esses depósitos foram destruídos pelos colonizadores que utilizavam o calcário para cair as casas e pavimentar as ruas das antigas vilas e cidades (ADAMS, 2000).

No período colonial, além da pesca indígena de subsistência, houve início da pesca da baleia, constituindo-se em um monopólio da monarquia portuguesa e realizada normalmente por negros escravos e recém-libertos, sendo este tipo de pesca mais comum na Bahia, no litoral sul de São Paulo e no litoral de Santa Catarina (DIEGUES, 1995).

Até o início do século XX, a pesca era realizada junto com a agricultura como forma de subsistência e produção para pequeno comércio, por diversas comunidades litorâneas de diferentes culturas, entre elas a do Praieiro, do Jangadeiro, do Caiçara e o açoriano, sendo que todos esses grupos dependiam e muitos dependem ainda hoje da atividade pesqueira realizada de maneira artesanal.

Segundo Resende (2014), as relações institucionais entre pesca e Estado se iniciam nas primeiras décadas do século XX. Com o advento da República, a atividade pesqueira foi constituindo-se com a influência de diversas ações do Estado, por meio de ações territoriais, em que as instituições representativas da pesca foram criadas norteadas pelos interesses do Estado, não dos pescadores artesanais.

Assim, é possível perceber que essas sociedades tradicionais têm sofrido com ações territoriais permeadas por interesses externos, tendo o Estado como agente, que coloca em ameaça a reprodução de seu modo de vida. É então por meio de reterritorializações que as sociedades pesqueiras têm o seu modo de vida alterado por agentes, como o Estado, que passam a controlar e utilizar os pescadores artesanais como um instrumento de manutenção do controle territorial e do poder, tornando-os sujeitados aos seus interesses. Portanto, o território e os sujeitos que o controlam são fundamentais para entendermos os processos de transformações na pesca artesanal brasileira.

A principal ação do Estado com o fim de institucionalizar a pesca e controlar o território pesqueiro foi a missão executada pela Marinha do Brasil, no Cruzador Auxiliar José Bonifácio, com o objetivo de conhecer socialmente e ambientalmente toda a costa brasileira. Foram criadas as colônias de pescadores, com o objetivo de exercer o controle sobre a espacialidade local do pescador, como necessidade do sistema capitalista de controlar a organização política do território onde será exercido o seu poder (RESENDE, 2014).

[...] a atividade pesqueira, além de se tornar parte da estratégia do Estado de dominar o território conhecendo-o garantiu segurança das áreas costeiras sob o controle da Marinha e ainda possibilitou ao

governo republicano controlar os meios de produção no setor. Assim cria-se uma das importantes condições estruturais e burocráticas da materialidade do Estado-Nação (RESENDE, 2014, p.49).

A partir das primeiras décadas do século XX, a pesca começou a desenvolver-se nos arredores dos centros urbanos, sendo voltada para a produção de mercadoria, surgindo o chamado atravessador, pessoa que financia e comercializa a produção do pescado feita pelos pescadores artesanais. Por volta de 1960 foram introduzidos no processo de pesca artesanal o gelo, as redes de náilon e o motor para a embarcação, sendo que esses fatores aumentaram a dependência dos pescadores em relação ao mercado e aos comerciantes. Na década de 1930 no Rio de Janeiro, surgem as primeiras empresas de captura de pescados, especializadas em sardinha. Anteriormente a quase totalidade da pesca no Brasil era realizada por pescadores artesanais, que realizavam uma gestão familiar ou de vizinhança de seus meios de produção, o contato com outras sociedades dava-se principalmente para o comércio (DIEGUES, 1995).

No sul do Brasil, devido à presença de grandes estoques pesqueiros e centros consumidores de acumulação de capital, foi possível a formação de uma pesca empresarial capitalista, que se expandiu a partir da década de 1960, quando incentivada pelo governo brasileiro, que a partir de 1980 estende esses incentivos para a aquicultura e maricultura, porém, nas últimas décadas do século XX, várias indústrias pesqueiras transferiram-se para o litoral amazônico, entre o Pará e o Maranhão. Assim, empresas passaram a monopolizar atividades de captura de pescado, destinados em sua maioria à exportação e culminando em ampliação de investimentos portuários e de infraestrutura para beneficiamento, estocagem, transporte e comercialização do pescado.

Antônio Carlos Diegues (1983) classificou distintas formas pelas quais o trabalho da pesca se organiza no Brasil e é importante ser ressaltado que todas as formas possuem uma existência histórica, porém cada uma é dominante em um determinado lugar e em um determinado período, e ao longo do tempo as distintas formas coexistem e se articulam. As formas de pesca são as seguintes:

1) Pesca de subsistência: Hoje é somente praticada entre algumas comunidades indígenas e em alguns agrupamentos ribeirinhos, é praticada em conjunto com outras atividades de subsistência como a caça e o cultivo. A unidade de produção é familiar ou comunitária. O pouco excedente normalmente é utilizado em uma economia de troca.

2) Produção mercantil simples dos pequenos produtores litorâneos, os

“pescadores-lavradores”: A pesca ocorre tendo-se em vista o comércio, ou o valor de troca, pois o pescado é produzido principalmente para a venda, mas é utilizado também como subsistência, e os instrumentos utilizados para a pesca são rudimentares. A atividade da pesca é restrita aos períodos de safra, a propriedade é familiar ou de vizinhança (mulheres pouco participam do processo), o excedente é comercializado e a principal atividade de subsistência é a agricultura. As embarcações não costumam ser motorizadas e por isso, a pesca fica restrita a lagunas, baías ou ambientes protegidos.

3) Pequena produção mercantil pesqueira (ampliada), o “pescador artesanal”: A pesca é a principal fonte de renda e produção de bens destinados à venda. A unidade de produção não se limita à família e nem à vizinhança, a diferença entre os proprietários dos meios de produção é mais nítida e verticalizada (havendo muitas vezes o dono da embarcação e os “pescadores”). Esse tipo de pesca explora ambientes mais amplos que os tipos anteriormente citados, por isso é necessário um conhecimento mais específico sobre a atividade pesqueira. Há a introdução de equipamentos mais sofisticados como redes de náilon e embarcações motorizadas.

4) A pesca empresarial Capitalista: Os meios de produção são posse de uma empresa capitalista organizada verticalmente, a produção é fragmentada em etapas como a captura, industrialização e comercialização. O principal objetivo é converter o total da produção em mercadoria. Os trabalhadores da empresa são remunerados através do salário, a tripulação não tem nenhuma autonomia sobre o processo geral da pesca. São introduzidos equipamentos modernos como o sonar e a ecossonda. Os barcos exigem grande infraestrutura. A principal finalidade da atividade é a produção da mercadoria e a obtenção da mais-valia.

A pesca realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil, no presente trabalho, será chamada de pesca artesanal, pois as duas formas de pequena pesca mercantil (pescadores-lavradores e pescadores artesanais) em comum objetivam em maior ou menor grau a venda do pescado, que pressupõe uma divisão social do trabalho que faz com que surjam funções mais especializadas, a apropriação da produção é através do sistema de partilha ou quinhão e a forma de produção é baseada na mercadoria, portanto são formas artesanais de realização da atividade pesqueira (ADAMS, 2000).

Tabela 1 - Tipologia de formas de organização da produção pesqueira. Elaborada pelo autor. Fonte: Antônio Carlos Diegues (1983).

Formas	Subformas
Pesca de auto-subsistência ou primitiva	
Pesca realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil	Pequena produção dos pescadores-lavradores Pequena produção dos pescadores artesanais
Produção pesqueira capitalista	Produção dos armadores de pesca Produção de empresas de pesca

Esse modo de pesca (artesanal) entrou em conflito com algumas transformações ocorridas, como a chegada da atividade e especulação imobiliária e do turismo, a implantação de polos químicos, petroquímicos, minero-metalúrgicos, poluição dos estuários, intensa atividade portuária e pesca industrial predatória (DIEGUES, 1995). Esses conflitos têm provocado a expulsão dos pescadores artesanais de suas praias e a expropriação de suas terras e seus pesqueiros de maneira violenta, o que cria a necessidade da busca de outras fontes de rendas, como no comércio, serviços e turismo, que normalmente se encontram na cidade.

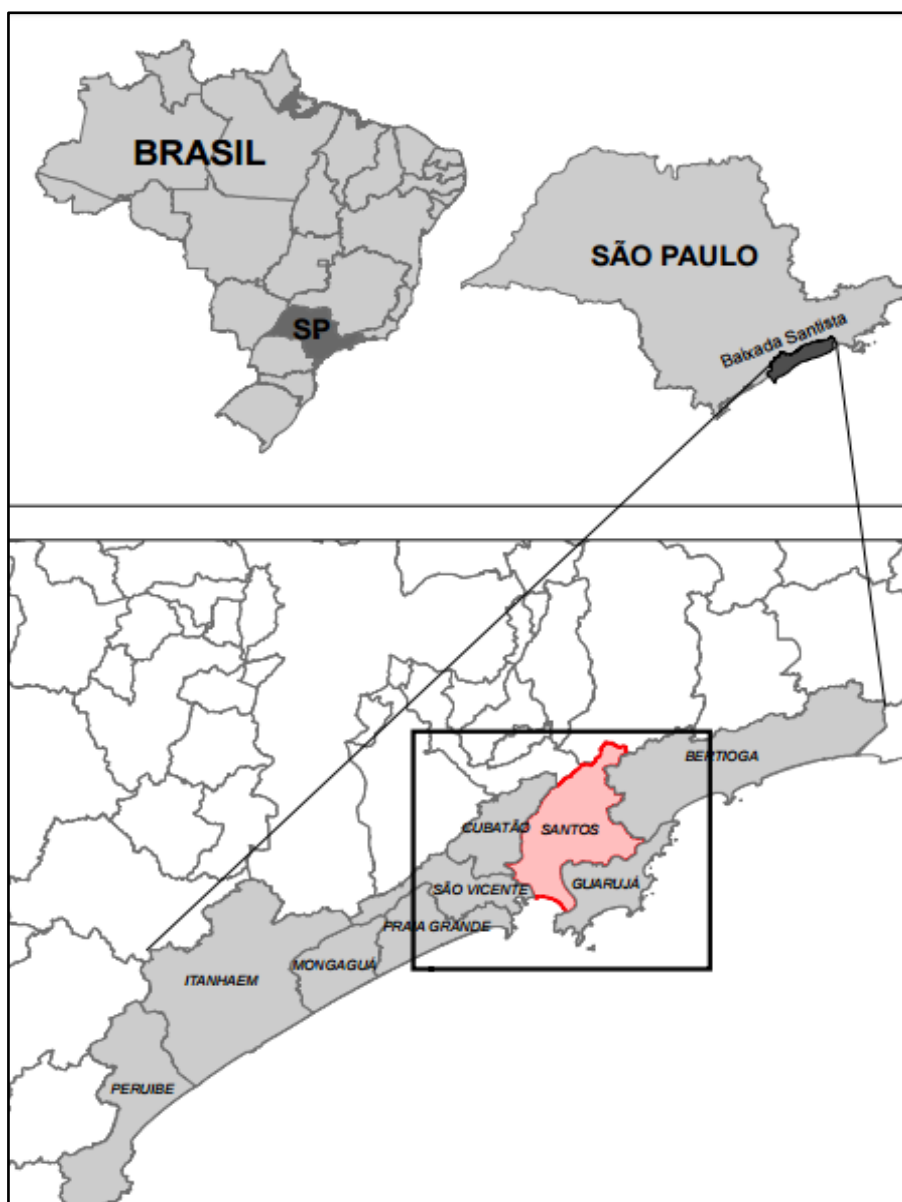
Também há o caso da criação das áreas protegidas e restritivas que causam impactos na produção pesqueira artesanal, inviabilizando a reprodução da pesca e da agricultura. Esses diversos fatores apontados têm causado além do fim da importância da pesca artesanal em alguns locais, a transformação de comunidades pesqueiras em periferias urbanas marginalizadas e excluídas.

Na Baixada Santista foi onde a profissionalização do pescador ocorreu mais cedo, no início do século XX. Alguns fatores favoreceram esse acontecido, como a existência de trabalhadores conhecedores da arte da pesca, a falta de outras atividades para que pudessem garantir a sua renda e um amplo mercado consumidor. Por isso foi da cidade de Santos que saíram as primeiras embarcações a motor, e isso foi responsável pelo abandono da agricultura itinerante e do extrativismo em detrimento da migração de mão de obra para a pesca embarcada (ADAMS, 2000).

A importância da agricultura para o caiçara foi diminuindo conforme essas populações foram tomando contato com outras atividades, seja via marítima, seja pela abertura das comunicações terrestres. [...] Sua visão de mundo e sua relação com o tempo e o espaço através do calendário das atividades agrícolas foi se modificando e se adaptando ao espaço marítimo (ADAMS, 2000, p.222).

Em um momento mais atual, posterior à passagem entre as comunidades caiçaras, de pescadores-lavradores para pescadores artesanais, podemos observar entre muitas comunidades caiçaras o abandono da pesca artesanal, em detrimento da realização de outras atividades “da cidade”, porém todas essas transformações são articuladas e coexistentes. A partir da década de 60 e 70 houve uma expansão de polos petroquímicos e industriais na Baixada Santista, que colaborou para uma grande diminuição da pesca artesanal na região, juntamente com as tradições de comunidades caiçaras (DIEGUES, 1995).

No entanto, ainda existem comunidades na região da Baixada Santista que ainda praticam a pesca artesanal e mantém elementos para a manutenção da cultura caiçara. É o caso da comunidade caiçara da Ilha Diana localizada na região portuária do município de Santos (figura II, página 14). A comunidade foi formada na década de 1940, quando os pescadores que habitavam uma região foram expropriados e realocados, devido a construção da Base Aérea de Santos, para uma área encravada entre os manguezais do Rio Diana, área mais interna e mais afastada e com acesso somente com barco (ROMANI, 2010).



**Figura I - Localização do município de Santos (23°57'42" Sul, 46°19'56" Oeste).
 Fonte: ZEE Baixada Santista Disponível em:
 <<http://www.ambiente.sp.gov.br/cpla/zonamento/zonamento-ecologico-economico/baixada-santista/>> Acesso em: 20\01\2017.**

A comunidade da Ilha Diana é hoje uma das últimas comunidades caiçaras ainda existentes na Baixada Santista, e que hoje passa por um momento em que a pesca artesanal encontra-se em decadência e ameaçada devido à expansão das atividades portuárias na região (ROMANI, 2010). Esses fatores limitam a área de pesca e poluem os ecossistemas pesqueiros, prejudicando o trabalho dos pescadores artesanais que dependem da atividade para a sua sobrevivência e para a manutenção de seu modo de vida, da cultura caiçara e de todo um conjunto de práticas e saberes tradicionais, que estão enraizadas no cotidiano do lugar.

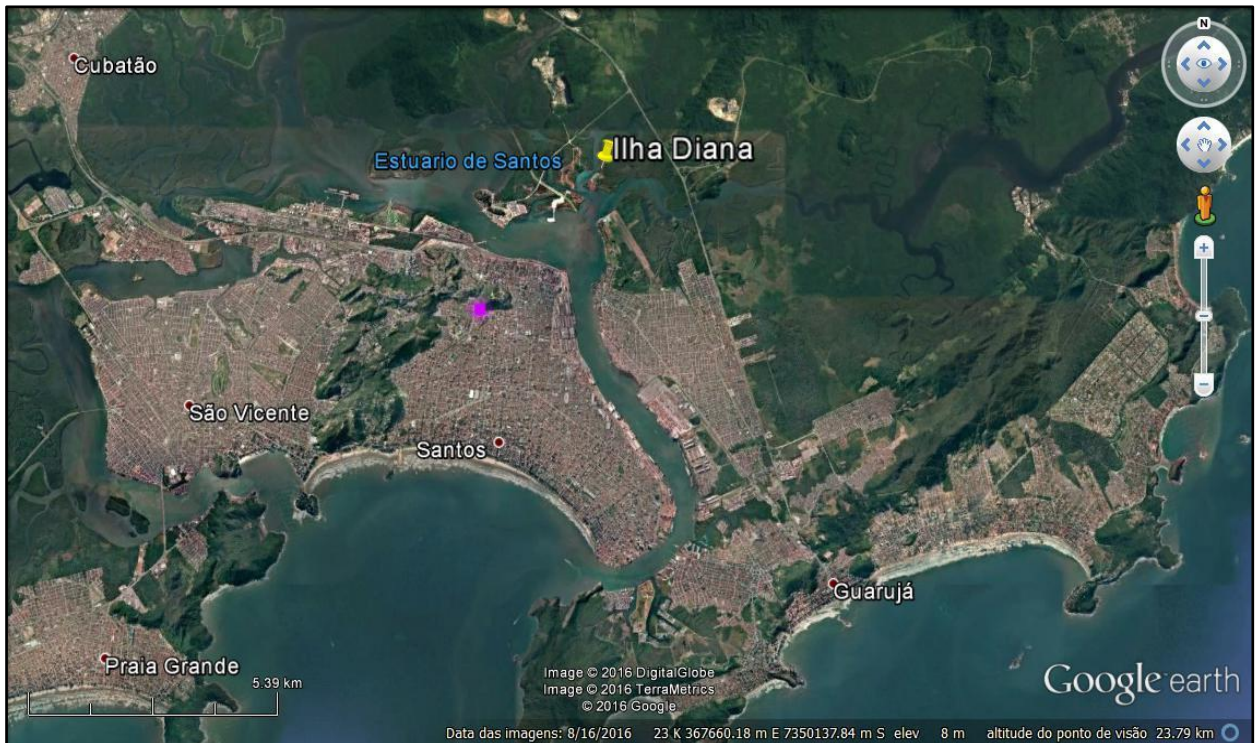


Figura II – Localização da comunidade da Ilha Diana. Fonte: Google Earth, 2016.

Esses impactos para a pesca artesanal e para a cultura caiçara ocorrem devido à expansão das atividades como a portuária e a industrial, bem como a perda de espaço da pesca artesanal em concorrência com a industrial, e também pela falta de ação do Estado na elaboração de políticas públicas específicas para essas comunidades.

Portanto, todas essas mudanças que interferem na reprodução da atividade pesqueira artesanal são permeadas por ações no território que têm como agente o Estado e as empresas, assim, a chegada da lógica urbano-industrial e mercadológica marca uma dimensão de distanciamento e aproximação dessas comunidades com a sociedade urbano-industrial, que faz com que alguns elementos e saberes de culturas tradicionais sejam perdidos.

Distanciamento porque não possuem modos de vida iguais aos da sociedade urbano industrial, já que vivem densamente a relação com a natureza, cujo tempo cíclico marca, em grande medida a reprodução material e imaterial dos grupos; aproximação porque o mundo da sociedade urbano-industrial se mantém como uma mediação significativa na vida dos moradores dos territórios tradicionais [...] (SUZUKI, 2013, p. 630).

Os aspectos que contribuem para os impactos negativos na pesca artesanal, causando a expropriação dos pescadores, a perda da biodiversidade e de saberes

tradicionais foram identificados e discutidos no estudo de caso na comunidade da Ilha Diana. Também foi discutido como ocorreu a formação da comunidade pesqueira no contexto de urbanização do espaço brasileiro, assim contemplando a discussão acerca das relações entre espaço, pesca artesanal, território e cultura (Capítulo 3).

Sendo assim, o presente trabalho possuiu como objetivo geral analisar a reprodução da pesca artesanal e os conflitos que envolvem a comunidade da Ilha Diana, bem como seu significado em relação à manutenção de elementos da cultura caiçara. Os objetivos específicos do trabalho foram: caracterizar a pesca artesanal que ocorre no litoral do Brasil; discutir a relação do Estado e do território com a pesca artesanal; debater a relação da comunidade pesqueira com o manguezal e a importância desse ecossistema para a reprodução social e econômica da pesca artesanal, bem como os impactos que afetam esses fatores; E, por fim, identificar as técnicas pesqueiras e as espécies de pescados na comunidade da Ilha Diana, bem como as formas de resistência cultural caiçara dos moradores, como festas e outras atividades tradicionais.

No primeiro capítulo foi feita uma caracterização e regionalização das diferentes culturas que têm a pesca artesanal como um elemento de grande relevância para a determinação de seu modo de vida. No segundo capítulo foi realizada uma discussão de toda a história da institucionalização da pesca artesanal no Brasil e das transformações sociais e culturais ocorridas para os pescadores como consequência disso. Para isso, foram retomadas em uma perspectiva histórica, desde a época colonial até os dias de hoje, as ações do Estado que envolveu a produção pesqueira, bem como a criação de leis e regulamentações, que culminaram na criação de colônias e no controle do território local dos pescadores, causando intensas transformações em suas espacialidades. Esta primeira parte foi feita por meio de um levantamento e revisão bibliográfica de livros, artigos, teses e dissertações.

O terceiro capítulo trata de estudo de caso da comunidade caiçara da Ilha Diana (Santos-SP), onde os pescadores artesanais vivem uma relação de constante aproximação e distanciamento com o meio urbano, que faz com que diversas temporalidades estejam presentes em um mesmo espaço. A atividade pesqueira na comunidade vem sofrendo muitos impactos, com isso muitos moradores têm abandonado a atividade em detrimento de outras, com isso corre-se o risco de a

atividade ser deixada de lado, e junto com ela alguns elementos da cultura caiçara. Os principais impactos para a pesca artesanal foram identificados e analisados por meio dos trabalhos de campo, entrevistas e conversas com moradores e com pescadores locais.

Portanto, para a realização do trabalho foi utilizado a oralidade e a observação, bem como o reconhecimento do lugar, por meio de caminhadas pelo território caiçara e pelo acompanhamento do cotidiano do lugar com o registro em fotografias. As entrevistas foram livres, não tendo perguntas diretamente indutivas e nem questionários, cada indivíduo e a sua memória foi tratado como um caso específico, porém representativo da história coletiva do passado e do presente da comunidade. Os trabalhos de campo foram realizados entre outubro de 2016 e fevereiro de 2017.

Deste modo, foi possível discutir as condições em que os pescadores estão submetidos e os principais elementos que garantem a reprodução da cultura caiçara e da atividade pesqueira no local, bem como os fatores que dificultam a reprodução destes. Assim, a pesquisa de campo também pretendeu situar a importância da manutenção dessa cultura para a conservação da biodiversidade, através do modo como fazem o manejo dos recursos naturais, que garante a reprodução da biodiversidade e da etnodiversidade e a permanência da sociodiversidade.

CAPÍTULO 1 - COMUNIDADES TRADICIONAIS E OS PESCADORES ARTESANAIS

1.1 - Comunidades tradicionais

A ocupação do território brasileiro após a chegada dos europeus, a partir do século XVI determinou a formação de distintas culturas e modos de vida, resultado da combinação de diversas culturas “matrizes” como a portuguesa, a indígena e a negra, e também, da diversidade de paisagens que existiam no território do Brasil.

Da expansão geográfica dos paulistas, nos séculos XVI, XVII e XVIII, resultou não apenas incorporação de territórios às terras da Coroa portuguesa na América, mas a definição de certos tipos de cultura e vida social, condicionados em grande parte por aquele grande fenômeno de mobilidade [...] (CANDIDO, 2010, p.43).

Foi então se constituindo um modelo de ocupação do espaço e de utilização dos recursos naturais marcado pela influência de tradições indígena e portuguesa (formando uma população de mamelucos que se multiplicou rapidamente), ao longo do tempo também recebeu grande influência das africanas e de outras europeias.

Como os europeus estavam frente a um espaço nunca antes visto, foi dos indígenas que eles apropriaram muitos dos recursos para a sobrevivência, como os alimentares e as técnicas e instrumentos de cultivo, caça e pesca (como o fabrico e uso de canoas, jangadas, redes e armadilhas). Isso garantiu a permanência dos europeus em um espaço em que não haviam tido relação anteriormente, fato que resultou em um povo novo, que surge como etnia nacional diferenciada culturalmente e na formação societária de suas matrizes formadoras, como afirma Darcy Ribeiro (2015).

Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existiam (RIBEIRO, 2015, p. 17).

O contato do modo de vida do colonizador com o do indígena e posteriormente do negro, produz o que Antonio Candido chama de “cultura rústica”, termo que se refere às relações sociais e culturais e não somente por estarem localizadas no meio rural, mas que segundo o autor (2010, p.20):

[...] pretende exprimir um tipo social e cultural, indicando o que é, no Brasil, o universo das culturas tradicionais do homem no campo; as que resultaram do ajustamento do colonizador português ao Novo

Mundo, seja por transferência e modificação dos traços de cultura original, seja em virtude do contacto com o aborígine. Implicando, não obstante o isolamento, em constante incorporação e reinterpretação de traços, que vão-se alterando através do contínuo rural-urbano[...].

A característica cultural marcada pela miscigenação ainda hoje é presente muitas comunidades no território do Brasil, e são chamadas de populações tradicionais, que possuem na base de sua cultura uma miscigenação mais recente historicamente. As comunidades tradicionais são caracterizadas, sobretudo por “viverem em áreas naturais onde a dependência do mundo natural, de seus ciclos e de seus produtos é fundamental para a produção e reprodução de seu modo de vida” (DIEGUES, 2005, p.1).

A noção de população tradicional é utilizada para definir sociedades e comunidades que possuem um modo de vida e uma cultura distinta daquela predominante nas áreas urbano industriais, são sociedades que se reproduzem com relações mais isoladas, onde predomina o parentesco, a parceria, o trabalho coletivo e possuem relações próprias com a natureza, fruto de adaptações e de um tradicionalismo e de conhecimentos que são passados por gerações.

Boa parte das comunidades tradicionais não indígenas guardam muitas influências da cultura indígena, como técnicas de plantio, caça e pesca, os artefatos como cestas, peneiras, redes, pilões, ralos, etc. A herança cultural indígena nas comunidades tradicionais está muito presente também na linguagem, através de vocabulários próprios, por exemplo, o *nheengatu* (espécie de mistura do idioma português com o tupi, chamado também de língua geral) foi o idioma mais falado entre a população brasileira até o século XVIII, quando substituído pelo português (RIBEIRO, 2015).

Além das coisas materiais e da linguagem, a cultura indígena deixou influência nos modos de sociabilidade e na organização do trabalho, como as parcerias, os mutirões, as festas, cultos religiosos, simbolismos e danças. Isso foi possibilitado também devido as populações tradicionais terem se estabelecido em lugares menos povoados, por elas serem resultado de um contato de europeus com sociedades indígenas, onde a relação com o universo urbano industrial e com a modernidade era pequena. Portanto, o território ocupado possibilitou que houvesse uma relação mais íntima com as plantas e os animais e uma percepção dos fenômenos naturais criando simbolismos, que passaram a fazer parte do cotidiano dessas populações.

No Brasil existem as populações tradicionais indígenas e não indígenas. O termo ‘população indígena’ se refere aos “povos que guardam continuidade histórica e cultural desde antes da conquista europeia da América” (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p.23). Os indígenas possuem uma identidade de definição mais clara do que a das sociedades tradicionais não indígenas, que se caracterizam por estarem associadas a modos de produção em que a força de trabalho ainda não é mercadoria, mas a dependência do mercado já se faz presente em variável volume e que são frutos da miscigenação entre o branco, o índio e o negro.

As sociedades tradicionais indígenas e não indígenas não têm como objetivo de sua reprodução o acúmulo de bens e o lucro, mas sim a solidariedade e a sobrevivência, que depende da maneira a qual é realizada o manejo dos recursos naturais e por isso contribui para a sua conservação. Este acesso aos recursos naturais ocorre por meio do território, pois é onde se encontra os meios de subsistência, trabalho, produção, além de todas as relações sociais e simbólicas existentes.

Por isso, território passa a ser um conceito chave para que se compreenda a relação das sociedades tradicionais com a natureza. Segundo Diegues e Arruda (2001) o território para essas sociedades é descontínuo, dotado de vários ‘vazios’, por exemplo, locais onde realizam a pesca em períodos específicos no ano. Essa descontinuidade do território que leva órgãos governamentais a atribuírem e criarem áreas protegidas, ou disponibilizarem o local para outros usos, como construção de indústrias, causando os conflitos existentes entre os povos tradicionais com o Estado e empresas.

Nas sociedades tradicionais o território tem a função de fornecer os meios de subsistência, de trabalho e de produção, mas também os meios para a produção da materialidade presente nas relações sociais, como por exemplo, as relações de camaradagem e parentesco, além de ser o *locus* das representações mentais e do imaginário mitológico e simbólico desses povos.

Muitas das comunidades tradicionais formadas durante o período colonial, ou posteriormente, possuem uma relação com o ambiente marinho, pois realizam a pesca artesanal. Darcy Ribeiro afirma que as muitas das comunidades pesqueiras se estabeleceram já no período colonial, e essas comunidades “[...] se distribuíram em aldeias pelas praias, dando uma ocupação permanente ao litoral. Constituíam uma outra economia da pobreza, que possibilitava maior fartura alimentar mas não ensejava

riqueza.” (2015, p. 265).

O território para as sociedades que se utilizam da pesca, passa a ser muito mais vasto do que o território terrestre, e a sua ‘posse’ muito mais fluída, que se realiza por meio de algumas marcas no território, como a ‘caiçara’, as ‘curubas’, os ‘rasos’ e as ‘tacis’¹, essas marcas podem ser visíveis ou não. Essas marcas que indicam a apropriação do território pelo indivíduo ou grupo, são obedecidas pelo respeito e pela ética presente nessas comunidades (DIEGUES; ARRUDA, 2001).



Mapa 1 - Limite aproximado do território ocupado durante algum momento histórico por populações tradicionais não indígenas. Fonte: DIEGUES, 2005, p.5 (editado pelo autor).

¹ ‘Caiçaras’ são cercos, estacas ou currais colocados na água para cercar os peixes, criando uma espécie de cativeiro. ‘Curubas’ são pesqueiros com 18 a 20 metros de água e oito milhas de terra, pescam principalmente coró amarelo, cangulinho, xira e piraúna. ‘Rasos’ são os pesqueiros com mais de 35 metros de profundidade, e a 24 milhas do litoral, vezes os rasos possuem terra assentada e escondida no horizonte. ‘Tacis’ são as zonas pesqueiras de maior afluência de pescado e a mais próximas da terra, com 15 a 16 metros de fundo, pescam principalmente ariocó, biquara, cangulo, piraúna e sapurana (CASCUDO, 2002).

Hoje o território ocupado por populações tradicionais são somente enclaves dos territórios ocupados por estas em um tempo passado, não existe um limite definido que separe os territórios dessas populações, que também ocorrem em nichos espalhados por áreas fora de suas regiões originais (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

As sociedades tradicionais brasileiras estão estreitamente relacionadas com o modo de ocupação desigual do território, as diferentes paisagens existentes no território brasileiro tiveram um papel determinante no surgimento de uma grande variedade de densidade e de populações que constituem as comunidades tradicionais. Esta variedade paisagística existente no Brasil serviu ora para a atração e fixação e ora para a repulsão dos grupos humanos nos lugares. Esse fator também foi determinante para a morfologia social, nas formas de ocupação do solo e de utilização e manejo dos recursos naturais, pois no modo de vida das populações tradicionais não há separação entre o trabalho e outras esferas da vida social (ADAMS, 2000).

Outro fator que é importante ser ressaltado, como observa Cristina Adams (2000), é que muitas das características atribuídas à essas populações pelo poder público e pela mídia são para poderem se encaixarem nos objetivos da conservação e preservação seguindo os interesses do Estado e de outros sujeitos.

A constituição brasileira de 1988 garante às sociedades indígenas e quilombolas o direito coletivo ao território. Porém as outras populações tradicionais como os caiçaras, os pantaneiros, os campeiros, entre outros, não possuem legislação que garanta a posse de suas terras ocupadas, e quando os seus direitos territoriais são garantidos, estes são definidos em termos de conservação ambiental. Em muitos casos, também se observa que terras indígenas e quilombolas ainda não foram demarcadas, portanto, muitas vezes esses povos também não possuem a posse de suas terras.

Sendo assim, a definição de culturas ou populações tradicionais depende além de seu modo de vida, do reconhecimento coletivo e auto reconhecimento enquanto pertencente aquela cultura e sociedade, como apontado por alguns trabalhos de antropólogos como os de Diegues e Arruda (2001) e de Melatti (2007) ².

O auto reconhecimento é fruto de uma identidade construída e muitas vezes

² DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. Saberes tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Brasília/São Paulo: MMA/USP, 2001. & MELATTI, Júlio César. Índios do Brasil. Edusp, 2007.

reconstruída como meio de resistência a partir dos conflitos externos com a sociedade urbano-industrial, mas também pelos movimentos sociais, pela influência da ecologia social, por instituições ambientalistas, entre outros (DIEGUES; ARRUDA, 2001). Este caso ocorre na comunidade caiçara da Ilha Diana em que o auto reconhecimento caiçara é retomado como uma forma de resistência à expropriação de suas terras, sendo um meio de tentativa de conquista da posse de seu território, como será discutido no capítulo em que trataremos diretamente do caso da comunidade.

1.2- Conhecimento tradicional:

O conhecimento tradicional é definido por ser “o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração” (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p.31). Esses conhecimentos tradicionais que são provenientes da relação íntima do homem com o seu meio, se tornam os responsáveis pelos sistemas de manejo dos recursos naturais que são realizados de forma sustentável, pois em geral esses sistemas fornecem espaços para que os ecossistemas possam se recuperar, respeitando assim os ciclos naturais de cada espécie de planta ou animal. A partir da relação com o seu meio que as populações constroem os seus mitos e a sua simbologia, e a partir dos mitos e símbolos que são desenvolvidos os sistemas de manejo, portanto são as representações, os símbolos e os mitos, que norteiam o modo como a sociedade se relaciona e se apropria da natureza.

Ao contrário dos saberes científicos, os tradicionais são transmitidos pela oralidade, portanto, a apropriação e significação desses saberes ocorre por meio da tradição ancestral e só podem ser compreendidos no contexto da cultura em que foram produzidos (DIEGUES; ARRUDA, 2001). O conhecimento tradicional é um tipo de conhecimento, um saber que se transmite pelas caminhadas e passagens pelo território, que está presente nas práticas do modo de vida. Com isso, a experiência adquirida a partir do trabalho diário é o que permite a aquisição dos conhecimentos sobre os recursos naturais disponíveis em determinado local.

Por exemplo, na pesca há um jeito de ensinar e um jeito de aprender, que é um aprender fazendo, olhando e imitando os mais experientes e, portanto, um saber fazer que envolva um conhecimento muito íntimo do ambiente natural, de suas fases e seus ciclos. Em virtude disso, os pescadores possuem um complexo conhecimento sobre os tipos de marés e as fases da lua.

O ciclo lunar exerce uma grande influência para a pescaria, pois as marés são totalmente influenciadas pela posição da Lua em relação a Terra, o que influencia diretamente o ambiente marinho. Este conhecimento íntimo da natureza fica claro no depoimento de um pescador da Ilha Diana (Seu Mauri, 82 anos), ao falar da importância das fases da lua e da maré para a pescaria:

“A lua é sete dia, do quarto minguante a lua nova é sete dia, da lua nova ao quarto crescente é sete dia, do quarto crescente a lua cheia é sete dia. É quarto crescente lua nova, quarto crescente, lua cheia, cada uma é sete dia. Todo ano em um mês de 5 lua, tem um, tem um mês que é 5 lua, mas a gente conta de quatro mesmo. A lua é depende o tipo de pesca que você vai fazê se for pescar de rede, assim em lugar mais fundo, assim em canais, a maré de quarto é um pouco melhor, dá mais tempo pra você pesca, que a correnteza mesmo quando ela vem de enchente ou de vazante não tem aquela coisa de velocidade que arrasta a rede e engata pau no fundo e tudo. E agora maré de lua não, você tem que esperar a maré dá uma parada, porque ela vem de vazante, aí ela vai dá uma parada, que chamamo de reponto, ‘reponto de maré’ que aí ela vai, volta de enchente no caso, aí ela dá aquelas parada, aí ela volta de enchente e começa a correr devagar e devagar e você aproveita, vem aqui, vai ali e bate e puxa e quando ela pega força não dá pra tu largar mais que ela arrasta a rede. E no caso a maré de lua nova é a mesma coisa, agora a maré de lua nova tem um porém né, de tempo bom, de tempo firme ela fica igual maré de quarto, ela vai, vem, vai, sobe e desce, sobe e desce e você pesca o dia inteiro. Agora quando uma maré de quarto tá de vento sudoeste no caso, temporal de sudoeste, vento forte, aí fica igual de lua, pra cima e pra baixo com toda a força, mais em canais assim né. Agora dentro de Rio assim, tem as borda assim de rio, as curvas, nós chamamos de poço né, tem ali né. Ali você pega a maré de curva assim, que ela corre por lá e tem o mangue né, que é o costão e não tem maré, ele faz a volta assim e aí você põe a rede e aí a maré passa pelo outro lado, é tem tudo esses truque aí né.”

É observado no depoimento do pescador Seu Mauri, que nas ocasiões em que o sol, a lua e a terra encontram-se alinhados, em sizígia, as forças de atração gravitacional se somam e, sendo assim, ocorrem as maiores amplitudes entre as marés altas e marés baixas, chamada de “maré de lua”. Depois de aproximadamente sete dias, o sol e a lua formam um ângulo reto em relação a terra, que é quando se observa as menores variações entre maré alta e baixa, chamada de “maré de quarto” (minguante ou crescente).

Um fato essencial de ser ressaltado sobre os saberes tradicionais, é que dentro das comunidades tradicionais os outros seres vivos não são vistos como recursos naturais, como o são para a sociedade moderna ocidental, mas sim como possuidores de um valor de uso e de um valor simbólico, essa domesticação, classificação e compreensão dos ciclos de vida que é empregada aos animais e plantas pelas

comunidades tradicionais pode ser chamada de “etnobioidiversidade”, que recentemente tem sido foco de vários estudos nas ciências sociais (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Alguns autores como Sueli Ângelo (1990) e Antonio Carlos Diegues (1983, 1988 e 1995) sustentam que as culturas tradicionais praticam o manejo e o uso sustentável dos ecossistemas, devido ao conhecimento do meio em que vivem e as técnicas tradicionais de manejo utilizadas, que são consideradas como saberes tradicionais. Sendo assim, para esses autores a biodiversidade e a diversidade cultural são paralelas e devem ser pensadas juntas, em relação a conservação e ao manejo desses ambientes:

Tem-se apontado o conhecimento e dependência que os pescadores possuem do ambiente, o que permitiu a reprodução sustentável dos recursos naturais. Os estudos constataam a compatibilização de formas de extrativismo cooperativo com técnicas patrimoniais e trabalho familiar (ou de mutirão de vizinhança) como alternativas que permitiram a sustentação do ambiente (ÂNGELO, 1990, p. 62).

Pode-se afirmar, portanto, que a diversidade ecológica, em muitos casos, foi mantida por causa da diversidade cultural e das técnicas existentes nas comunidades de jangadeiros, caiçaras, povos indígenas, etc. [...] É fácil constatar que à uma pauperização crescente dos habitats e recursos naturais renováveis se ajunta um empobrecimento cultural e social (DIEGUES, 1988, p.8).

Portanto, a presença de comunidades tradicionais como as caiçaras, não causará impactos de grandes escalas e nem interferências no ecossistema ao ponto de causar um desequilíbrio entre as cadeias ou mesmo a extinção de algumas espécies, e que o sistema de manejo dessas comunidades é sustentável e pode contribuir para a manutenção dos ecossistemas tropicais.

São exemplos desses sistemas tradicionais e sustentáveis de manejo, os pesqueiros, que são guardados em segredos e podem ter um importante papel na conservação dos ecossistemas e da diversidade biológica³, pois dentro de outras formas de uso, eles poderiam ser sobre explorados. Alguns desses sistemas tradicionais de manejo utilizados pelos pescadores artesanais também são baseados em técnicas adaptadas aos ecossistemas.

Um exemplo dessa técnica tradicional de manejo, apontado por Antonio Carlos Diegues (1988, p.6-7) e verificado entre os pescadores da comunidade caiçara da Ilha

³ Diversidade biológica se refere ao grau de variedade de espécies de fauna e flora. Diversidade ecológica se refere a variedade de ecossistemas presentes em determinada área (ADAMS, 2000).

Diana é o “Controle do espaço litorâneo pela comunidade”: O acesso a alguns pesqueiros é controlado pelo conhecimento desses lugares, que é de posse dos pescadores da comunidade. O objetivo desses segredos é que o uso dos pesqueiros seja unicamente pela comunidade, e o controle e acesso a esses pesqueiros é baseado na camaradagem, no respeito e no compadrio, pois para os pescadores o território pesqueiro é um espaço coletivo, natural e sagrado.

Sendo assim, a retirada, a diminuição e até o fim dessas populações tradicionais causaria uma grande perda na diversidade biológica e logo na cultural, ou seja, na relação da biodiversidade com a sociodiversidade, relação esta que hoje se encontra cada vez mais distante da sociedade urbana ocidental. Portanto, as culturas e conhecimentos tradicionais devem ser preservadas e consideradas patrimônio imaterial nacional para que essas antigas formas de relação do homem com a natureza não sejam esmagadas pela sociedade capitalista urbano industrial.

1.3 - PESCADORES ARTESANAIS: CARACTERIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO

1.3.1 - A chamada pesca artesanal

A pesca é uma das formas mais primitivas da alimentação humana, ao lado da caça e da coleta, portanto, os primeiros agrupamentos de ser humanos já praticavam a pesca. Hoje em todas as partes do mundo existem sociedades que praticam a pesca, que é hoje uma das últimas formas de caça praticada e voltada para a alimentação humana (DIEGUES, 1983). Essa prática fez com que se originassem diferentes formas e técnicas de realizar a atividade, além de adaptações as mais diferentes paisagens e povos.

A pesca artesanal pode ser considerada como um processo que resulta de um conhecimento tradicional, pois está relacionada diretamente com um conjunto de conhecimentos que são baseados em experiências e vivências de povos com o seu meio e que são transmitidos oralmente de gerações para gerações e que associam e criam outras tradições que estão relacionadas ao modo de vida do pescador artesanal.

Antonio Carlos Sant’Anna Diegues (1983, p. 98) afirma que “O conhecimento dessas variáveis naturais, normalmente acumulado de maneira empírica pelos pescadores, passado de geração em geração, constitui o núcleo mais importante da *expertise* que caracteriza, por exemplo, um bom pescador”.

No Brasil a pesca artesanal recebeu herança de conhecimentos ancestrais vindos dos indígenas, dos africanos e dos europeus, e esse conhecimento foi sofrendo um sincretismo e uma adaptação, juntamente com os povos (DIEGUES, 1983). Essa herança de conhecimento é observável nas distintas artes de pesca, no preparo dos pescados, e até nas embarcações.

A questão da tradição está relacionada também ao cerne da própria pesca artesanal: o domínio do saber-fazer e do conhecer que forma o cerne da 'profissão'. Esta é entendida como o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao pescador se reproduzir enquanto tal. Esse controle da "arte da pesca" se aprende "com os mais velhos" e com a experiência. Com eles aprende também a representação simbólica do mundo natural que se traduz pelo "respeito" às leis que regem o mar e seus recursos (DIEGUES, 1995, p.35).

Pescadores artesanais estão espalhados por todo o litoral brasileiro, rios, lagos, lagunas e represas e têm a pesca como principal atividade do seu modo de vida, podendo exercer outras atividades como o comércio, serviços, pequena agricultura, extrativismo e artesanato. Eles praticam a pequena pesca e a produção é para a subsistência e para o comércio, a organização do trabalho é familiar, baseada em parcerias, podendo ser até individual. Algo presente no processo de trabalho da maioria dos pescadores artesanais é a dependência do comerciante ou do 'atravessador', pessoa que compra os pescados dos pescadores para comercializá-los (DIEGUES, 1983).

Açorianos, caiçaras, jangadeiros e praieiros são exemplos de culturas que se utilizam da pesca artesanal, portanto, também podem ser considerados pescadores artesanais, bem como outras comunidades tradicionais não litorâneas que utilizam a pesca artesanal, como os pantaneiros, ribeirinhos, quilombolas e varjeiros. Também existem comunidades não tradicionais onde estão presentes pescadores artesanais, mesmo em territórios antes ocupados por populações tradicionais (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Neste trabalho serão considerados pescadores artesanais todos aqueles que a pesca artesanal é um fator essencial para garantir a sua sobrevivência e a reprodução de seu território, seu modo de vida e sua cultura. Portanto, a distinção feita por Antonio Carlos Diegues (1983) entre "pescadores-lavradores" e "pescadores artesanais" não será utilizada no presente trabalho e essas duas categorias serão colocadas na categoria de pescadores artesanais, pois em ambas o tipo de pesca realizado é a artesanal.

Assim, o termo pesca artesanal será o equivalente a “pesca realizada dentro dos moldes de pequena produção mercantil” (DIEGUES, 1995, p.37). Soma-se a isso o fato de que atualmente a categoria de “pescadores-lavradores” encontra-se quase extinta nas comunidades tradicionais litorâneas brasileiras, devido à impossibilidade da realização da agricultura causada pela espoliação das terras de algumas comunidades.

Tem-se em vista que cada uma das culturas que serão caracterizadas (açorianos, caiçaras, jangadeiros e praieiros) apresentam diversas distinções e peculiaridades entre si, e o agrupamento é somente uma tentativa de simplificação e homogeneização baseada em alguns critérios como o tipo de embarcação e formação histórica e social. Contudo, a denominação e classificação dessas culturas serviu e serve muitas vezes para atender aos interesses do poder público.

A pesca artesanal foi definida segundo Antônio Carlos Diegues (1995, p.108) como:

[...] aquela em que os pescadores autônomos, sozinhos ou em parcerias, participam diretamente da captura, usando instrumentos relativamente simples. A remuneração é feita pelo sistema tradicional de divisão da produção em “partes”, sendo o produto destinado preponderantemente ao mercado. Da pesca eles retiram a maior parte de sua renda, ainda que sazonalmente possam exercer atividades complementares.

A pesca artesanal possui uma divisão do trabalho por gênero, sendo uma atividade majoritariamente restrita aos homens, ficando as mulheres restritas aos afazeres domésticos e ao beneficiamento do pescado, e atualmente muitas das mulheres também se voltaram para atividades turísticas ou para o trabalho em serviços (nas cidades) ou em comércio (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

Então, as mulheres são responsáveis por tornar o pescado livre de suas partes inutilizáveis ao consumo humano. E, dessa forma, acabam por agregar valor ao pescado, pois depois o processamento permite o consumo imediato, além de incrementar o valor de troca ao pescado. [...] Todas as atividades desenvolvidas pelas mulheres agregam valor econômico, e, portanto, são relevantes fontes de sustento para suas famílias (OLIVEIRA; SILVA, 2012, p. 345-346).

As mulheres são também a base do sustento cultural e do modo de vida relacionado com a atividade pesqueira, pois além de ensinarem os filhos e filhas e desenvolverem algumas atividades, elas também lutam pela sua perpetuação na comunidade (OLIVEIRA; SILVA, 2012). Portanto, há de ser reconhecida a importância que as mulheres possuem para a manutenção e continuidade do modo de vida e das

culturas relacionadas a pesca artesanal, bem como o papel político que elas possuem quando se engajam nas lutas do lugar onde habitam.

Cátia Antonia da Silva (2014) afirma que a pesca artesanal pode ser considerada como a que compõe o circuito inferior da economia da pesca, o circuito produtivo da pesca artesanal, além da coleta do pescado também há a maricultura, o beneficiamento, a venda por atacado e varejo, a produção e conserto de redes e embarcações.

Neste processo de compra e de manutenção de insumos criam-se diversos outros afazeres, que acabam trazendo ao circuito produtivo da pesca artesanal o envolvimento de outros profissionais que atuam na esfera dos insumos: o conserto de embarcações, o aluguel de ranchos, o comércio de gelo, o comércio de petrechos de pesca (rede, motor, combustível, remo, roupa de pescaria e colete). Deste modo, muitos outros trabalhadores e pequenas empresas vivem da atividade da pesca artesanal (SILVA, 2014, p.33-34).

Portanto, a pesca artesanal constitui em uma atividade que agrega elementos sociais e culturais, como todos os conhecimentos, técnicas e práticas necessárias para que se realize a atividade, e que também se constitui em um circuito produtivo com algumas etapas de produção e circulação. Além das condições ambientais também possui uma grande relevância para a atividade pesqueira, pois é uma de suas forças produtivas. Esses fatores demonstram a complexidade da atividade da pesca artesanal e a sua relevância para compreender a relação entre cultura, sociedade, economia e natureza.

1.3.2 - A pesca e os indígenas

Quando os europeus começaram a se instalarem na América, o continente era ocupado há milhares de anos por inúmeras sociedades que se organizavam nas mais distintas formas, como em pequenos grupos de caçadores e coletores, em aldeias agrícolas autônomas ou articuladas, e até populações sustentadas por técnicas de plantio intensivo. No Brasil, quando os portugueses chegaram e iniciaram a povoação do imenso litoral, este já era todo ocupado pelos indígenas.

Ao chegarem à costa paulista, os portugueses encontraram tribos indígenas de línguas e culturas diversas. Grupos de idioma tupi-guarani viviam na estreita faixa litorânea e em parte do planalto: os tupinambá, do norte do estado até as proximidades da ilha de São Sebastião; os tupiniquim, daí até Cananéia; e finalmente, os carijó, o extremo sul da costa paulista, estendendo-se até a altura da ilha de Santa Catarina (ADAMS, 2000, p. 97).

Todo esse mosaico e diversidade cultural era resultado de um longo processo histórico iniciado com a chegada dos primeiros povoadores do continente americano. Quanto a ocupação do litoral brasileiro, não foi encontrado vestígios humanos que remontam ao pleistoceno, e os inúmeros sambaquis⁴ encontrados no litoral datam do período Arcaico (MELATTI, 2007).

Os primeiros registros do Brasil, feitos por Pero Vaz de Caminha, já narram a utilização de embarcações utilizadas pelos tupis, a Piperi ou Igapeba (a futura jangada) (CASCUDO, 2002). Jean de Lery, que viveu no Brasil entre 1557 e 1558, também narra a pesca empregada pelos tupinambás, em seu livro *Viagem a terra do Brasil* de 1558. Esses e mais outros relatos citados por Luis da Câmara Cascudo em seu livro *Jangada: Uma pesquisa etnográfica* (1954) demonstram que a prática da pesca no território brasileiro era muito comum entre os indígenas, portanto, muitas das técnicas e maneiras de pescar utilizadas hoje são heranças desses povos. Por exemplo, as duas ‘matrizes’ das embarcações onde se pratica a pesca hoje, é a canoa e a jangada, ambos presentes entre os indígenas do Brasil desde antes de 1500.

Durante o século XVI o português pode observar de perto a esquadra indígena. Possuía dois tipos gerais de embarcações: a canoa e a que foi denominada Jangada. A canoa era mais comum e usada como transporte de guerra e viagem ao longo das praias, de enseada em enseada sem muito avanço para mar alto. As variedades eram muitas, madeiro escavado de cascas, mas não se afastavam da forma comum específica (CASCUDO, 2002, p. 68).

Câmara Cascudo (2002, p. 131), ainda completa dizendo que mesmo entre os indígenas da região do Nordeste entre os Abrolhos e o Ceará, eram as canoas que predominavam, e que a jangada

[...] seria de posse individual ou familiar e a canoa de grupos domésticos ou tribais. A jangada pertencia ao indígena pescador e a ubá ou igara aos guerreiros para a luta e ocasionalmente para as pescas. [...] Pelo litoral estendiam as malocas tupis em estado social mais adiantado, com a posse coletiva das canoas, dos alimentos obtidos em conjunto [...].

Hans Staden, no seu Livro *Duas Viagens ao Brasil* de 1557, também conta como os tupinambás, “tupis de sangue velho” pescavam, navegavam e guerreavam com as suas embarcações, mostrando a ancestralidade na prática da atividade pesqueira no

⁴ Grande parte dos sambaquis identificados e estudados por pesquisadores estão no sudeste e sul do Brasil, são depósitos de conchas, resultado do consumo de animais marinhos por grupos humanos que viviam sobre eles e neles faziam suas habitações e sepultavam seus mortos.

Brasil através de seus relatos e de xilogravuras que supostamente foram feitas por ele. Ele também relata que as incursões dos tupinambás em terras tupiniquins ocorriam com frequência em determinados períodos, para buscarem alimentos e para pescarem.

Devíamos tomar cuidados especiais com os tupinambás duas vezes por ano, quando entravam com violência nas terras dos tupiniquins. Uma dessas épocas é novembro, quando o milho, que eles chamam de abati, fica maduro, e com o qual preparam uma bebida que chamam de cauim. Para tanto também usam raízes de mandioca, de que empregam um pouco na mistura. [...] Também em agosto devíamos contar com eles. Nesta época eles perseguem uma espécie de peixe que migra do mar para os rios de água doce para a desova. Estes peixes chamam-se piratis, na língua deles, e lisas, em espanhol. Nesta época eles normalmente empreendem uma expedição guerreira com o intuito de poderem se abastecer melhor com alimentos. Eles pescam os peixes em grande número com pequenas redes, também atiram neles com flechas e retornam com muitos deles fritos para casa. Também fazem deles uma farinha, que chamam pirauí (STADEN, 2013, p. 60).

No capítulo 8 de seu livro, *Com que destreza atiram com flechas em animais e peixes*, o germânico Hans Staden descreve algumas técnicas de pesca utilizada pelos tupinambás:

Para onde quer que vão, seja para a floresta ou para a água, sempre tem consigo um arco e flechas. [...] Toda vez que percebem algum grande pássaro, macaco ou outro animal que fica nas árvores, vão atrás dele [...]. Do mesmo modo perseguem os peixes do litoral. Têm a vista muito aguçada. Quando em algum lugar um peixe vem à superfície, atiram nele, e somente poucas flechas não atingem o alvo. Assim que um peixe é atingido, atiram-se a água e nadam atrás dele. Certos grandes peixes vão para o fundo quando sentem uma flecha dentro de si. Os selvagens mergulham, então, até cerca de seis braças de profundidade e trazem-nos para a superfície. Além disso, eles têm pequenas redes. O fio com o qual tecem estas redes, retiram-no de longas folhas pontiagudas que chamam de tucum. Quando querem pescar com estas redes, juntam-se e formam um círculo na água rasa, de modo que todos tenham uma área para si. Alguns deles vão então para dentro do circo, e batem na água. Se um peixe quiser então fugir para o fundo, ele cai na rede. Quem pegar muitos peixes dá aos que ficaram com menos. Com frequência também vem gente que mora longe do mar e que pesca muitos peixes, torra-os no fogo, tritura-os, faz farinha e a seca bem para que os conserve bastante. Eles levam para casa e a comem misturada com farinha de mandioca (STADEN, 2013, p. 139).

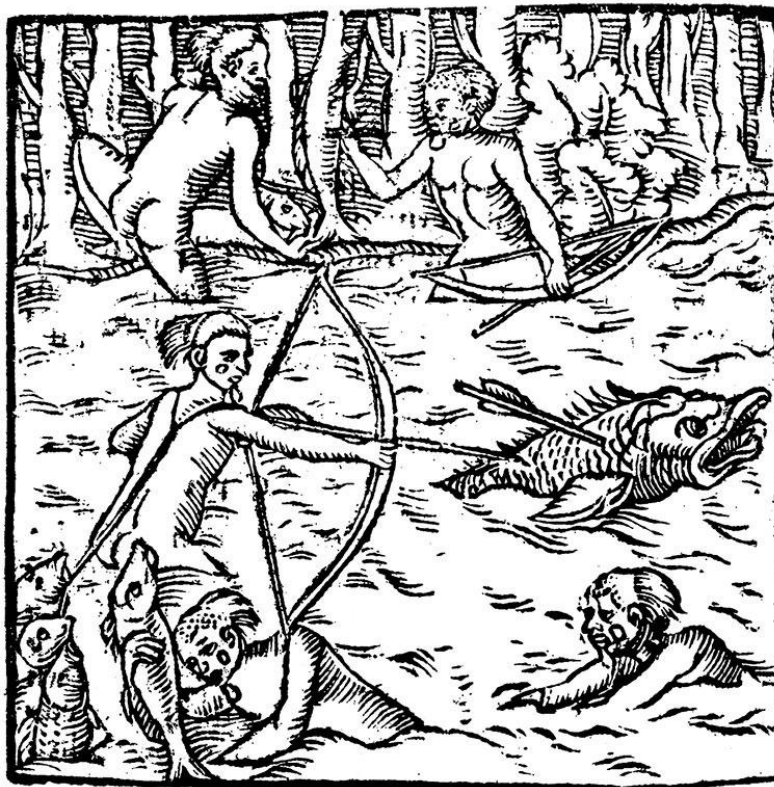


Figura III – Xilogravura de indígenas pescando publicada no livro *Duas viagens ao Brasil* [1557]. Fonte: STADEN, 2013.

Para Darcy Ribeiro (2015), muitas vezes a pesca a caça complementam a agricultura para a alimentação indígena, e os sítios que possuíam melhores condições para a caça e a pesca eram muitas vezes elementos de disputa e de guerra entre diferentes sociedades indígenas, pois esses sítios privilegiados permitiam manter maiores aldeamentos. Sendo assim, a pesca já aparece como um elemento determinante na ocupação territorial das sociedades indígenas, através da disputa e de conflitos pelos pesqueiros.

A importância da pesca varia de uma sociedade indígena para outra, bem como as técnicas de captura, porém é comum em muitas sociedades, o fato de ela ser realizada em trabalho coletivo e o uso de vegetais que tem a propriedade de atordoar ou matar os peixes, como o tingui e o timbó⁵.

⁵ Os cipós de timbó são cortados e em feixes que são surrados e mergulhados na água, para que esta fique impregnada com o suco do vegetal. Alguns indígenas como os do Alto Xingu constroem barragens que ajudam o aprisionamento dos peixes, já os Craôns não constroem a barragem. Depois dessa etapa os peixes são fígados com as flechas de ponta de osso ou de pau-roxo, há aqueles que abatem os peixes com golpes de facão ou com as mãos.

Há também armadilhas que são utilizadas entre os indígenas para a pesca, os índios Teneteharas, por exemplo, possuem o pari (sexto cilíndrico colocado no fundo dos igarapés, com uma extremidade fechada e a outra afunilada, impedindo de o peixe sair), o mororó (sexto cilíndrico usado em águas rasas, com as duas extremidades abertas, sendo que a inferior termina em pontas afiadas). Os índios do rio Uapés, afluente do Rio Negro, utilizam uma armadilha chamada cacuri (um cercado de varetas com uma abertura que cede quando o peixe a força, mas fecha novamente com a pressão da água) e o cajá (um jirau construído nas pequenas quedas d'água, aparando os peixes que tentam galgar a cachoeira ou segurando os trazidos por ela) (MELATTI, 2007).

Muitas das técnicas que os indígenas utilizam para praticarem a pesca estão relacionadas a rituais e a sua cosmologia. Atualmente é comum em inúmeras sociedades indígenas o uso de anzóis e outros materiais introduzidos pelos cidadãos, e com isso é causado o fim de algumas técnicas de pesca ancestrais. Em contraponto, ainda existem sociedades indígenas que mantêm o seu modo tradicional de realizar as atividades como a caça e pesca.

1.3.3 - Açorianos

A partir do século XVIII vieram imigrantes provenientes das ilhas dos Açores e do arquipélago de Madeira que se instalaram no litoral do sul do Brasil. Em meados do século XVIII os colonos se fixam no litoral catarinense e sul-rio-grandense em muitas e densas comunidades familiares. Cada família recebeu uma gleba de cerca de 200 hectares e foram dedicar-se à pesca e à policultura de subsistência, receberam da coroa também mantimentos, espingarda e munição, sementes para o cultivo, instrumentos de trabalho, duas vacas e uma égua, além de alimentação para o primeiro ano. O objetivo dessa colonização era criar um núcleo de ocupação lusitana permanente, justificando a posse da área frente ao governo espanhol, e operar como uma retaguarda das lutas que ocorriam na fronteira (RIBEIRO, 2015).

Em seu lugar de origem esses imigrantes realizavam a pesca e a agricultura como principais atividades, essas práticas foram continuadas no território brasileiro, porém passaram por algumas transformações e adaptaram algumas técnicas dos indígenas, como o cultivo da mandioca, que era praticado principalmente pelas mulheres, que produziam a farinha, os homens dedicavam-se mais a pesca (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Os migrantes açorianos, que no século XIX vieram povoar o litoral de Santa Catarina, eram sobretudo agricultores que praticavam a pequena pesca como atividade sazonal, cujo produto uma vez vendido fornecia dinheiro necessário para a compra de mercadorias que eles não produziam. Efetivamente a pesca da tainha e da anchova era realizada com pequenas redes de praia e canoas a remo, dentro dos moldes das companhias, marcadas por um certo igualitarismo. A pesca, realizada na praia pelo grupo de companheiros, era somente uma das atividades exercidas pelos membros das comunidades dos pescadores sítiantes do litoral catarinense (DIEGUES, 1983, p. 123).

No século XVIII os açorianos dedicaram-se à pesca de baleias, com uma embarcação chamada ‘baleeira’, a tainha também tinha uma grande importância e tradição na pesca, além da agricultura, que era de extrema importância. Porém em meados do século XX a especialização na pesca foi substituindo e diminuindo o cultivo agrícola, aumentando a dependência dos açorianos quanto aos produtos da cidade (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Nas décadas de 1940 e 1950 começou a se acentuar entre os açorianos uma evasão das atividades agrícolas para a pesca, em função de alguns problemas como esgotamento dos solos, pragas nas lavouras de mandioca, e as baixas rendas que impossibilitaram as famílias de se sustentarem no universo de crescimento urbano em que as comunidades açorianas estavam inseridas, além da concorrência com produtos agrícolas vindo de outras regiões (DIEGUES, 1983).

Segundo (DIEGUES, 1983, p.124) esse fenômeno resultou no

[...] aparecimento de um grande número de ex-agricultores-pescadores, que passaram a viver exclusivamente da pesca, veio alterar a estrutura tradicional das companhias. O surgimento de grandes arrastões de praia, redes de mais de 200 braças, que empregavam até mais de 20 camaradas, significou também o aparecimento de proprietários de redes, muitas vezes absenteístas. [...] É importante observar que essas companhias ampliadas não eram mais as sociedades tradicionais, sendo resultado momentâneo da fusão de duas ou mais companhias.

O aumento no número dessas companhias nas praias do litoral catarinense foi um dos fatores que causou a predação dos pescados, que foi um dos fatores que motivou o surgimento dos ‘pescadores migrantes’ ou ‘andorinhas’, que se deslocavam de caminhão para o litoral Sul-rio-grandense e de lá embarcavam para serem tripulantes de barcos de pesca. Esse processo consiste no deslocamento da mão de obra excedente para os locais onde aumentava o número das traineiras (como Santos e Rio de Janeiro).

Isso causou uma grande diminuição das companhias de pesca, além da

transformação de antigos proprietários de redes de companhia em pequenos proprietários de embarcações motorizadas, e para esses a pesca realizada dentro da pequena produção mercantil se tornou a atividade básica (DIEGUES, 1983).

Na década de 70 houve uma grande expansão da pesca industrial no litoral catarinense, devido a incentivos fiscais, provocando um êxodo nos pescadores artesanais açorianos, muitos iam trabalhar nas empresas de pesca e outros migravam para outras regiões. Os que permaneceram no litoral catarinense foram principalmente as comunidades que se dedicaram à pequena pesca e ao cultivo de mexilhão. Os açorianos ficaram conhecidos como ‘pescadores andorinhas’ por realizarem migrações sazonais para os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

A expansão do setor de turismo no litoral de Santa Catarina, principalmente nas décadas de 70 e 80, fez com que muitos pescadores deixassem a pesca artesanal e se transferissem para o setor de turismo, serviços e para a pesca empresarial, causando uma maior diminuição na atividade pesqueira artesanal entre os açorianos.

Observa-se entre os açorianos a utilização de embarcações movidas a motor de baixa potência, comportando até 2 pescadores⁶. A cidade de Bombinhas⁷ é um exemplo de lugar onde a economia é fundada na pesca (artesanal e industrial), principalmente nos meses de inverno, a pesca realiza-se nas 12 praias do município e é considerada um “patrimônio histórico, artístico e cultural do município de Bombinhas, pela lei nº1285, de 4 de julho de 2012⁸.

1.3.4 - Praieiros

Estão localizados na porção litorânea da região amazônica, compreendida entre o Amapá e o Piauí. A pesca artesanal é a principal atividade dos praieiros, que também realizam pequenas atividades agrícolas (mandioca, banana, milho, cana-de-açúcar), o extrativismo (açai, pupunha, babaçu, castanha do Pará, sal), e mais recentemente o turismo. A pesca artesanal é praticada pelos praieiros utilizando principalmente as artes do arrastão, espinhel e da linha. No Pará, na região que a água ainda recebe influência

⁶ A modalidade foi desenvolvida pelos pescadores das praias de Florianópolis e Bombinhas.

⁷ A população do município é constituída principalmente por descendentes açorianos e portugueses.

⁸ Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/bombinhas/lei-ordinaria/2012/128/1285/lei-ordinaria-n-1285-2012-declara-a-pesca-da-tainha-integrante-do-patrimonio-historico-artistico-e-cultural-do-municipio-de-bombinhas-e-da-outras-providencias.html>> Acesso em: 09/12/2016.

da bacia amazônica, na região conhecida como “Salgado” destacam-se a pesca de curral ou cerco e a de rede. No maranhão, onde a pesca artesanal é realizada em canoas a vela ou a remo, onde se capturam bagre, pescada, serra, tainha, pargo e camarão (DIEGUES, 2005).

A região ocupada pelos praieiros possui uma diversidade de ecossistemas e paisagens marcadas por manguezais⁹, dunas, praias arenosas e ilhas, além do litoral recortado e com grande amplitude de maré. A região dos praieiros inicia-se no Cabo Orange (Amapá) e inclui paisagens como as barras dos rios Oiapoque e Caciporé, o Rio Araguari e a boca norte do Rio Amazonas. Essa multiplicidade de paisagens fez com que os praieiros tivessem uma diversidade de embarcações a vela, e recentemente com motores. O manguezal possui grande importância para os praieiros, pois é de lá que eles obtêm o pescado, crustáceos (o caranguejo-uçá ocorre em abundância), moluscos, medicamentos e tinturas, além da madeira para construção de casas e barcos (DIEGUES; ARRUDA, 2001). As mudanças sazonais determinam as diferentes atividades econômicas e de sobrevivência dos praieiros, durante o inverno prevalece a pesca, e durante o verão a agricultura e as atividades voltadas à atenderem as demandas do turismo.

1.3.5 – Jangadeiros

Jangadeiro é filho de jangadeiro. Um por mil não tendo a profissão fixada na família, escolhe a jangada para viver. O comum é ter nascido à beira-mar e ajudado, desde menino a jangada a trepar nos rolos, empurra-la para a maré, puxar o cabo da rede, pescar moré nas locas, nadar com a mesma naturalidade de um ato. [...] As mulheres ficam em casa e, outrora em maioria absoluta, eram rendeiras afamadas. O habitual, ainda hoje, é a rendeira da praia, praia fora de Natal, tendo mais tempo e sem as tentações das cidades próximas, com seus ruídos e pecados (CASCUDO, 2002, p. 15).

Jangadeiro é o nome dado aos pescadores artesanais que habitam a região litorânea do Brasil compreendida entre o Ceará e o Sul da Bahia e realizam a pesca artesanal por meio de embarcações bem típicas, as jangadas. Nesta região a pesca artesanal também é realizada em menor número por meio de canoas, botes, e existem

⁹ A costa de manguezais do Amapá, Pará e Maranhão é uma das maiores extensões de manguezais continua do planeta.

também os saveiros, que são embarcações de maior porte e estão quase que exclusivamente no estado da Bahia¹⁰.

O nome Jangada foi trazido pelos portugueses, que na Índia encontraram uma pequena embarcação chamada de *Janga* (ou mais propriamente *Jangá*, *Xanga* ou *Changah*), o nome era dravidiano, do tâmil ou timul, e foi popularizado pelos malaios. Assim nas lutas pelos pelo domínio das índias os portugueses difundiram o vocabulário, e quando chegaram ao Brasil, viram a *Piperi* e/ou a *Igapeba*, que eram embarcações utilizadas pelos indígenas, e então passaram a assimilar com a embarcação já vista no continente asiático. (CASCUDO, 2002). A jangada já foi um dia utilizada por índios brasileiros e era chamada de ‘peri-peri’, porém a jangada utilizada hoje utiliza a vela e o leme, adaptações trazidas pelos africanos e europeus (no século XIX boa parte da pesca em jangadas era feita por ex escravos) (DIEGUES, 2005).

No primeiro registro por mão europeia Pero Vaz de Caminha denomina-a *almadia* em abril de 1500. Em 1557 Jean de Lery dava-lhe o nome local de *Piperi*, boiando nas águas da Guanabara. Antes de 1570 Pedro de Magalhães Gandavo indicava o título atual: *vão pescar pela costa em jangada...* E esta *jangada* ficou vencendo a nomenclatura tupi do litoral (CASCUDO, 2002, p. 62).

Foram as jangadas o primeiro instrumento que o homem obteve de transpor barreiras até então intransponíveis, pois foram os primeiros tipos da embarcação que fizeram os rios, lagos e mares se tornarem caminhos e não mais barreiras para a mobilidade do ser humano. Para Câmara Cascudo (2002) a jangada é a embarcação mais antiga existente, e no Brasil o seu uso sempre serviu para a pesca, por isso a sua capacidade de 3 ou 4 tripulantes.

Nenhuma outra embarcação é mais antiga. [...] Antes dela o homem teria apenas pavor olhando água corrente ou pancada do mar na praia neolítica. Há trinta mil anos que a Jangada existe com a mesma finalidade dos nossos dias e sempre muito parecida com a fundadora de sua raça. Ela e o Carro de Boi são realmente *totens* de todos os veículos marítimos e terrestres espalhados nos territórios do mundo (CASCUDO, 2002, p. 66).

¹⁰ Os saveiros são utilizados principalmente para transportar cargas e para pescarias mais longas, e podem atingir até o alto mar, ao contrário de algumas jangadas. Os saveiros estão presentes no cotidiano de pescadores da cidade de Salvador e região pelo menos desde o início do século XX, como escreveu Jorge Amado em seu romance *Mar Morto* (1936), em que conta o cotidiano da cidade baixa de Salvador, onde os protagonistas são os proprietários de saveiros.



**Fotografia 1 – Jangadas na praia de Caraúbas, Maxaranguape (RN).
Foto: Lucas Gabriel, 28/03/2017, 14hrs.**

Diferente dos caiçaras, os jangadeiros foram exploradores de alto mar desde muito antes dos primeiros, já em 1954, Luis da Câmara Cascudo (2002, p.16) escreveu que “As jangadas de alto é que pescam longe, nas Paredes, cinquenta e sessenta milhas ao largo, terra assentada e vento rodante e gemedor”. As jangadas menores eram chamadas de “Paquete”, e eram utilizadas para atividades mais próximas da costa litorânea. As jangadas de alto surgiram com a introdução da vela pelos portugueses e deu às jangadas uma autonomia para navegar mar a fora, já durante fins do século XVII¹¹ (CASCUDO, 2002). Porém para satisfazer as necessidades dos pescadores e praieiros bastava a pesca ao longo das praias, ao redor de mangues e enseadas, portanto, a jangada de alto apareceu para atender as necessidades da população branca¹².

¹¹ José de Alencar, no romance *Iracema* (1875) inclui a vela em uma jangada já nas primeiras décadas do século XVII.

¹² Câmara Cascudo (2002) afirma que há aqueles que dizem que a vela foi introduzida nas jangadas pelos

Após a introdução da vela, as jangadas destinadas ao alto mar receberam outros instrumentos: a vela, a bolina¹³, o leme, a cordoalha, o tauçu, e métodos de localização, como o “caminho” e o “assento”.

A presença do português aumenta o tamanho da jangada e obriga o indígena, já escravo, às pescarias diárias e produtivas. Antes a pesca era destinada a uma boa refeição. [...] A jangada história, sem leme de governo, sem vela e sem bolina, sem poita e tauçu sem bancos e espeques, sem toletes e calçadores, era dirigida por um simples remo de uma só folha, olhando a praia com o indígena sentado, pernas estendidas e linha da mão. Já cento e cinquenta anos depois é uma embarcação dirigida, afastando-se da costa, rumando mar largo, ampla, veloz e útil para vários misteres (CASCUDO, 2002, p. 116).

Até 1888 muitos escravos trabalhavam em jangadas que eram alugadas por seus amos, porém quando libertos uma minoria seguiu o futuro de jangadeiro. Muitas das etnias africanas que vieram para o Brasil como escravos, possuíam em seus lugares de origem um arcabouço técnico sobre a pesca marítima e litorânea, e no Brasil esses saberes foram aproveitados pelos seus proprietários, que também eram donos de plantações (DIEGUES 1983).

[...] bem antes da chegada dos europeus à costa da Guiné os pescadores locais já conheciam a vela e a rede de fibra. Entre eles estão os etsi, antigos habitantes da Costa do Ouro (Gana, Libéria), os fanti, considerados mesmo atualmente exímios pescadores. [...] Os principais instrumentos usados tradicionalmente por essas tribos de pescadores eram: a pesca de linha, com um ou vários anzóis (aproxima-se do atual espinhel) rede fixa, um tipo de rede de espera, para peixes grandes. A rede feita de fibras [...]; a pesca noturna, com a ajuda de uma tocha para atrair peixes que eram arpoados; a pesca de jereré [...]; pesca de tarrafa e de pequena rede arrastada por duas pessoas (rede de costa), também no interior das lagunas (DIEGUES, 1983, p. 59).

Estes conhecimentos trazidos pelas etnias africanas, por exemplo, o “jereré” foram amplamente aproveitados pelos jangadeiros, como notado no seguinte trecho: “a pesca é unicamente de jereré, rede triangular, com 40 e poucos centímetros, parecendo uma raquete de tênis” (CASCUDO, 2002, p. 16). Os jangadeiros também possuíam muitas festas, danças e coros, que também demonstra marcas da influência africana em sua cultura.

holandeses, que detinham conhecimentos sobre navegação provenientes dos celtas, dos nórdicos e dos romanos.

¹³ Tábuas de cerca de 1,5 metros de comprimento e 80 cm de largura, colocadas bem no meio da jangada, após o banco de vela, atravessando e mergulhando 80 cm na água. Equilibra a embarcação e evita que ela vire.

O verdadeiro divertimento praieiro é o *Coco da Roda*, também chamado *Bambelô*. Nunca o disseram *samba*. [...] A orquestra é, habitualmente, caixotes de querosene vazios, batido a mão, furiosa, infindável, entusiasticamente, noite inteira, até pegar o sol com a mão. É a roda de homens e mulheres com um dançador solista no centro fazendo maravilhas de agilidade [...]. É a presença de Angola, Congo, Guiné (CASCUDO, 2002, p.54).

Embora houvesse muita influência das etnias africanas na religiosidade dos jangadeiros, eles eram extremamente católicos, porém, diferente dos caiçaras os jangadeiros não iam diretamente ao divino e sempre faziam o intermédio aos Santos. Cascudo (2002) destacou, na década de 1950, que noventa por cento das jangadas possuía nomes de Santos.

A referência espacial, o conhecimento e a ‘posse’ do território marítimo pelo jangadeiro se concretizam através de marcações de alguns pontos como árvores, morros e pedras marcadas¹⁴, que referenciam todos os pesqueiros¹⁵ conhecidos e eram guardados com segredo por eles. A referência para eles é o “caminho” e o “assento”.

O *caminho* corresponderá à latitude, norte e sul, e o *assento* será a longitude, leste, oeste. Todos os pesqueiros conhecidos e todas as Pedras Marcadas mais ou menos sabidas de muitos ou de raros pescadores têm caminho e assento, únicos para a localização (CASCUDO, 2002, p. 27).

A partir da década de 50 o número de jangadas passa a diminuir devido à dificuldade de se encontrar o pau-de-balsa ou ‘píúba’, principal matéria prima da jangada. Na década de 70 começa a se popularizar as jangadas de tábua (embora as primeiras foram feitas já na década de 1940 no Rio Grande do Norte) que passam a substituir as jangadas feitas de pau, atualmente a grande maioria das jangadas são feitas de tábuas. As ‘jangadas de alto’ são utilizadas para pesca em alto mar e as pequenas jangadas para pesca estuarina e costeira (DIEGUES; ARRUDA, 2001). Câmara Cascudo (2002, p. 143) observou na década de 1950 que as jangadas de tábua eram bem mais caras do que as de pau, e que menos de 10% dos jangadeiros eram proprietários de sua jangada.

Os jangadeiros também possuem grande conhecimento sobre a arte da

¹⁴ Pedras marcadas são pontos submersos ou não, que indicam pesqueiros típicos e tradicionais de certos pescadores, o caminho e a sua posição é sabido por poucos e é guardado em segredo. As pedras marcadas eram propriedade de um pescador, dos parceiros ou da família.

¹⁵ Os Pesqueiros são para os jangadeiros, as zonas onde a determinadas distâncias da terra e profundidade há sempre pescados, são eles (em relação crescente de distância da costa e profundidade): *Taci, Corubas, carreira das Pedras, Razinho, Raso, Risca e Paredes*.

navegação, as técnicas utilizadas para a pesca demonstram profundos conhecimentos sobre as espécies e sobre a dinâmica do oceano. Além da pesca artesanal eles também realizam outras atividades de menor importância para essas comunidades, como o extrativismo e algumas roças de mandioca, principalmente em tempos de inverno, quando as pescarias rareiam (DIEGUES; ARRUDA, 2001).



Fotografia 2 – Jangadas repousando na praia de Caraúbas, Maxaranguape (RN). Foto: Lucas Gabriel, 28/03/2017, 14h15min.

A pesca artesanal é a principal atividade para os jangadeiros e em alguns locais a sua reprodução encontra-se ameaçada devido à chegada do turismo, quando muitos jangadeiros se voltam para os serviços turísticos e abandonam a pesca artesanal, que também sofre um grande impacto com a concorrência de pescadores com outros tipos de embarcações mais tecnológicas e eficientes, como os botes motorizados (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

No Nordeste houvera incentivos do governo para produção de álcool, ocasionando na expansão do cultivo de cana-de-açúcar para a zona costeira, que em muitos casos desceu até as proximidades das praias, lagunas ou mangues. Com isso as usinas foram cercando e comprando os territórios de usos comunitários, o que ameaçou e causou impactos ao modo de vida das populações tradicionais que habitavam essas regiões.

Muitos jangadeiros também foram expulsos ou venderam a suas terras para a construção de residências secundárias. Atualmente, muitos dos lugares que são citados

na obra de Luis da Câmara Cascudo (2002) como lugares onde havia uma presença muito forte dos jangadeiros, hoje estão dominados pelo turismo, como Genipabu, Ponta Negra, Areia Preta, Jericoacoara, Cabo de Santo Agostinho, etc.

A jangada, desde os seus primeiros registros no século XV, apareceu como um elemento principalmente econômico e ligado a pesca, e não a guerra ou ao transporte comum, mas também é dotada de todo um simbolismo para o povo do litoral nordestino. Um exemplo disso é o jangadeiro cearense “Chico da Matilde” ou “Dragão do mar”, que foi um ativista e líder abolicionista e sua jangada tornou-se um símbolo material do abolicionismo. A jangada também está fixada no brasão do estado do Rio Grande do Norte, onde representa a pesca, criado pelo decreto nº201 de 1909.

1.3.6 - Caiçaras e a presença da cultura na Baixada Santista

Os caiçaras são comunidades formadas pela mescla étnico-racial entre indígenas, colonizadores europeus e escravos africanos (em menor grau), essas comunidades guardam muitas semelhanças com os caipiras. Assim, Cristina Adams (2000, p.105) afirma que “[...] a cultura caipira formou-se pelo cruzamento do português com o indígena, e produziu o mameluco paulista, na qual o caiçara está inserido”. O afastamento dos caiçaras em relação aos caipiras ocorreu em um momento em que a economia agrária e o extrativismo foram perdendo a sua importância para a pesca artesanal. Para Antônio Cândido ambas as culturas tiveram origem no deslocamento pioneiro que ocupou o território brasileiro.

Foi o povoamento disperso que favoreceu a manutenção duma economia de subsistência, constituída dos elementos sumários e rústicos próprios do seminomadismo. O deslocamento incessante do bandeirantismo prolongou-se de certo modo na agricultura itinerante, nas atividades de coleta, caça e pesca, do descendente caipira, a partir do século XVIII (CANDIDO, 2010, p.54).

A cultura material indígena possui muitos objetos que foram incorporados pelos caiçaras, como o tipiti (espécie de sexto para ralar mandioca), ervas entorpecentes para atordoar os peixes (como o timbó), as tapagens (barragens fincadas fundo de rios e estuários para prender os peixes), o moquém (processo de submissão do peixe ao fogo para conservá-lo), a canoa, a poita, a coivara e a âncora primitiva (ADAMS, 2000).

Essa cultura se desenvolveu principalmente na zona litorânea dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, onde se formaram grandes e médios aglomerados para os quais as pequenas comunidades escoavam parte de sua pequena produção

(principalmente peixe e farinha). Assim no espaço caiçara surgiram cidades como Parati, Ubatuba, Guarujá, Santos, São Vicente, Iguape, Cananéia, Antonina, Paranaguá e Parati.

Algumas dessas cidades tiveram um papel importante durante a colonização até meados do século XIX, devido à exportação de ouro, arroz e açúcar, porém tiveram declínio econômico devido ao ciclo do café, no interior do estado e baseado em mão de obra assalariada. Durante esse período de declínio econômico, algumas comunidades mantiveram uma distância e poucas relações com as cidades do interior (DIEGUES, 1988).

O modo de vida caiçara foi baseado na pesca, na agricultura itinerante, no extrativismo vegetal e na produção de artesanato, sendo que hoje a agricultura itinerante é mais difícil de ser encontrada entre as comunidades caiçaras, pois muitas residem em locais onde o cultivo agrícola foi inviabilizado de ocorrer, devido as leis de proteção e a inadequação do solo aos cultivos (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

[...] as comunidades caiçaras se formaram nos interstícios dos grandes ciclos econômicos do período colonial, fortalecendo-se quando essas atividades voltadas para a exportação entraram em declínio. Sua decadência, em particular no setor agrícola, incentivou as atividades de pesca e coleta em ambientes aquáticos, sobretudo os de água salobra, como estuários e lagunas (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p. 42).

O termo caiçara tem origem no vocabulário tupi-guarani *caíçara* e significa ‘o homem do litoral’, os tupis utilizavam o termo para se referirem aos cercos, estacas e currais que eram colocados na água para cercar os peixes (ADAMS, 2000). Com o passar do tempo o termo passou a se referir às palhoças construídas nas praias para abrigarem os apetrechos utilizados para a pesca. Para os jangadeiros, o termo caiçara é referente às barracas de folha de coqueiro construídas na praia, apenas com a cobertura vegetal e com os lados livres (CASCUDO 2002). Esse tipo de construção é chamado de ‘rancho’ entre os caiçaras.

Na década de 90 a Fundação SOS Mata Atlântica passou a utilizar o termo para se referir aos moradores de Cananéia, e depois o termo passou a ser utilizado para todos os indivíduos de comunidades localizadas nos estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná (ADAMS, 2000).

O caiçara tinha uma economia marcada pela dependência e pela troca, pois ela precisa corresponder às necessidades familiares e domésticas, porém para isso eram

necessários insumos externos, isso explica por que o caiçara não faz parte de uma economia fechada. Contribuindo com a economia global, através do contato com sujeitos externos e com o mercado é que se conseguiam produtos que ele não podia produzir, como o sal, a pólvora, ferramentas, vestuários, entre outros.

Sobre as atividades produtivas dos caiçaras, Cristina Adams (2000, p. 148) afirma:

Além da derrubada da mata para o plantio e da retirada de espécies para o artesanato, para a medicina caseira e para a construção de casas e apetrechos, muitos recursos eram coletados nos ecossistemas associados a mata atlântica (mangues, restingas e costões rochosos). [...] algumas utilizações do mangue pelos caiçaras: extração de tanino, tintura para redes, madeira para a construção de casa, peixes e ostras.

O folclore caiçara era um dos mais diversos do Brasil, eles acreditavam em guardiães da floresta (como Curupira, Boitatá, Mãe da mata), em espíritos que protegem os animais, a reprodução e a água (Anhangá, Tapiora e Mãe d'água). As festas de maior importância para os caiçaras (e também para os caipiras) é a do Divino Espírito Santo e a do Bom Jesus de Iguape (ADAMS, 2000).

Também há outras festas e manifestações como a Folia de Reis, a Dança de São Gonçalo, a Congada (que relata as aventuras do rei Dom Sebastião em sua luta contra os mouros), o Caiapô (inspirado em festa e lutas de influência indígena), a festa de São Pedro (quando se realizam procissões de barcos, é a festa do santo padroeiro dos caiçaras), a marujada, o fandango, a dança das fitas¹⁶, e havia também os pasquins que são semelhantes aos cordéis e narram o cotidiano nas comunidades e aventuras no mar (DIEGUES, 1983).

Diegues (1988) afirma que um maior contato dos caiçaras com o ambiente marítimo, devido à intensificação da atividade pesqueira, fez com que surgissem festas relacionadas com o mar, como a Festa do Pescador, dia de São Pedro e São Paulo, a Corrida das Canoas e a Festa da Tainha.

Os caiçaras têm como religião o catolicismo, e ainda hoje algumas dessas comunidades mantêm algumas festas, embora a religião protestante esteja sendo aderida por um número cada vez maior de caiçaras, causando o fim de algumas festas e

¹⁶ Muitas dessas festas e danças são provenientes das tradições oriundas da colonização portuguesa, como o fandango e as estórias do Rei Sebastião. A dança das fitas ocorria nos grandes dias de festa, dentro das casas ou no terreiro.

adorações (ADAMS, 2000). O contato com a internet, televisão e outros fatores do ambiente citadino também fez com que o caiçara deixe de lado algumas de suas crenças folclóricas, como os guardiões e também alguns mitos e simbolismos, além de provocar o desinteresse dos mais novos em dar continuidade nas atividades dos antigos.

O povoamento caiçara na região da Baixada Santista remonta ao século XIX, quando se estabeleceram as famílias mais antigas, a região já era marcada por uma presença de uma herança étnica africana nas populações tradicionais, principalmente nas proximidades do Vale do Quilombo¹⁷. Mas também pela presença étnica dos ibéricos vindos das Ilhas Canárias, Açores e Madeira, além da presença de aldeamentos *Guarani* (ROMANI, 2012).

O litoral norte do estado de São Paulo passou por um curto ciclo açucareiro em fins do século XIX e início do XX, e ao final deste miniciclo da cana-de-açúcar na região iniciou-se um êxodo populacional dos municípios da região para outros maiores como Santos. A cidade de Santos teve um grande crescimento populacional em um curto período de tempo (em 1890 o município tinha 13.000 habitantes e em 1970, 345) (DIEGUES, 1983).

Esse fenômeno possui grande importância para a formação histórica das Vilas de Pescadores na Baixada Santista, que recebeu muitos deslocamentos populacionais locais durante todo o século XX, devido a uma grande migração interna (regional e inter-regional) e à especulação imobiliária sobre as áreas costeiras. Isso resultou no estabelecimento de comunidades em regiões propícias à pesca e à agricultura tradicional (ROMANI, 2012).

Uma movimentação em parte motivada por uma dinâmica relativa à própria expansão familiar e, em outras circunstâncias, uma migração forçada quando algumas famílias caiçaras se viram obrigadas a deixar seus locais de origem para constituírem moradia nos sertões próximos à Serra do mar, junto às beiradas do estuário ou sobre as áreas de mangue, devido à especulação imobiliária para a ocupação da costa (ROMANI, 2012, p. 37).

A partir da década de 1920 e associado ao aumento populacional da Baixada Santista, aumenta a vinda de barcos motorizados para Santos para comprar peixes, e é nesse momento que os pequenos produtores litorâneos (pescadores-lavradores) começam a se especializar na atividade pesqueira, pois juntamente a vinda de barcos

¹⁷ O Vale do Quilombo se localiza em Cubatão, e o Rio Quilombo deságua no estuário de Santos.

motorizados ocorre a expansão imobiliária e portuária (DIEGUES, 1983).

Na década de 1930 inicia-se uma mudança bastante acentuada na relação de algumas comunidades caiçaras com a mata atlântica, atingindo grande parte das comunidades caiçaras em tempos e períodos diferentes, pois nesse período, conforme afirma Cristina Adams (2000, p. 222):

[...] introduziu-se a pesca embarcada na vida do caiçara, com a chegada do barco a motor de Santos, que aos poucos foi abandonando a sua subsistência baseada na roça de coivara e na pesca costeira em troca desta nova atividade.

As principais mudanças que ocorreram entre as comunidades caiçaras, mesmo que em tempos e de maneiras distintas em cada uma delas, marcaram a passagem de uma economia agrária e de subsistência para a pesca artesanal de subsistência (nas primeiras décadas do século XX) e, posteriormente, desta para a pesca artesanal motorizada (após meados do século XX) (ADAMS, 2000).

Portanto, houve a princípio uma passagem da economia agrária, dos pescadores-lavradores (onde a pesca artesanal era realizada com mais instrumentos de fabricação própria, ocasional e complementar à agricultura) para a pesca artesanal (com “apetrechos” mais modernizados e barco a motor), essa passagem atingiu grande parte das comunidades que praticam a pesca artesanal litorânea, este fenômeno iniciou-se nas comunidades caiçaras a partir da década de 1920.

Esta transformação ocorreu a princípio nas comunidades da Baixada Santista, e se expandiu para o Litoral Norte e Sul. Isto levou os caiçaras a desenvolverem novas tecnologias e formas de manejo de seus recursos voltados para o ambiente marítimo.

[...] com a introdução do motor de centro nas canoas, que começa a se caracterizar a emergência da ideologia de pesca em parte da população, no momento em que esta começa a ter um maior domínio tecnológico da captura e do meio ambiente. [...] Assim, a mentalidade do pescador artesanal incorporou-se à nova percepção do meio ambiente aos poucos, principalmente em relação aos produtos de capturas mais procurados, aos peixes e crustáceos (ADAMS, 2000, p. 167).

Assim, até a década de 50 as comunidades caiçaras conseguiram manter o seu modo de vida tradicional, porém nesse período houve a expansão da malha ferroviária, interligando as áreas litorâneas com o planalto e com o interior, iniciando um fluxo migratório para as cidades, fosse para lá residir ou para trabalhar e garantir a sua subsistência.

Isso marca o início de um enfraquecimento da identidade cultural caiçara, pois muitos passaram a identificarem-se com o modo de vida urbano-industrial, então deixaram de se interessarem pelos saberes e conhecimentos de seus ancestrais. Sempre houve um contato das comunidades caiçaras com o meio urbano voltado para as trocas, pois a maioria nunca foi completamente isolada e nem autossuficiente. O “isolamento” dessas comunidades foi sempre relativo e relacionado principalmente a períodos de decadência dos ciclos econômicos (ADAMS, 2000).

Outra grande ameaça a essas comunidades foi o avanço da especulação imobiliária, que se agravou a partir das décadas de 50, 60 e 70 (Com a construção da rodovia Rio-Santos) e segue forte até os dias de hoje, privando os caiçaras ao acesso às praias e a lugares ocupados por seus ancestrais. A criação de áreas naturais protegidas, que altera o espaço de produção e reprodução material e social das comunidades, impondo limites e controles às práticas tradicionais de manejo e coleta dos recursos naturais, como a pesca e a agricultura itinerante (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

[...] as estradas para o litoral trouxeram consigo grandes mudanças, talvez irreversíveis, à sobrevivência caiçara baseada em atividades de subsistência, já que o território terrestre dessas populações está sendo vendido e ocupado por uma população eminentemente urbana, ou então resguardado sob a forma de unidades de conservação de uso restrito (ADAMS, 2000, p. 224).

No litoral norte de São Paulo, entre as décadas de 60 e 70 a agricultura se modernizou e as áreas de cultivo permanente foram substituindo as temporárias, a cidade passou a se expandir sobre o campo, fazendo com que os caiçaras e outras comunidades tradicionais dessa região saíssem de suas terras (ADAMS, 2000).

O turismo de massa também é uma grande ameaça às comunidades caiçaras, pois principalmente no litoral norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro, muitos caiçaras deixam de lado algumas atividades, como a pesca artesanal e a coleta, para atenderem as demandas dos serviços turísticos.

[...] com a construção das primeiras estradas em direção ao interior, as cidades portuárias de Santos e Paranaguá desenvolveram mais que as outras. Quando as auto-estradas foram modernizadas e o litoral passou a ser ocupado por habitantes das cidades do interior em busca de lazer, houve uma redescoberta das antigas populações litorâneas, que passaram a sofrer problemas semelhantes aos de seus antepassados índios. Essas antigas populações são formadas pelos chamados caiçaras do litoral de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná (ADAMS, 2000, p.99).

Sueli Ângelo (1990) constatou que a pesca artesanal em uma comunidade caiçara do litoral norte na década de 1980, era praticada pelos mais velhos e mais pobres, e que os mais jovens estavam sendo absorvidos para a pesca industrial. Os próprios pescadores haviam colocado como as principais causas disso a perda de suas terras e a concorrência com a pesca industrial.

Poucas famílias vivem apenas do trabalho na pesca. Somente os pescadores, bem sucedidos (que adquiriram barco próprio a motor e cerco na baía) viviam apenas dessa profissão. Essa situação crítica é descrita por eles próprios como uma forma de resistência a absorção pelo trabalho em barco dos outros, na casa de turistas, na construção civil ou alugando e vendendo suas próprias casas (1990, p. 65).

Todos esses fatores contribuíram para que muitos caiçaras fossem expulsos de seus territórios de passassem a viver em favelas e periferias das cidades, onde eram marginalizados e colocados à cargo de subempregos. Hoje muitas das antigas comunidades caiçaras deixaram de se reconhecer como tal, e muitas das que ainda se auto identificam como caiçaras têm as tradições ignoradas, principalmente entre os mais jovens, além de uma falta de interesse em dar continuidade às atividades tradicionais, bem como a transmissão oral de saberes, simbolismos, mitos e estórias.

A disseminação do barco a motor também foi um marco de mudança para o modo de vida e para o referencial cultural do caiçara, pois com isso ele passa a ter um contato mais intenso com o universo marítimo e dedicar um tempo maior para as atividades de pesca, o que somado com outros motivos, como a criação de unidades de conservação, fez com que houvesse um abandono das atividades agrícolas, havendo exceções e comunidades que mantém a agricultura (ADAMS, 2000).

A tabela 2 (próxima página) mostra de uma maneira sintetizada as principais transformações que envolveram as comunidades caiçaras e pesqueiras a partir da década de 1920, momento em que a industrialização e da urbanização se intensificam e passam a ser determinantes na regionalização e formação do território brasileiro.

Tabela 2 – Principais transformações envolvendo as populações caiçaras. Fonte: ADAMS (2000) e DIEGUES (1983).

Período de início	Região	Evento	Consequência
Década de 1920	Litoral Sul de São Paulo (região de Cananéia e Iguape)	Construção da ferrovia, expansão do café para outras regiões, declínio da rizicultura e desativação do porto de Iguape.	Marginalização da região e pequena migração para as cidades.
Década de 1920	Baixada Santista	Profissionalização do pescador-lavrador e expansão dos primeiros barcos a motor para outras regiões do litoral sul e sudeste.	Abandono total ou parcial da agricultura de subsistência.
Década de 1930	Litoral Paranaense	O deslocamento de ciclos econômicos, expansão urbana e chegada de barco a motor.	Gerações vão deixando de lado atividades como a caça, a coleta e agricultura e dedicam-se exclusivamente à pesca.
Década de 1930	Litoral Norte de São Paulo	Influência de fatores externos como o porto de Santos e a chegada de barcos a motor.	Forte mobilidade, quebra e desestruturação de comunidades locais e abandono da agricultura em detrimento da pesca.
Década de 1940	Litoral Norte de São Paulo e Sul do Rio de Janeiro	Construção de estradas rodoviárias, chegada do turismo e da especulação imobiliária e incorporação dos pequenos pescadores a essas atividades.	Abandono das atividades tradicionais caiçaras e migração dos pequenos pescadores para as periferias urbanas, vivendo da pequena pesca.
Década de 1950	Município de Itanhaém	Construção da rodovia, prosperidade para a bananicultura e intensificação da atividade turística.	Crescimento da população urbana e fim de algumas atividades tradicionais dos caiçaras.
Década de 1960	Litoral Sul (Peruíbe, Cananeia e Iguape), Norte (Ubatuba) de São Paulo e Paraná (Guaraqueçaba)	Criação de Unidades de Conservação, que restringiu e criou limitação quanto ao uso dos recursos naturais.	Estradas não passam por manutenção, as moradias não podem ser reformadas, não são construídas escolas, postos de saúde, rede de esgoto e luz.
Década de 1970	Litoral Sul Fluminense	Construção da rodovia Rio-Santos.	Invasão do turismo, especulação imobiliária, abandono das atividades agrícolas e especialização na atividade pesqueira.

Atualmente, as comunidades caiçaras que mantêm alguns de seus elementos mais tradicionais estão localizadas em diversas categorias de unidades de conservação ou em pontos de acesso com mais dificuldade, como ilhas ou outros lugares onde o acesso é dificultado ou onde só é possível ter acesso por meio de embarcações (DIEGUES, 1995).

O mapa 2 (página 51) apresenta o território de abrangência das populações caiçaras, porém muito do território ancestral caiçara hoje se tornou área residencial, de turismo ou protegida e as populações foram obrigadas a deslocarem-se para as cidades, hoje apenas alguns enclaves do território originalmente ocupado pelas populações caiçaras.

Na Baixada Santista, os principais fatores que causaram a diminuição das comunidades caiçaras ao longo do século XX, foram a chegada dos barcos de pesca industrial, expansão portuária, imobiliária e da atividade turística. Porém hoje ainda se encontram algumas comunidades caiçaras na região, que se mantêm como enclaves ao longo do espaço urbano, principalmente nos municípios do Guarujá (comunidades da prainha branca, do Perequê e Conceiçãozinha) e de Santos (comunidades do Caruara, Monte Cabrão e Ilha Diana).

Carlo Romani (2012, p.43) classificou três momentos distintos para o estabelecimento das comunidades caiçaras e pesqueiras na Baixada Santista:

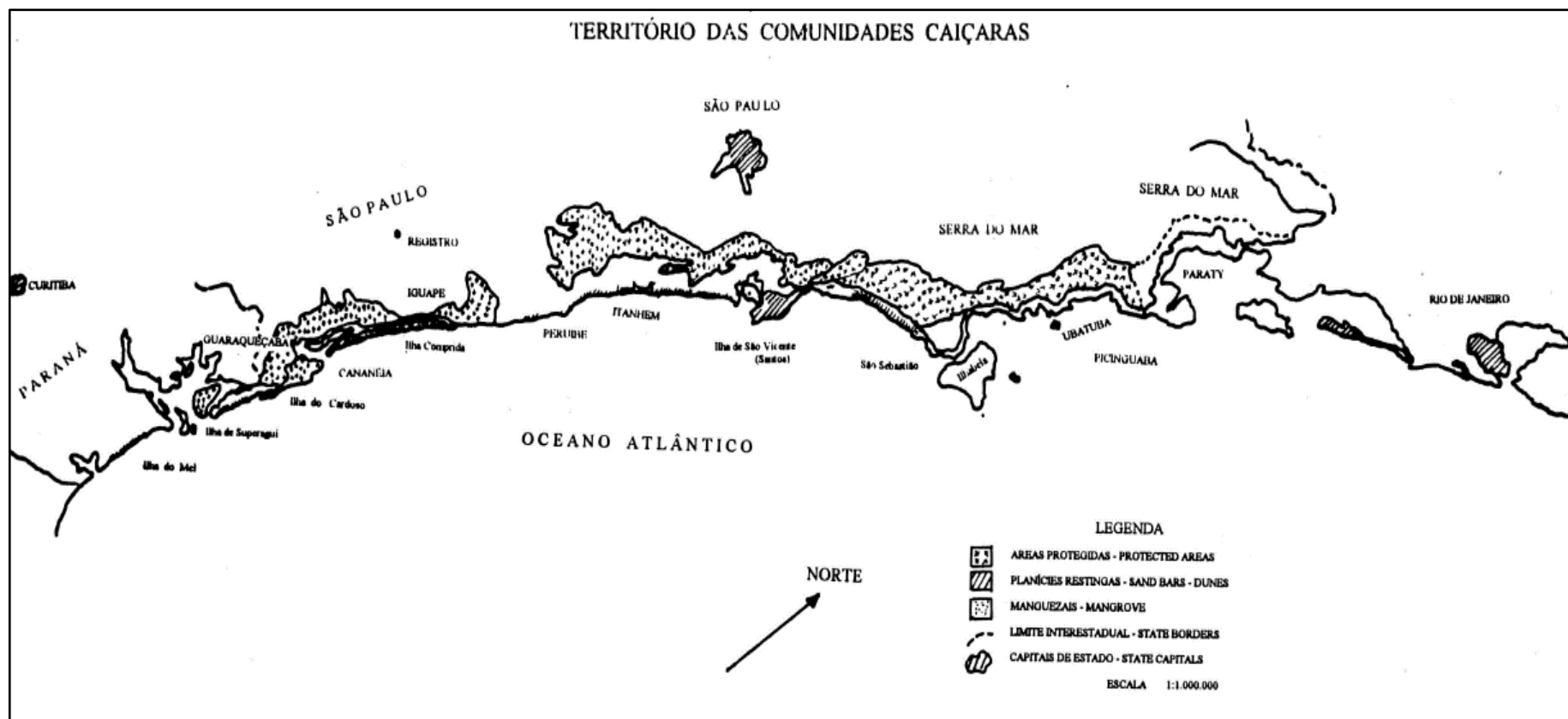
O primeiro povoamento que levou à fundação dessas vilas de pescadores foi resultado de uma migração de caráter local [...]. Um segundo movimento [...] foi caracterizado pela migração de pescadores e habitantes dentro da área de influência da cultura caiçara, desde Santa Catarina até o Rio de Janeiro. O último fluxo migratório, a partir da década de 1960, teve como principal motivo o aumento da especulação imobiliária nas praias paulistanas [...] que atraiu a vinda de migrantes de várias regiões do país, particularmente de estados do Nordeste. A partir da década de 1990, retornam os trânsitos locais agora protagonizados já não mais por famílias de pescadores, mas pelos descendentes das últimas gerações de migrantes provenientes dos bairros mais pobres da região, e que passam a ocupar terrenos em áreas de mata e de mangue, alargando as antigas áreas mais restritas e ocupadas pelas vilas de pescadores.

Embora houvesse esses diversos fluxos migratórios houve em algumas comunidades, como a da Ilha Diana, Perequê e Monte Cabrão a manutenção de alguns costumes produtivos, artísticos e alimentares que ainda mantêm uma intensa relação das populações dessas comunidades com o meio em que habitam e que dá continuidade à

cultura caiçara na Baixada Santista.

Essa relação que ainda se mantém pode ser expressa pela dependência e relação com os ciclos naturais, como ocorre na pesca e nas atividades de coleta. E como afirma Arruda e Diegues (2001), o pertencimento à cultura ocorre principalmente por meio da reinvenção e ressignificação das tradições e dos costumes, que são herdados por meio da oralidade, do cotidiano e da atividade produtiva.

Um fator que merece destaque é que para que o morador da comunidade se considere caiçara e o seja considerado pela comunidade, não basta somente ele ter nascido no litoral, mas sim partilhar dos saberes e técnicas dessa cultura. Outro fator essencial que deve ser ressaltado sobre os caiçaras é que eles, os caiçaras, podem ter origem e hábitos comuns em uma determinada área, como Antonio Candido (2010) se referiu em relação aos caipiras de São Paulo. Porém as mudanças vividas por este modo de vida, ao longo do território, são específicas de cada lugar e possuem distintas temporalidades, assim não sendo comum em toda a área de abrangência da cultura caiçara (Mapa 2, página 51). Portanto, não há uma única cultura caiçara, tampouco um caiçara, pois a cultura possui um caráter disperso de acordo com que novas relações de produção são impostas de maneira desigual no território.



Mapa 2 – Território ocupado por populações caiçaras. Fonte: DIEGUES, 1988, p. 5.

CAPÍTULO 2 - TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA PESCA

2.1 - ESTADO E TERRITÓRIO

O Estado tem influenciado de diversas maneiras na atividade da pesca, muitas de suas ações e políticas que interferem na atividade pesqueira são impostas de maneira vertical, onde aqueles sujeitos que realizam a pesca artesanal não têm contemplado todos os subsídios e fatores que seriam benéficos para a reprodução da pesca artesanal.

As leis e políticas relativas à pesca são implantadas de uma maneira vertical, onde o Estado em conjunto com empresas privadas de pesca industrial molda e determina as ações que os favoreça, muitas dessas ações são fortemente ancoradas e financiadas por um capital privado. Com isso, a centralidade dos subsídios e recursos públicos destinados à pesca estão sob uma centralidade exercida pela pesca industrial, e o principal agente para implementar as leis, reformas e decretos é o Estado, através do planejamento.

Atualmente, a relação do Estado com os pescadores já parte do pressuposto de que os pescadores são pescadores profissionais, portanto, que para exercerem a profissão pesqueira devem possuir o Registro Geral da Pesca, que garante o acesso ao auxílio-defeso¹⁸ e aos direitos previdenciários (INSS) (SILVA, 2014).

Muitos dos pescadores artesanais são excluídos do benefício do seguro defeso, pois o benefício não é concedido para aqueles que realizam outra atividade, mesmo que esporadicamente, e para receber o benefício é necessário realizar somente uma modalidade da pesca, por exemplo, de peixe ou de camarão. Isso demonstra a invisibilidade que a pesca artesanal mantém sobre o Estado, que se faz ausente nessa questão, embora muito presente em relação à fiscalização sobre o que é pescado pelo pescador artesanal, que muitas vezes não obedecem ao período de restrição de determinadas espécies e têm suas pescarias apreendidas pela fiscalização.

Com isso, muitos dos pescadores se inserem na pesca industrial embarcada e deixam a pesca artesanal devido às dificuldades de acessar o seguro defeso. Isso mostra como os pescadores tornam-se subordinados ao sistema burocrático estatal para que possam exercer a sua função, e para conseguirem se regularizar, é necessário que eles possuam alguns

¹⁸ Auxílio recebido pelos pescadores em período de restrição da pesca de determinadas espécies, esse período é determinado pelo IBAMA, o valor é de 1 salário mínimo mensal durante o período. O auxílio defeso foi instituído pela Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/6207.pdf>> Acesso em: 06/12/2016

requisitos. Todos esses fatores resultam na diminuição dos pescadores artesanais, pois eles têm a sua força de trabalho despendida como pescadores de barcos pertencentes a empresas, que são os principais responsáveis pela sobrepesca, causada pelo maquinismo e técnicas mais predatórias utilizadas na pesca industrial (DIEGUES, 1983).

A pequena visibilidade que o pescador artesanal possui frente ao Estado é muito recente e veio somente com a lei nº10. 779/2003 foi a primeira a conceder e estender os benefícios previdenciários e/ou trabalhistas para os pescadores artesanais, elemento ausente para eles (pescadores embarcados) até então (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

A relação do Estado com a pesca artesanal se inicia antes da instituição da primeira república, portanto é após a instituição desta e o fim do império que as ações entre o Estado e a pesca artesanal ficam mais estreitas, pois é quando a pesca é institucionalizada tornando-se uma categoria e são criadas as primeiras instituições representativas, e quando se estabelece as ações de maior controle sobre a pesca.

Segundo Antonio Carlos Robert Moraes (2005) é nesses momentos de ruptura¹⁹ que o papel da formação territorial armado pela política nacional se demonstra pela prática de “transformações pelo alto”, sempre dominantes na nossa história política, assim no Brasil tem-se “a subordinação e a dependência como critério estruturador da sociedade. [...] Nesse sentido o colonizador desenvolve a ideia de conquista” (MORAES, 2005, p. 97).

Portanto, as ações do Estado para com a pesca artesanal possuem esse caráter da subordinação e a dependência, pois o Estado, em suas primeiras ações passa a enxergar os pescadores como recursos a serem utilizados, juntamente com os seus territórios, e tentando atribuir especializações e funções à determinados territórios.

Para Cristina Adams, as “transformações pelo alto” ocorridas em relação a pesca artesanal estão em três principais eventos, ocorridos a partir das primeiras décadas do século XX.

Após o início do século XX, principalmente entre 1930 as mudanças pelas quais passaram as comunidades de pescadores no Brasil possuem três aspectos básicos: A formação das colônias de pescadores pela Marinha de Guerra (desde 1920), a correlação entre a modernização dos barcos e à pesca seletiva (desde 1960) e a transformação do sistema de representação corporativista (ADAMS, 2000, p. 131).

Portanto, o Estado passa a interferir no território dos pescadores, o que também leva

¹⁹ No caso da pesca o momento de ruptura referido é o fim da monarquia e instituição da república.

a transformação de sua identidade (RESENDE, 2014).

A especialização da pesca desse período da Primeira República demonstra como a pesca foi importante para constituição do território nacional. Sua temporalidade remonta a esse período com culminância de maior mudança legislativa para a categoria, e no qual o Estado se torna o maior interventor não somente do território dos pescadores, mas na construção da identidade do pescador pelos novos arranjos impostos com o reordenamento territorial e com os deveres da categoria (RESENDE, 2014, p.44).

Uma ação que causou uma imensa transformação nos territórios de pesca artesanal foi a missão do cruzador José Bonifácio²⁰, liderada pelo Almirante Gomes Pereira, uma missão empreendida pela Marinha de Guerra do Brasil que possuía o objetivo de conhecer sob um ponto de vista social e ambiental, todo o litoral brasileiro. Porém a missão acabou por conhecer as atividades presentes no território brasileiro e vinculadas a pesca e realizou uma caracterização da situação presente nas comunidades de pescadores²¹, e uma intervenção nas comunidades (RESENDE, 2014).

[...] o nome “Patriarca da Independência”, assinalou quanto esse trabalho de nacionalizar a pesca do país se filiava historicamente ao remoto alvorecer do Brasil e ao patriotismo e nacionalismo que a missão deveria difundir nas comunidades visitadas (RESENDE, 2014, p.45).

Observa-se então que as classes dominantes agem com uma concepção de conquista territorial como um de seus componentes de solidariedade, quando elas tentam introduzir o discurso de nacionalismo e patriotismo nas comunidades de pescadores artesanais. Antonio Carlos Robert Moraes (2005, p.99) afirma que “Esta temática vai aparecer [...] nos momentos de reordenamento institucional, quando assumem novas facções das classes dominantes no comando do aparelho de Estado”, e é o que ocorre em relação à institucionalização da pesca.

A expedição do cruzador José Bonifácio culminou com a criação de colônias de pescadores, onde o pescador foi colocado sob controle da Marinha do Brasil, e tornou-se um instrumento para ação do Estado sobre o território, em regiões onde antes não havia um poder estatal visível (RESENDE, 2014), devido ao fato de grande parte das comunidades de pescadores estarem localizadas em lugares afastados e com pouco contato com os centros urbanos. Portanto, o território tornou-se um instrumento do Estado para exercer o controle sobre os pescadores.

Assim, o estabelecimento de colônias de pescadores cria falsos interesses, que não

²⁰ Também intitulado “O patriarca da independência”.

²¹ A missão realizou-se entre os anos de 1919 e 1923.

são os reais dos pescadores, pois as colônias produzem entre esses uma ilusão de identidade sem referência social objetiva e uma perspectiva de espacialização limitada ao local ou ao regional. Segundo (MORAES, 2005, p.101):

As identidades restritas obstaculizam a soldagem dos interesses políticos dos dominados, em escalas maiores. [...] a identidade pelo espaço, ao mesmo tempo que cimenta concepções nacionais ao nível das classes dominantes, atua na dispersão dos dominados, em seu seccionamento do território. Para as elites, o nacional como horizonte geográfico, para as classes populares, o local ou no máximo o regional como perspectiva de espacialização. Portanto, a concepção de território unindo ou dividindo os sujeitos políticos.

No Brasil o ordenamento territorial e o controle através do território sempre se deram de maneira exacerbada, a história brasileira se realizou e realiza baseada em um processo de expansão territorial por meio de “frentes pioneiras”, realizadas sob o interesse daqueles que detém o poder, o capital privado e o Estado (MORAES, 2005).

O caráter tardio impõe uma perda de espontaneidade no ordenamento do território, o apetite territorial do Estado se exagera, os mitos territoriais encontram um campo propício a sua disseminação. [...] Na verdade, a história brasileira é um contínuo processo de expansão territorial, ainda em curso na atualidade. [...] a história do Brasil remonta ao expansionismo lusitano. O país tem assim, por antecedente, o signo da conquista territorial. (Ibidem, p. 94)

Em relação à pesca, pode-se afirmar que estas “frentes pioneiras” foram as primeiras ações do Estado para a institucionalização da pesca que envolveu o território como fator principal, a fim de que essas ações do Estado fossem efetuadas e que se garantisse um controle total sobre as comunidades pesqueiras.

2.2 - A PESCA NO BRASIL COLÔNIA E IMPÉRIO

Durante o período colonial já se praticava a pesca no Brasil, sendo que as atividades pesqueiras eram praticadas entre as comunidades indígenas e dentro de um quadro da policultura litorânea, com exceção à pesca da baleia. Até o início do século XX a pesca costeira era exercida principalmente dentro da policultura litorânea, e a partir de então começou a se desenvolver uma pequena pesca nos arredores dos centros urbanos, voltada para produção de mercadoria (DIEGUES, 1995).

Neste período tinham-se os pescadores mestiços descendentes de indígenas e de imigrantes africanos e europeus, que eram a maioria dos pescadores, e também os pescadores

armadores coletores de baleia²², que faziam parte da elite atrelada ao poder público local (Bahia e Rio de Janeiro) e utilizavam técnicas modernas para realizar a pesca em grande escala de produção (SILVA, 2015).

Ao longo do período colonial e do primeiro e segundo reinados, a pesca (principalmente de grandes embarcações para a pesca de baleia) passou a ser regulamentada por meio das primeiras leis e da cobrança do dízimo²³ pela igreja católica (está cobrança acabou com o início da República). O objetivo dessas cobranças de impostos era de exercer o controle e domínio territorial através da localidade dos pescadores, como afirma Cátia Antônia da Silva (2015).

Sendo assim, em 1808 foi criada a primeira colônia de pescadores, denominada de colônia Z-1, no município de Santa Cruz Cabralia, estado da Bahia. Esta colônia surgiu da livre iniciativa dos pescadores em se organizarem coletivamente (OLIVEIRA; SILVA, 2012). Em 1818 foi criada a mando de Dom João VI (que havia sido coroado rei de Portugal, Brasil e Algarves) a Colônia de Pesca Nova Ericéia (SC).

Em 1846 foi criada a Capitania dos Portos da Marinha do Brasil com a função de controlar toda a atividade presente na área de costa litorânea do Brasil²⁴. O primeiro decreto que se refere diretamente aos pescadores é o Decreto nº 447, de 19 de maio de 1846²⁵, que possuiu a primeira sistematização da atividade pesqueira e regula as primeiras estruturas que possibilitaram a criação das colônias de pescadores (RESENDE, 2014).

Seu capítulo II, “Da matrícula dos indivíduos empregados a vida no mar”, obriga os pescadores a possuírem matrícula e a se apresentarem no primeiro domingo de cada mês na Capitania dos portos, com a suas matrículas e vistos em dia. O decreto divide os pescadores em “distritos de pesca” e atribui a responsabilidade administrativa da atividade pesqueira à Marinha, além de determinar a obrigatoriedade da matrícula para os pescadores profissionais, o que tornava possível um controle do Estado sobre os pescadores.

²² O óleo de baleia era utilizado em construções e para a iluminação urbana, e em fins do século XIX e início do XX o seu uso estava em alta.

²³ Em 1534 o Governo Colonial editou o “Farol de Pernambuco” para recolhimento de 10% do pescado capturado naquela capitania a favor da ordem jesuítica e de 5% em favor do capitão Duarte Coelho. De 1534 a 1821 o dízimo do pescado foi cobrado pelas instituições de arrecadação do Estado (SILVA, 2015).

²⁴ Atualmente a Capitania dos Portos ainda é responsável pela regulamentação e fiscalização das embarcações.

²⁵ Publicação original disponível em: <http://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-32/Legimp-32_10.pdf#page=5> Acesso em: 07/12/2016.

Desde meados do século XIX os pescadores já se tornam subordinados a burocracia estatal, pois cada pescador possuía uma certidão de matrícula e tinha a sua embarcação catalogada, o controle era feito pelos capatazes. Portanto, no século XIX a pesca já servia como um instrumento da Marinha Brasileira exercer o domínio, ocupação e proteção do litoral. Neste período o governo valorizava os produtos ligados à atividade pesqueira nos grandes centros exportadores, Alberto Toledo Resende (2014, p. 59) afirma que:

[...] nos outros portos nacionais faltava estrutura para os serviços de preparo, salga e conserva de peixe, e nas áreas remotas, onde se achava a maior parte dos pescadores, estes viviam relegados ao descaso. Isso mostra a posição do império sobre a produção pesqueira: ele só valorizava a pesca da baleia e alguns pescados que se poderiam salgar para exportação [...].

O Decreto nº 876, de 10 de setembro de 1856²⁶ institui as companhias de pesca, que possuíam a função de pesca, salga e seca dos peixes. Em seus artigos é estabelecido um controle militar sobre a pesca (Art. 1º), a formalização das empresas, que deveriam ser nacionais e com um número limitado de estrangeiros (Art. 2º), que demonstra a tentativa do governo de implantar uma indústria da pesca, por meio das companhias de pesca. O artigo 2º também proíbe a organização de mão de obra escrava na atividade pesqueira.

Para Alberto Toledo Resende (2014) a proibição da participação de escravos na pesca, e a limitação do número de estrangeiros permitidos para a atividade, deve-se ao fato de que a tripulação pesqueira era vista como uma força militar de reserva, portanto, não convinha a participação de escravos e estrangeiros na atividade, além de o Decreto nº876, ser colocado pelo autor como “a gênese da legislação que viria a regular as colônias de pesca no período republicano” (2014, p.60).

O Decreto nº 8.338 de 17 de dezembro de 1881²⁷ é a última lei do período colonial relacionada à pesca, que autoriza o governo imperial a incorporar as companhias de pesca, salga e seca de peixe no litoral e nos rios do Império (SILVA, 2015). O Decreto em seu Artigo 1º divide o litoral do Brasil em três, norte, centro e sul, para fins de controle do litoral. No Artigo 3º, garante uns juro que devem ser pagos pelos pescadores, o Artigo 14º coloca algumas restrições e limitações para o pescador exercer a atividade pesqueira, e concede-lhes a permissão para trabalhar. Em termos gerais o Decreto vincula o trabalho do pescador as

²⁶ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-876-10-setembro-1856-570992-publicacaooriginal-94088-pl.html>> Acesso em: 07/12/2016.

²⁷ Publicação original disponível em: <<http://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/Conteudo/Colecoes/Legislacao/leis1881v2/pdf-57.pdf#page=6>> Acesso em: 07/12/2016.

atividades militares e forma a base da atividade pesqueira, como mão de obra livre e composta majoritariamente por brasileiros.

2.3 - TRANSFORMAÇÕES NA PESCA DE 1889 ATÉ 1923

Para Antonio Carlos Robert Moraes (2005) a crise e o fim do regime monárquico e da escravatura dão início a outro modo de acumulação na economia nacional, um pequeno setor industrial começa a se desenvolver, a urbanização torna-se significativa e ativas frentes colonizadoras se deslocam pelos territórios ‘inocupados’ pelo setor econômico nacional, e se intensifica a vinda de imigrantes para abastecer a indústria nascente.

Então é sobre esse contexto apontado por Moraes (2005) que, sobretudo a partir de 1919 as leis e decretos passam a produzir ações mais efetivas na pesca, e as elites passam a apostar na industrialização da pesca através de sua modernização, que se manifestou na tentativa de criar uma “indústria da pesca”, em que as políticas públicas, as leis e os decretos eram criados seguindo interesses privados oligárquicos.

É sobre este cenário que foi criado o Decreto nº 9.069, de 25 de outubro de 1911²⁸, que reestruturou e adaptou as companhias de pesca sobre uma perspectiva republicana, a cada empresa estabeleceu o nome de ‘companhia brasileira de pescarias’, e vinculou estas a um processo industrial e não a uma atividade extrativista (RESENDE, 2014).

A Lei nº 2.544, de 4 de janeiro de 1912²⁹ regulamenta a atividade pesqueira não só para as empresas, mas também para os indivíduos que a exerciam de maneira autônoma. Para alguns pescadores isso significou a posse de suas terras, que foram doadas pelo governo. O artigo 73 atribui uma inspetoria à pesca vinculada ao Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio. Para Alberto Toledo Resende (2014, p.61) a lei

[...] buscava uma compreensão maior não somente dos pescadores no território, mas do próprio território e seu potencial [...]. Um dos maiores ganhos para o pescador [...] foi a garantia da posse das suas terras, garantia que passou a dar-lhe o governo, doando-lhas; era um benefício que antes só se outorgava às companhias.

É criada a Inspetoria de Pesca, com sede no Rio de Janeiro, através do Decreto nº 9.672, de 17 de julho de 1912³⁰, que também instituiu cursos preparatórios de pesca, e seus

²⁸ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9069-25-outubro-1911-504397-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 07/12/2016.

²⁹ Publicação original disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-2544-4-janeiro-1912-577457-anexo-pl.pdf> > Acesso em: 07/12/2016.

³⁰ Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9672-17-julho-1912-524046->

artigos 77 a 84 regulamentam a Lei nº2.544 do mesmo ano, e traçam uma regionalização baseada no tamanho das embarcações e nos materiais utilizados para a pesca, atribuindo à cada embarcação e a cada técnica de pesca uma zona para se realizarem. O decreto também trouxe a tentativa de regulamentar o trabalho, através de ações como o limite de exercer a atividade em até 8 horas diárias e a proibição da pesca noturna.

Porém na década de 1920 ocorre uma reordenação da atividade pesqueira no Brasil, esta volta a ser controlada pela Marinha, e tornou-se importante elemento da frota militar e de pesquisas para conhecer elementos naturais e sociais do território Brasileiro. A lei nº 4.015, de 9 de janeiro de 1920, em seu 9º artigo e parágrafo 2º, incorporava o pescador profissional à reserva naval brasileira, sendo uma consequência da expedição e militarização dos pescadores, empregada pela Marinha (RESENDE, 2014).

A mudança na organização da pesca no território nacional deu-se principalmente pela expedição da Marinha de Guerra no Cruzador auxiliar José Bonifácio. Ao mesmo tempo que a expedição burocratizou a vida do pescador e o tornou mais dependente e subordinado às políticas estatais, também foram levados aparelhos de atendimento às necessidades básicas de saúde e educação, que até então inexistiam nessas comunidades.

A preocupação da Marinha era organizar os pescadores para a defesa militar do litoral, reunindo-os em Colônias onde se pudesse fornecer os serviços de educação e saúde, comercialização, etc. [...] É preciso ressaltar, no entanto, que historicamente os pescadores não podem ser vistos como um conjunto de comunidades isoladas, pois participaram de vários movimentos de revolta no período colonial (movimento contra a ocupação holandesa, a Cabanagem no Pará)(DIEGUES, 1995, p. 121).

O Decreto nº 16.183, de 25 de outubro de 1923 transfere para a Marinha do Brasil a organização da Diretoria de Pesca e Saneamento do Litoral, subordinando esta a Inspeção de Portos e Costas, fato que conferiu ao Ministério da Marinha poderes para exercer a fiscalização e a administração da atividade pesqueira, que envolvia a organização e regulamentação de embarcações, dos instrumentos de pesca, dos pescadores e da polícia naval (RESENDE, 2014). Este decreto teve grande relevância na relação entre pesca e Estado, pois “[...] regulamentava e organizava de fato a atividade pesqueira, não somente a voltada para a produção industrial ou em larga escala, mas a atividade praticada individualmente pelos pescadores [...] (RESENDE, 2014, p.63)”.

O Decreto nº 16.184, de 25 de outubro de 1923 visava promover um grande desenvolvimento no conhecimento acerca dos aspectos naturais e sociais do território, e também conhecer a maneira de organização e realização da pesca, o conhecimento sobre os pesqueiros, sobre as épocas de pescaria, as técnicas, e todo o conhecimento do território das comunidades pesqueiras, além de equipar as comunidades com aparelhos estruturais como escolas de pesca, cursos para os pescadores, e outras estruturas institucionais (RESENDE, 2014).

Essas leis e decretos que intervieram na pesca demonstram como o território aparece como fator central de dominação e controle do Estado sobre essas populações, manifesta-se então uma institucionalidade imposta de forma autoritária e totalmente hierarquizada, onde os pescadores tornam-se dominados e o Estado dominante. Este modelo de “transformação pelo alto” (MORAES, 2005, p.95) conflituoso que ocorreu na pesca expressa a maneira como avançam, se formam e se institucionalizam algumas estruturas e instituições no país, bem como quais são os verdadeiros sujeitos à quem elas servem.

[...] Uma sociedade rigidamente hierarquizada, uma institucionalidade apoiada mais na ditadura do que na direção moral. Uma política excludente, de consensos restritos, de transformações pelo alto, de violências. Uma cultura autoritária, senhorial, de bem demarcados estamentos e papéis sociais. Uma cultura essencialmente elitista, impositiva e de fortuitas trocas com o universo dos dominados (MORAES, 2005, p. 105).

É observado então uma mudança e um conflito quanto ao tratamento da função da pesca, que para as comunidades que a praticam ela possui a função de garantir a sobrevivência (pela alimentação e pelo comércio do pescado) e a reprodução do modo de vida dos pescadores, enquanto que para o Estado a pesca passa a ter outras funções, como a de ser um instrumento, juntamente com a legislação, de domínio e controle do território.

Trata-se de um processo dialético e contraditório, pois o Estado utiliza o conhecimento tradicional dos pescadores e a sua sabedoria espacial para garantir um domínio sobre o território, além de exercer um controle burocrático e político sobre os pescadores. Porém, ao mesmo tempo era levado a essas comunidades, através do Estado e da Marinha, direitos básicos (principalmente os de educação e saúde) os quais essas comunidades não eram dotadas anteriormente, pois sempre foram territórios invisíveis e subordinados.

2.4 - A MISSÃO DA MARINHA DE GUERRA NO CRUZADOR JOSÉ BONIFÁCIO

A Marinha de Guerra tinha a função, estabelecida pelo governo republicano brasileiro, de controlar o litoral de invasões, usurpações, assim como controlar e regular os portos voltados para exportação. Sendo assim, a missão no cruzador José Bonifácio comandada pelo Almirante Frederico Villar, possibilitou uma maior visibilidade à Marinha, e garantiu que esta exercesse a sua autoridade sobre os territórios litorâneos pouco conhecidos no período anterior a missão.

O objetivo da missão era realizar um mapeamento oceanográfico da costa brasileira, aplicando também uma visão científica com a atividade pesqueira. Portanto, a atividade pesqueira tornou-se estratégia do Estado para dominar o território e possibilitou que o governo passasse a obter um maior controle sobre os meios de produção da atividade pesqueira (RESENDE, 2014).

De acordo com a Marinha, esta população litorânea era de extrema importância para garantir uma nação forte nos moldes apresentados, e o Estado devia chegar a eles com todas as suas estruturas, tanto para lhes cobrar os devidos impostos, como para lhes dar amparo, prestando-lhes serviços de educação, saúde, saneamento básico e infraestrutura, bem como lhes financiando os apetrechos de pesca e as embarcações (RESENDE, 2014, p.51).

A principal ação para contemplar os objetivos da Marinha, em relação aos pescadores, foi a criação das colônias de pescadores, que conferia e legitimava a representatividade do governo naqueles territórios.

Tais colônias, constituídas dos agrupamentos de pescadores no litoral, ilhas, rios e lagoas, seriam um ponto de apoio para a ação social, administrativa e militar do governo da república, dando corpo a ossatura do governo e conferindo a este representatividade. [...] cada colônia seria um “centro de orientação técnica e profissional”, que dentro de suas estruturas contaria com espaços para preparar todos os pescadores (RESENDE, 2014, p. 52).

Portanto, são nas primeiras décadas do século XX que uma estrutura administrativa passa a ser aplicada na pesca, que passa a ser organizada em colônias, federações e confederações, e que a marinha passa a ter um controle sobre os pescadores artesanais de toda a costa brasileira. O projeto do Estado era de que as colônias fossem reunidas em federações de pescadores intermunicipais, com cerca de 15 a 25 colônias por estado. Portanto, essas ações da Marinha e do Estado brasileiro visavam um ponto de apoio para ações administrativas e militares (RESENDE, 2014).

A expedição do Cruzador José Bonifácio resultou na criação de mais de 800 colônias de pescadores, que para Cátia Antônia da Silva (2015, p.29):

[...] demonstra a ação do Estado na organicidade do poder público ao implementar normas de controle e de ação efetiva na vida dos pescadores, incluindo o interesse em controlar o comércio e a reprodução social (por meio de infraestrutura de saúde e de escolas) nas comunidades.

Esta estrutura de organização das comunidades pesqueiras se mantém até os dias de hoje, porém muitas delas não são controladas de fato pelos pescadores, pois como afirma Antonio Carlos Diegues (1995, p. 123) “[...] é importante frisar que a maioria das Colônias de pescadores ainda estão controladas por ‘pelegos’ ou por pessoas alheias à categoria como comerciantes, vereadores, funcionários, etc.”.

A criação de colônias de pescadores fez com que somente os sócios destas pudessem exercer por meios legais a profissão de pescador, além de facilitar para o Estado (que considerava os pescadores como defensores do litoral e marinheiros reservistas) o controle sobre todo o território das comunidades e sobre o trabalho e produção pesqueira. Assim, sob o controle da marinha o pescador torna-se instrumento da ação do Estado sobre o território, por estes estarem localizados muitas vezes em territórios externos a esfera urbano-industrial.

2.5 - POLÍTICAS PÚBLICAS E TRANSFORMAÇÕES NA PESCA DE 1930 ATÉ 1960

Durante a década de 1930 e início da Era Vargas, a pesca passa por um processo modernizador, seguindo os rumos da economia nacional e da centralização de poder no executivo, em que os códigos e a gestão da pesca passam mais diretamente para o poder executivo, por meio do Ministério da Agricultura.

Nesta fase, investimentos reais são feitos, sobretudo já com a denominação da pesca, como “indústria da pesca”, pensando na modernização dos apetrechos, embarcações e do circuito comercial, incluindo as fábricas de peixes conservados em lata e/ou em salgamento. Junto à instalação das colônias, cria-se também a modernização dos mercados de peixes, dos cais e de algumas instalações de atendimento médico e educacional ao pescador (SILVA, 2015, p.30).

Na Era Vargas a pesca passa a ser regulada pela Marinha e pelo Ministério da Agricultura, este mais responsável pela economia da pesca. Neste período, as colônias eram vistas como um “braço” territorial do Estado, e os pescadores possuíam a obrigatoriedade de estarem associados à colônia mais próxima de sua habitação.

Em 1938 foi criado o Decreto-Lei nº794, de 19 de outubro³¹, que atualiza o Código de Pesca, e atribui o controle e regulamentação da pesca ao Serviço de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal, pertencente ao Ministério da Agricultura. O Decreto-Lei reafirma a divisão regional dos pescadores em colônias, federações e confederações, regulamenta as técnicas e zonas de pesca e estabelece deveres ao pescador, entre eles de ter o seu registro pertencente à alguma colônia, mesmo que este não a habitasse.

Este Decreto-lei criado durante o ‘Estado Novo’, em que o projeto nacional era da construção de uma república corporativista, e o Estado centralizador do poder, mas que houve alguns avanços em relação aos direitos trabalhistas, como a criação de uma legislação trabalhista, baseada na ‘Carta del lavoro’ (MORAES, 2005). Portanto, o Decreto-lei nº794 é uma tentativa de regulamentação da profissão dos pescadores e sobre a sua associação em classe, medidas que fizeram parte de um projeto nacional de expansão dos direitos trabalhistas e da participação política e institucional.

Em 1943 é criado o Decreto-Lei nº 530, que transformou as colônias em cooperativas, extinguindo as federações e confederações. Em 1945 o Decreto-Lei nº 8526 cria a Caixa de Crédito da Pesca, concedendo créditos à compra de petrechos e embarcações para a hoje denominada pesca industrial (SILVA, 2015). Ambos os Decretos-leis criados em 1943 e 1945, reforçam a utilização dos pescadores como “braço” territorial do Estado nacional e a tentativa de se criar uma indústria nacional, como característico das políticas varguistas.

Em 1950 foi notada pelo governo a impossibilidade de transformar todas as colônias em cooperativas, sendo assim, o Ministério da Agricultura (pela portaria nº478) retomou a institucionalidade das colônias e assumiu o controle delas, reduzindo ainda mais o controle delas (SILVA, 2015).

Após a 2ª Guerra Mundial alguns fatores como a introdução de redes de náilon, do gelo, do motor de popa e depois de centro, provocaram imensas mudanças na dependência dos pescadores artesanais em relação ao mercado (DIEGUES, 1995), além da constante presença da figura de um atravessador (que ainda existe hoje nas comunidades pesqueiras). Ambos os motivos colaboraram para aumentar a dependência dos pescadores em relação ao mercado e as suas leis de regulação e controle, bem como de matérias que só são encontrados nos centros urbanos.

³¹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-794-19-outubro-1938-350346-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 08/12/2016.

2.6 - POLÍTICAS PÚBLICAS NA PESCA DE 1961 ATÉ 1988 E CRIAÇÃO DO DECRETO-LEI 221 EM 1967

A partir da década de 1960 iniciou-se o período de maior modernização no setor pesqueiro, pois foi promulgada a primeira política nacional de Pesca, no governo de Jânio Quadros, com a criação da CODEPE (Conselho de Desenvolvimento de Pesca) em 1961, da SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento na Pesca) em 1962. Durante esse período houve mudanças profundas no setor pesqueiro, com o intuito de romper com a baixa produtividade pesqueira e com o alto preço para o consumidor, além de acelerar o incentivo privado à pesca, o governo lançou um programa de incentivos fiscais para a pesca (DIEGUES, 1983).

A CODEPE e a SUDEPE foram criadas com o objetivo principal de impactar na sociedade e na economia, com a criação de cursos de capacitação, fornecendo subsídios para a cadeia produtiva e outras ações do planejamento (SILVA, 2015). Porém os incentivos fiscais foram fornecidos de uma maneira concentrada no Sul e no Sudeste do país, fomentando os mais privilegiados do setor pesqueiro, isso causou uma concentração das indústrias pesqueiras nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O principal ato de impacto no setor pesqueiro na segunda metade do século XX foi a criação do Decreto-lei 221, de 28 de fevereiro de 1967³² (Código de pesca), como ressaltado por alguns autores (DIEGUES, 1983 e 1995) e (OLIVEIRA; SILVA, 2012). Este Decreto-Lei não definia a pesca artesanal, apenas colocava os pescadores como ‘pescadores profissionais’, tornando invisíveis aqueles sujeitos que realizavam a atividade pesqueira artesanal, a pesca era definida conforme o agente que a realizava. Havia três grupos de agentes: Pescador profissional³³, pescador amador e o cientista. Ao pescador profissional já era concedido o seguro defeso, porém o pescador artesanal não possuía instrumentos que o amparasse (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

O Decreto-lei 221 foi criado durante um período de ditadura militar, onde não havia nenhum tipo de diálogo com os sujeitos aos quais a leis se dirigia, e que as políticas não eram pensadas para esses sujeitos, mas sim para as elites nacionais e imperialistas. À época seguia-se a ideologia de desenvolvimento nacional, promovendo “50 anos em 5”, por isso a

³² Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0221.htm> Acesso em: 08/12/2016. Este decreto substitui o Decreto-Lei nº794, e passa a ser o novo Código de Pesca.

³³ O Artigo 26 do Decreto-lei 221 definiu o pescador profissional como “aquele que, matriculado na repartição competente segundo as leis e regulamentos em vigor, faz da pesca a sua profissão ou meio principal de vida.”

preocupação do Decreto-lei em relação aos pescadores, as suas condições sociais e de trabalho, e a suas entidades representativas, era nula.

A maior preocupação era em oferecer estímulos à industrialização do setor pesqueiro através da isenção de impostos sobre exportações de produtos industrializados (concedidos às empresas) e ao abatimento do imposto de renda (OLIVEIRA; SILVA, 2012). Assim, o Decreto-lei 221 foi criado com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico nacional (ideia de milagre econômico brasileiro), através da industrialização do setor pesqueiro, pois o período pós 1964

[...] veicula a grande ideologia da “integração territorial”. A identidade nacional sendo posta no Estado militar e tecnocrático, numa formulação e numa prática que associa a geopolítica de raízes prussianas e o planejamento de orientação norte americana. O território como objeto de intervenção, e a população novamente com instrumento (MORAES, 2005, p. 108).

Um dos efeitos do Código de Pesca que demonstra essa utilização do território como objeto de intervenção e da população como instrumento, foi a reorganização das colônias dos pescadores, que foram reorganizadas e algumas até instaladas pelo Poder Executivo da União³⁴, isso mostra como o governo militar ignora a figura do pescador artesanal e toma a frente todas as suas organizações (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

O Decreto-Lei 221 estava inserido em um programa de incentivos fiscais para a pesca empresarial/industrial, a partir de recursos vindos de isenções de imposto de renda, assim, entre 1967 e 1973 mais de 100 milhões de dólares foram concedidos às indústrias de pescas, com o intuito de criar uma indústria de base.

Portanto, esses incentivos não abrangeram a pesca artesanal, e trouxeram algumas consequências, como aponta Diegues (1988): sobre pesca das principais espécies de pescados (piramutaba, camarões, lagostas etc.), principalmente os destinados à exportação, depois da pesca industrial predatória causar a sobre pesca nas regiões sul e sudeste, as empresas migraram para o norte. E muitas das empresas investiram os fundos em outros setores fora da pesca, sendo que muitas delas eram fraudulentas.

Além disso, essas ações foram concentradas no eixo sul-sudeste, aprofundando as desigualdades regionais, (DIEGUES, 1983) indica que cerca de 94% das empresas que receberam os incentivos eram do centro-sul do país.

³⁴ Conforme determinado nos Artigos 91 e 94 do Código de pesca (Decreto-Lei 221) de 1967.

[...] a pesca artesanal, ainda que responsável por uma parcela importante da captura, recebeu recursos escassos. Além disso, passou a sofrer as pressões da pesca empresarial-capitalista, cujos barcos pescavam em regiões interditas, dentro das baías e estuários, causando uma enorme devastação dos recursos pesqueiros [...] Inúmeros conflitos se verificaram entre essas duas formas de produção. [...] a implantação de polos químicos, petroquímicos, minerometalúrgicos, levou a poluição dos estuários, com o empobrecimento biológico dos recursos tradicionalmente capturados pela pesca artesanal (DIEGUES, 1995, p.55).

Outro resultado do Código da Pesca de 1967, segundo (OLIVEIRA; SILVA, 2012, p. 247-248)

[...] foi a pauperização da comunidade pesqueira, que, impulsionada pela exploração imobiliária, acabou por alienar seus imóveis. O destino desses pescadores passou a ser os grandes centros urbanos [...]. Entrepostos pesqueiros industriais como os de Santos e os do Rio de Janeiro atraíram boa parte dos pescadores, que se transformaram de pequenos proprietários em trabalhadores assalariados na indústria pesqueira. [...] Assim, a cultura das comunidades pesqueiras artesanais se desfez, englobando não apenas a forma de angariar os recursos pesqueiros, mas todo o cotidiano dos grupos humanos.

O governo militar estava com um Estado bem aparelhado e de uma maneira centralizadora tentando implantar um capitalismo ‘de ponta’, que segundo Moraes (2005, p.138) “reafirma a excludência e a violência institucional como formas de funcionamento. A força das armas ‘resolve’ as situações de consenso difícil.”

Sendo assim, o Código de Pesca de 1967 foi imbuído de toda a ideologia dominante no período: Desenvolvimento, formação de uma indústria nacional, substituição de importações e estímulo à concentração de capitais (OLIVEIRA; SILVA, 2012). Sobre as consequências da criação do Decreto-lei 221 em 1967, Antonio Carlos Sant’Ana Diegues (1983, p.139) afirma que

A tentativa do Governo brasileiro de criar uma possante indústria capitalista na pesca, a partir de um carreamento enorme de recursos pelos incentivos fiscais não deu o resultado esperado. Das quase 131 empresas que receberam incentivos fiscais, nos dez anos dessa política, cerca de 40% foram simplesmente à falência. Muitos proprietários ou grupos que vieram de outros setores (outros ramos industriais, firmas de engenharia, de comércio, financeiras, etc.) foram considerados pelos empresários com tradição na pesca como “aventureiros” que se aproveitavam do dinheiro fácil da Sudepe.

Em 1973 foi criado pela SUDEPE o Plano Pescart, que se baseava na “modernização tecnológica, na concentração de recursos, na eliminação do paternalismo, na integração dos programas assistenciais e na própria integração entre pesca artesanal e industrial” (DIEGUES, 1995, p. 46).

Em 1974, no governo militar de Emílio Médici, foi elaborado o Plano Nacional do Desenvolvimento Pesqueiro (PNDP), pelo Decreto nº73632 que reforçou o processo de industrialização da pesca, investindo em capacitação profissional, importação de técnicas de navegação, captura e objetos de navegação, tendo como objetivo a dinamização do setor, o crescimento e a geração de mais valia para as oligarquias.

Foram introduzidas novas técnicas de capturas e de processamento do pescado, através da assistência técnica profissional, porém os equipamentos propostos fugiam das possibilidades aquisitivas dos pescadores. Portanto, os equipamentos de pesca ficaram sendo controlados pelos comerciantes e empresários (DIEGUES, 1995). Outro fato foi que os pescadores artesanais foram colocados numa mesma instituição do que os pescadores embarcados, ignorando os interesses conflitantes e opostos entre as diferentes categorias.

Frente a este cenário, toda essa estrutura autoritária começou a ser questionada pelos pescadores a partir da década de 1960, principalmente aqueles do Nordeste que se mobilizaram contra a poluição ambiental. Neste período surge a Pastoral dos Pescadores³⁵ ampliando as pautas das lutas para temas como a representação democrática, aposentadoria, previdência social, etc. Com isso, foram conseguidas algumas presidências de colônias e controle de Federações de alguns estados (PE, AL, SC e RS), porém a maioria das colônias seguiu sendo controlada por pelegos (DIEGUES, 1995).

Entre 1986 e 1988 os pescadores se reuniram diversas vezes para apresentarem propostas sobre o exercício da profissão, para a Assembleia Constituinte³⁶. Os maiores ganhos na elaboração da constituição foram “o impulso dado à organização dos pescadores e à consciência de que eles constituíam uma classe de produtores de alimento e não um simples objeto de programas de assistência social” (DIEGUES, 1995, p. 135). Também conseguiram o direito de poderem se organizar em sindicatos livres (Ibidem). Esse movimento ficou conhecido como “Constituinte da Pesca”, e consistiu na inclusão dos pescadores na Constituição Federal e a liberdade para reivindicarem os seus direitos sociais e políticos.

Em 1988 na promulgação da nova Constituição Federal, que em seu Artigo 8º garantia a associação profissional ou sindical, houve uma Carta Magma equiparando as colônias de pescadores aos sindicatos de trabalhadores rurais (SILVA, 2015). Porém, mesmo com isso muitas das colônias continuaram a serem comandadas por pelegos, muitos deles não

³⁵ Movimento ligado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

³⁶ Este movimento ficou conhecido como Constituinte da Pesca.

sendo nem pescadores.

2.7 - POLÍTICAS PÚBLICAS E A PESCA A PARTIR DE 1989

Esse período é marcado pela reestruturação do Estado, com a Constituição Federal de 1988, marcada pela reabertura democrática que passa a dar maior voz às manifestações populares, às minorias, à liberdade e ao direito de expressão. Em 1989 é criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), que herdou a administração da então extinta SUDEPE, sendo assim a pesca passa a ser responsabilidade do IBAMA (SILVA, 2015).

O fato de haver sobrepesca de algumas espécies ao longo da costa passa a ser preocupação do IBAMA, então se inicia um debate ideológico entre aqueles que veem todo o tipo de pesca como predatória e degradante à conservação e preservação dos ecossistemas e aqueles que pensam na pesca artesanal como uma atividade tradicional que preserva a biodiversidade e os seus recursos, pois estes são a base da sobrevivência de comunidades e culturas ancestrais, e sendo assim, defendem os direitos dos pescadores artesanais, caiçaras, quilombolas e ribeirinhos (SILVA, 2015).

Este debate é levado não só para o ambiente marinho, pois são criados parques em todo o território nacional baseados na ideia da “natureza intocada”, em que qualquer tipo de atividade humana seria degradante ao meio ambiente, utilizada na criação de parques em países desenvolvidos, tendo como pioneiro o Parque de Yellowstone nos EUA. Sobre esse modelo de preservação, o geógrafo Élisée Reclus já se referia com críticas e ironia ao falar dos Parques Nacionais, em finais do século XIX:

‘Nenhuma violência deve ser feita contra um pássaro ou outro animal; nenhuma machadada deve ser desferida contra árvore da floresta primitiva; e as águas devem continuar a correr não poluídas por moinho ou por mina. Tudo deve permanecer no estado para testemunhar o que era o *Far West* antes da chegada do homem branco’. Perguntamo-nos se, todavia, os hotéis com suas equipagens e suas dependências de todos os tipos não acarretam pouco a pouco a violação desses engajamentos (RECLUS, 2015, p.175).

No Brasil, os primeiros parques seguiram esse modelo, que culminou na expulsão de muitas comunidades tradicionais de seus territórios ancestrais, e quando não eram expulsas, as comunidades foram impedidas de realizarem atividades necessárias à sua sobrevivência e à reprodução de seu modo de vida, como o cultivo e a pesca. Muitas comunidades pesqueiras foram impedidas de realizarem outras atividades, inclusive muitos tipos de pesca foram proibidos em determinados locais, fato que perdura até os dias de hoje e será tratado no terceiro capítulo.

Essa revalorização da natureza, da “originalidade natural” requalificou o Brasil na divisão internacional do trabalho, pois o país é dotado ainda de muitos fundos territoriais, sendo assim o espaço inculto (“o sertão”) tornou-se uma grande vantagem comparativa, no contexto global, o que impulsionou a criação de áreas protegidas (MORAES, 1999).

Sendo assim, sob esse contexto de debate entre preservação e conservação ambiental, que também envolveu a pesca artesanal, os direitos e o trabalho do pescador, (SILVA, 2015, p.50) afirma que a política cultivada pelo IBAMA, principalmente entre 1989 e 1995

[...] privilegiou ações concretas e eficazes, visando a regulação dos recursos pesqueiros em situação de sobrepesca ou ameaçados de exaustão e que na maioria das vezes recaiu pela proibição de captura, principalmente, nas localidades de pescadores artesanais rurais e urbanas, com suas origens tradicionais. A luta para os pescadores se torna multifacetada: a luta pelo reconhecimento ao trabalho [...] e a luta pelo respeito perante as ações ditadas pelos órgãos federais e estaduais de proteção ambiental.

Em 1989 é criada a Secretaria de Aquicultura e Pesca (SEAP), pela Lei nº7735, a SEAP era um órgão pertencente ao IBAMA, que ficou sendo o responsável pela admissão do registro do pescador até 1998. É nesse período que são definidos as espécies e os períodos de defeso, quando deveria ser pago um salário mínimo para os pescadores artesanais, contudo esse benefício “[...] sofreu modificações de acordo com as conjunturas da ‘crise fiscal’.” (SILVA, 2015, p.51).

Em 1991 a Lei nº 8212, cria a categoria de segurado especial, colocando o pescador nas mesmas condições jurídicas que o pequeno agricultor, a lei estabeleceu que o pagamento à previdência ficaria de acordo com o período de extração, mas era obrigado no mínimo 2 vezes ao ano (SILVA, 2015).

Em 1998 é criado o Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), pertencente ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAPA), e então se buscou atingir uma maior produtividade no setor pesqueiro, por meio de políticas para melhorar o setor, como por exemplo, a criação do PRONAF³⁷ (Programa Nacional de Agricultura Familiar). Em 1998 a administração do setor pesqueiro retorna ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, devido à grande insatisfação de muitos setores da pesca em relação ao IBAMA.

Entre 1998 e 2002 as funções de regulamentação e fomento dos recursos pesqueiros foram passadas para o Departamento de Pesca e Aquicultura, pertencente ao Ministério da

³⁷ Porém somente em 2003 o direcionamento do PRONAF passa aos setores da pesca e aquicultura, permitindo o acesso ao créditos pelos empresários, pescadores, trabalhadores da pesca e aquicultores.

Agricultura. Entre 2003 e 2009 a gestão da pesca passou novamente à SEAP, que retomou o seu funcionamento, neste momento vinculada a Presidência da República (SILVA, 2015).

Somente em 2003 os direitos dos pescadores artesanais são equiparados aos dos pescadores profissionais, pois por meio do Registro Geral da Pesca, era possível que o pescador artesanal usufruísse dos benefícios assegurados para a categoria. Assim, a lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003, garantiu ao pescador artesanal o recebimento do seguro defeso e o acesso à outros direitos previdenciários, também centralizou todos os registros de pesca na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

Em 2009, através da lei nº11958, a SEAP foi transformada no Ministério da Pesca e Aquicultura³⁸. A Lei nº 11.959 de 2009³⁹, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (PNDAP) e regulamentou o conceito operacional e jurídico de pesca artesanal e a inseriu como modalidade de pesca comercial, em seu Artigo 19.

A definição jurídica da pesca artesanal foi importante, pois possibilitou o reconhecimento profissional dos pescadores artesanais e foi uma maneira de afirmar políticas públicas de incentivos às atividades comunitárias não industriais, que eram negligenciadas e suprimidas durante os regimes autoritários. A pesca artesanal passa a ser considerada juridicamente como prática de economia familiar (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

[...] o enfoque da legislação de 2003 servia à garantia de um dos direitos previdenciários do trabalhador ao pescador artesanal. Já a legislação posterior, embora não tenha revogado a de 2003, nada garante em termos de direitos sociais. O objetivo da lei de 2009 é estimular a prática pesqueira artesanal por via de empréstimos bancários a taxas de juros baixas. Não há qualquer concessão de benefícios por parte da lei de 2009 às comunidades que já foram dizimadas pelas políticas estatais antecedentes para a industrialização do setor pesqueiro (OLIVEIRA; SILVA, 2012, p. 339).

Sendo assim, a lei nº 11.959 cria estímulos à pesca artesanal por meio da concessão de crédito rural, que se realizam através da oferta de financiamento de projetos que são registrados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário⁴⁰ e concedidos por meio do Programa

³⁸ Em 2015 o Ministério da Pesca e Aquicultura foi extinto com a reforma ministerial e incorporado ao Ministério da Agricultura.

³⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm> Acesso em: 09/12/2016.

⁴⁰ Eliminado após o golpe de Estado no Brasil, em meados de 2016 e incorporado ao Ministério de Desenvolvimento Social.

Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF)⁴¹. Portanto, no Brasil a pesca artesanal foi prevista por lei a partir de 2003, por meio dos direitos previdenciários aos pescadores artesanais, principalmente pelo recebimento do seguro defeso.

Em 2009 a atividade pesqueira artesanal passou a receber incentivos de créditos, em um governo marcado pela expansão e estímulos creditícios, porém os incentivos e o apoio governamental à pesca artesanal ainda são insuficientes para a reprodução da prática, tendo-se em vista os diversos elementos que dificultam a reprodução da atividade. Por exemplo, a lei de nº 11.959 ignora o fato da pesca artesanal poder ser realizada através de um modo de produção comunitário, fato que é muito comum entre os pescadores artesanais de todo o litoral brasileiro.

Além disso, como apontado por (OLIVEIRA; SILVA, 2012), a lei nº11. 959/2009 estimula a inserção da divisão do trabalho e do trabalho assalariado entre a pesca artesanal, por reconhecer a condição de “pescador não embarcado”, sem esclarecimentos sobre a posição deste no processo produtivo. Além da concessão do crédito rural que “[...] faz com que algumas comunidades pesqueiras sejam convertidas em unidades produtivas de grandes indústrias, repassando-lhes diretamente toda a produção pesqueira.” (OLIVEIRA; SILVA, 2012, p. 353).

Atualmente, para o pescador ser reconhecido pelo Estado como uma categoria profissional é necessário que ele possua o Registro Geral de Pescador Profissional (RGP), emitido pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em 2015, o Decreto nº 8425 criou novos dispositivos para a inscrição do RGP, dificultando o acesso dos pescadores artesanais aos direitos trabalhistas, incluindo o seguro defeso, pois o decreto obriga que a pesca seja a única atividade realizada para que se tenha acesso aos direitos (SILVA, 2015). Isso contradiz com a realidade de muitos pescadores artesanais que periodicamente necessitam realizar outra atividade, principalmente nos períodos de escassez.

As principais modificações estão no artigo quatro, no parágrafo único, que cria para a categoria pesca artesanal os itens: atividade exclusiva, principal ou subsidiária, e somente o pescador (a) artesanal exclusivo (a), ou seja, que tem como única renda a pesca, poderá ter acesso aos direitos previdenciários e ao seguro defeso [...] (SILVA, 2015, p.60).

Para a manutenção da pesca artesanal é necessário que haja políticas públicas que apoiem a reprodução social e dos conhecimentos necessários à atividade, somente pela

⁴¹ Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/como-funciona-o-pronaf>> Acesso em: 09/12/2016.

preservação e resgate desses conhecimentos tradicionais, que são de posse de todos os pescadores, é que seria possível a reprodução da atividade com menos conflitos do que aqueles que ocorreram e ocorrem historicamente em relação a atividade.

O desaparecimento das comunidades pesqueiras causa um grande êxodo para as cidades, onde os antigos habitantes das comunidades passam a ocupar subempregos e se afastam do mar (OLIVEIRA; SILVA, 2012). Com isso, os beneficiados são os setores da especulação imobiliária, de turismo e de outros serviços em geral. Sendo assim, a continuidade e a reprodução da pesca artesanal é um movimento que, sobretudo é atingido pelos interesses do capital.

O acesso aos direitos dos pescadores artesanais se efetiva após uma série de conflitos e reivindicações realizadas pela própria classe, em que o Estado é o mediador, porém com autonomia relativa, que depende das forças hegemônicas que detém frações do capital e das frações da classe trabalhadora. Portanto, a luta pela continuidade da reprodução da pesca artesanal e das comunidades que a praticam, bem como a luta pela acessibilidade aos direitos dos pescadores artesanais, são maneiras de lutar contra algumas das formas de expansão do capital, que ocorre de maneira perversa e desigual e que rompe com os modos de produção comunitários e artesanais.

3 - CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE DA ILHA DIANA

3.1 - Localização e características gerais da Ilha Diana

A comunidade da Ilha Diana está localizada no município de Santos, em sua região portuária, entre a foz do Rio Diana e do Canal de Bertioga, que deságuam no Canal do Porto de Santos. A Ilha Diana é propriedade da Marinha/União⁴², e possui uma área com cerca de 330.000 m². Nesta região estão localizados diversos terminais portuários, depósitos de combustíveis e de produtos tóxicos que são utilizados por indústrias de fertilizantes, siderúrgicas e petroquímicas (ROMANI, 2012).

O acesso à Ilha é exclusivamente por via marítima, através de embarcação, e mesmo estando muito próxima ao maior complexo portuário da América Latina, a Ilha Diana encontra-se isolada da área continental do município de Santos e está na margem oposta do Rio que a separa do terminal da Embraport e a cerca de 1,5km de Vicente de Carvalho (Guarujá-SP).

A Ilha Diana está na macro área do estuário de Santos, marcada pela presença de muitos terminais portuários, depósitos de produtos tóxicos usados por indústrias químicas, petroquímicas, siderúrgicas e de fertilizantes. Essas indústrias se concentram ao longo do canal de Santos e no polo industrial do município de Cubatão (ROMANI, 2012).

O transporte para a comunidade ocorre por meio de uma embarcação da Companhia de Engenharia de Tráfego, órgão da prefeitura de Santos. O embarque ocorre no terminal da Alfândega, localizada na Praça da República, sem número. A embarcação parte em horários regulares e fixos, fazendo cerca de 8 a 11 viagens por dia, o valor da viagem é R\$0,25 (Ida e volta custa R\$0,50⁴³), que dura cerca de vinte minutos, fazendo uma parada na base aérea de Santos.

Atualmente a Ilha conta com 205 moradores de 61 famílias, havendo 61 casas⁴⁴, que ainda mantém a formação dos núcleos familiares, embora algumas já possuem pequenas cercas e muros. Algumas habitações ainda são construídas de madeira, e muitas ainda são construídas sobre alguns pequenos pilares que sustentam a casa, marca característica das habitações da cultura caiçara (como visto nas fotografias das próximas páginas). A imagem a

⁴² Embora o órgão público responsável pela manutenção e infraestrutura da comunidade seja a Prefeitura de Santos.

⁴³ Valor válido em fevereiro de 2017.

⁴⁴ Dados informados pela associação de moradores.

seguir indica os locais da comunidade onde as fotografias foram tiradas.



Figura IV – Localização das fotografias na Ilha Diana. Elaborada pelo autor. Fonte: Google Earth, 2017.



Fotografia 3 – Habitação com cerca de pau na Ilha Diana. Foto: Dorival B. Neto, 31/01/2017, 10h05min.



Fotografia 4 – Habitação de madeira na comunidade da Ilha Diana. Foto: Dorival B. Neto, 31/01/2017, 10h07min.



Fotografia 5 – Brinquedoteca e creche da comunidade. Foto: Dorival B. Neto, 10/10/2016, 13h58min.

A comunidade possui uma escola de primeiro a quarto ano, após esse período as crianças são enviadas para a escola da Base Aérea, há também uma brinquedoteca para as crianças. A vila possui também um posto de saúde onde a médica realiza uma visita por

semana, assim como a enfermeira, e diariamente o posto conta com a presença de uma técnica de enfermagem. O posto de saúde, a escola e a manutenção de serviços básicos são mantidos pela prefeitura de Santos.

Há também três bares e um restaurante, que funcionam principalmente aos finais de semana, quando a Ilha recebe a visita de alguns turistas e de grupos visitantes e serve pratos típicos. Na parte do “fundo” da comunidade há um campo de futebol, que recebe partidas e campeonatos em alguns finais de semana, a Ilha Diana possui uma equipe de futebol, que é uma atividade lúdica praticada na comunidade, a equipe tem o nome de Esporte Clube Ilha Diana.



Fotografia 6 – Escudo da equipe de futebol da Ilha Diana. Foto: Dorival B. Neto, 31/10/2016, 10h36min.



Fotografia 7 – Campo de futebol do bairro, ao fundo os manguezais. Foto: Dorival B. Neto, 31/10/2016, 12h54min.



Fotografia 8 – Escola Rural Municipal da Ilha Diana. Foto: Dorival B. Neto, 31/01/2017, 10h58min.

A prefeitura municipal de Santos é responsável pela administração da Ilha, portanto ela contrata cerca de três moradores da Ilha para prestarem serviços gerais no local, como capinar a grama, recolher e transportar o lixo para Santos (três vezes por semana). Os pescadores da Ilha Diana estão associados com a colônia Z-3, localizada no distrito de Vicente de Carvalho, na colônia estão associados pescadores da região, como de Vicente de Carvalho, do Caruara e de Monte Cabrão.

A comunidade da Ilha Diana mantém como base e unidade territorial as características do que Antonio Candido (2010) chamou de *bairro*, que é a estrutura fundamental da sociabilidade, constituído pelo agrupamento de algumas ou várias famílias que são pouco ou muito vinculadas pelo sentimento de pertencimento ao lugar, pela convivência cotidiana e atividades ludico-religiosas e por práticas de auxílio mútuo.

O território em que o bairro está localizado pertence à Marinha/União, embora os moradores estejam reivindicando a posse comunitária do território da vila. O processo já está em andamento, sendo que já foi realizado um mapeamento da Ilha com os moradores e onde houve a delimitação da área das habitações, em que o objetivo é que se torne posse coletiva, juntamente com uma trilha que dá acesso à “prainha”. A parte do porto e dos cais caso o projeto logre com sucesso, passará a ser posse e responsabilidade da prefeitura de Santos⁴⁵.

⁴⁵ Conforme informado pela associação de moradores.

3.2 - Da lama ao caos: Histórico e cultura caiçara na comunidade

Para compreender a formação social e cultural da comunidade da Ilha Diana é necessário retomar em uma perspectiva histórica as transformações espaciais que ocorreram na região da Baixada Santista desde o início do século XX e traçar uma relação disto com a formação do espaço brasileiro no período.

Os atuais moradores da comunidade da Ilha Diana são descendentes de famílias que habitavam a região da Baixada Santista já nas primeiras décadas do século XX e tinham a pesca artesanal e a agricultura como principal atividade econômica. Algumas famílias foram realocadas da ponta da Bocaina e do Saco do Embira para a Ilha Diana, devido a construção da pista de pouso da Base Aérea de Santos na década de 1930 em uma região que já era ocupada por uma comunidade de pescadores (ROMANI, 2010).

O resgate histórico a partir de fontes orais e da memória de moradores antigos mostra que a Ilha Diana teve as suas primeiras ocupações desde muito antes da década de 1930, como conta Seu Mauri, 82 (Seu Mauri ainda é pescador ativo, sendo que foi pescador artesanal na sua vida inteira, e é o morador mais antigo da Ilha Diana, chegou na década de 1940 quando casou-se, é filho de mãe santista e pai cearense e marinheiro) e seu Adriano, 72, ex-pescador e marinheiro aposentado, que também vive na Ilha desde a década de 1940:

“[...] Agora você vê aqui, o nome dessa Ilha não era Ilha Diana, o nome daqui que eu aprendi com os meus mais velho, era ‘Ilha João Tili’, o senhô que era o dono da Ilha aqui. Isso aqui foi assim, esse senhô ai era o dono da Ilha, o terreno da Ilha ia do mangue aqui até um rio ali que se chama João Nêne, e era tudo dele... depois ele abandonou, diz que morreu, ficou abandonado, criou mato, árvore grandona, ficou um matão do caramba aqui...inclusive ali do outro lado tem 2 arvore que foro tirada daqui e plantada lá, eu sei porque eu que vim busca com meus tio, tão ali bem na berada do barranco [...] Depois do João Tili ficou abandonada de novo, ai tem um português, o nome dele é José e quando chegou aqui ele se apoderou da Ilha também e roçou tudo e fez chiqueiro adoidado e fez curral adoidado, galinheiro e o caramba, criou galinha adoidado, porco adoidado aqui, ai apelidaro ele de zé dos porcos, e ficou sendo a “Ilha do Zé dos Porcos. Tinha um trilho lá da barra de fora até ali na outra barra...colocava a bagoneta no trilho e ia lá na cidade pega lavage pra ele. Então, aí fico uns ano aqui, depois abandonaro de novo e depois crio mato de novo e ai nós tiramo as planta daqui pra leva pra lá [apontando para a área onde está localizada a Embraport, local que seu Mauri nasceu e foi criado], 1 chapéu de sol e 1 pé da ameixa amarela [...]”

“A história da Ilha? Eu vim, eu vim pra cá, o pessoal que tava aqui veio pra cá porque a base que tirou eles de lá, mas já morrero tudo. A base tiro porque eles eram da Ilha e ali na base só fica quem tem cartão pelo “Binfa”, você leva fotografia, leva identidade, leva seu documento, ai ele manda pro binfa e ai os cara tira o cartão. E então, e tudo mundo era desertado né, a base tava de novo aí, a Marinha tinha entregado pra eles e ai eles não quisero mais. Ai coloco o pessoal

aqui, ai viero pra cá, fizeram um monte de cabanazinhas e aquilo e ficaram morando e hoje já foi morrendo tudo”

A construção da atual Base Aérea de Santos tinha a proposta inicial para ser instalada na década de 1920 sobre os manguezais do Sítio Conceiçãozinha⁴⁶, porém como o terreno era muito pantanoso o novo local de implantação da Base Aérea foi a ponta da Bocaina, na entrada do Canal de Bertioga. Essa área já era ocupada por uma vila de pescadores, o que causou o primeiro conflito da União com os pescadores, na Baixada Santista (ROMANI, 2010).



Fotografia 9 – Base aérea de Santos. Foto: Dorival B. Neto, 03/02/2017, 8h13min.

A “solução” estabelecida pela Capitania dos Portos foi a transferência da comunidade instalada no local que seria construída a Base para uma área de manguezais localizada entre o Rio Diana e o Canal de Bertioga, área de mais difícil acesso, sendo feito exclusivamente de barco Seu Mauri nos conta dessa realocação feita pela Marinha para a construção da base:

“Eu nasci na Bocaina, e do lado de cá onde tá a mata ali hoje, ali era

⁴⁶ O sítio Conceiçãozinha era uma extensa área contando com uma dezena de ranchos ocupados por chacareiros japoneses, pequenos sítiantes e pescadores, a área tomava quase toda a faixa costeira de Vicente de Carvalho. Na década de 1960 a região recebeu a Indústria Nacional de Apetrechos de Pesca (INAP), que trouxe a onda de expansão urbana à comunidade (ROMANI, 2010).

uma vila ali, a força aérea quando veio pra cá mandou todo mundo embora, ali era tudo de marinha, aquele prédio ali, a base, aquilo pra mim é novo eu vi fazer tudo aquilo, o outro prédio de marinha foi derrubado[...] Esse terreno aqui no tempo dos mais antigo que viero pra cá, eles fizeram o seguinte, no tempo que a força aérea mandou o pessoal pra cá que do Saco do Embira, mando pra cá, da Bocaina, mando pra cá [...]”

Com a construção da Base e a expulsão da comunidade que habitava o território em que ela seria expandida, o Saco do Embira e a Bocaina, os antigos moradores dessas regiões foram obrigados a migrarem para bairros como Monte Cabirão, Valongo, Ilha Barnabé, Vicente de Carvalho⁴⁷ e outros para a Ilha Diana.

Percebe-se nessa realocação forçada por meio da Marinha e da União, uma marca presente na formação territorial brasileira, em que o território é visto como recurso à acumulação e à dominação e a população vista como “empecilho”. Assim, segundo Antonio Carlos Robert Moraes (2005, p.94):

Historicamente, sempre que a população aparece como empecilho à acumulação a solução implementada se dá pela eliminação do elemento de atrito. [...] Assim, vai sedimentando-se uma ótica, ao nível das classes dominantes, de claro conteúdo anti-humano, onde o país é identificado pelo seu espaço, sendo a população um atributo dos lugares.

Para Darcy Ribeiro (2015), o Brasil foi fundado sob uma estrutura estatal fundada na conquista e na dominação territorial, onde a população mesmo que dividida em classes, está unificada para cumprir metas econômicas e socialmente irresponsáveis. Sendo assim, sempre que um contingente procure manter seu modo de vida tradicional dentro do território, estala um conflito.

Como resultado desse primeiro conflito, algumas famílias foram forçadas a se mudarem para a Ilha Diana, tendo os sobrenomes: Gomes, Hipólito, Quirino, Souza, Otaviano e Pena. Atualmente praticamente todos os moradores da Ilha possuem um desses sobrenomes, pois a maioria da população é descendente dessas famílias que foram as pioneiras a formar a comunidade.

A ligação familiar presente entre os moradores é também evidenciada pelo posicionamento das residências em pequenos núcleos familiares, bem como a ausência de muros e cercas entre as habitações, característica que marca um povoamento tradicional caiçara, como afirma Cristina Adams (2000, p.107).

A conformação do povoado caiçara era de um agrupamento desordenado de casas isoladas umas das outras, escondidas entre as folhagens e protegidas do vento pela vegetação da orla da praia. Apesar da propriedade ser privada, ela não era cercada e as trilhas permitiam o acesso de todos ao espaço caiçara.

⁴⁷ O nome popular e mais antigo do Distrito de Vicente de Carvalho é “Itapema”.



Fotografia 10 – Caminhos caiçaras entre as casas. Foto: Dorival B. Neto, 31/01/2017, 9h42min.



Fotografia 11 – Habitação caiçara sem a presença de muros. Foto: Dorival B. Neto, 31/01/2017, 10h05min.

Segundo conta seu Mauri, houve um momento de ocupação inicial da Ilha e formação da comunidade, os primeiros moradores se juntaram para aforar e conseguir a posse legal da terra as registrando no domínio da União, portanto o fato caiu no esquecimento dos moradores da Ilha e hoje a Ilha Diana é território da Marinha/União⁴⁸:

“Tinha um senhô, chamava Doutor Batalha, boto um paletó, cê sabe como que é né, então esse senhor foi tomando conta lá do Itapema, do terreno, loteando e vendendo, loteando e vendendo, loteando e vendendo, ai fez a vida assim né, loteando e vendendo. Mas o Doutor era muito amigo do pessoal daqui, dos mais velhos daqui, dos avô do pessoal daqui. Então foi o seguinte, ele chegou pra turma e falou assim: o negócio é o seguinte vocês tão morando ai na Ilha Diana, vocês pode afora a Ilha, vocês afora a Ilha e ela fica legal pra vocês. Então junto o pessoal mais velho todo né, foro pra São Paulo no domínio da União e registrar, só que não pagaro mais nada certo, ninguém se interesse mais, inclusive até nessa leva minha cunhada e comadre, o marido dela tava doente não pode ir e ela foi, e quem pago tudo foi o pessoal daqui, então aí foi aforada a Ilha Diana, eles aforaro. Se o documento não foi jogado fora deve tá lá no domínio da união do estado de São Paulo...”

O porto de Santos existe desde as épocas coloniais, mas até a década de 1970 a atividade portuária ocupava longitudinalmente todo o costado do município de Santos, da ponta da praia até a Alemoa. Nesse período a atividade portuária transferiu-se para o lado oposto do canal, incorporando à administração portuária e alfandegária o bairro de Vicente de Carvalho (Itapema) e a grande área de manguezal nos arredores da Ilha Diana, região até então ocupada por comunidades pesqueiras (ROMANI, 2010).

Essa expansão para a margem oposta do canal de Santos deu-se sobre áreas de manguezais, algumas ainda bastante intocadas e outras em estado de regeneração [...]. No decorrer do processo de expansão explicitou-se o conflito pela ocupação do espaço, o que causou um confronto direto com as populações já estabelecidas (ROMANI, 2010).

A crise econômica em que o país entrou durante a década de 1980 fez com que diminuísse o modelo de regulação do território pelo Estado, que iniciou um programa de concessões de territórios da União para a iniciativa privada. Sendo assim, a Lei de modernização dos portos de 1993 resultou no loteamento e concessão de toda a área costeira de Vicente de Carvalho para empresas como a Bunge e a Cargill. Essa ocupação causou uma intensa poluição das águas e consequente degradação do ambiente estuarino marinho, afetando as comunidades pesqueiras, através da diminuição dos recursos (ROMANI, 2010).

Esse plano de concessões da região portuária para os empreendimentos privados causou uma intensa ocupação de todo o canal do porto por grandes empreendimentos que

⁴⁸ A associação de moradores está na tentativa de tornar a Ilha Diana posse coletiva da comunidade.

causam uma intensa deterioração das áreas marinhas e conseqüentemente afeta as comunidades que dependem da pesca praticada na região, como ocorreu na Ilha Diana, os pescadores mais antigos afirmam que essa expansão do porto para a outra margem do canal foi um dos fatores que provocou uma grande diminuição na quantidade de pescados, as principais causas para isso foram a poluição das águas, o aumento da luminosidade e do movimento de embarcações nos rios e canais.

Essa ocupação da região do porto de Santos é marcada pelo constante atendimento das demandas do setor privado, onde o Estado é o principal agente mediador e coloca as comunidades tradicionais como sujeitos invisíveis, resultando em conflitos sócios ambientais, onde o território é o real motivo de disputa.

Segundo Moraes (2005) o Brasil ainda não possui o seu território completamente construído, então a formação do território brasileiro ocorre em um contínuo processo de expansão territorial, isso faz com que haja algumas “frentes pioneiras” em profundo dinamismo, onde o território é visto como um recurso para o Estado e para o setor privado, e a população como empecilho.

A expansão do porto de Santos é um exemplo emblemático de como ocorrem as “frentes pioneiras” por meio da apropriação do território pelas classes dominantes e da exploração e separação do homem, da terra e dos meios de trabalho, em processos perversos e conflituosos para com as classes subordinadas, que são vistas como um “empecilho” à expansão territorial.

A imagem da terra a ocupar é bastante clara às classes dominantes, a população sendo vista como um instrumento desse processo. A visão do “espaço a se ganhar” é recorrente [...]. A imagem do “país em construção”, com uma formação territorial ainda inconclusa estimula em muitos os expedientes do controle social (MORAES, 2005, p.98).

Esses conflitos pelo uso do território têm causado uma intensa deterioração na qualidade de vida da Ilha Diana, pois a comunidade é marcada por uma grande dependência do ecossistema estuarino marinho. Os pescadores da vila afirmam que a poluição das águas afetou intensamente a pesca, e faz com que a situação econômica vivida hoje seja mais difícil.

Todas essas dificuldades atingem para além da situação econômica da Ilha, a cultura da Ilha também é abalada, embora o local ainda resista a um processo de favelização. A comunidade ainda resiste e mantém elementos da cultura caiçara, como a dependência da pequena pesca, a disposição das habitações, os caminhos caiçaras, pratos típicos caiçaras e a

festa do Bom Jesus de Iguape.

A Festa de Bom Jesus também é uma tradição caiçara presente na comunidade da Ilha Diana, porém a festa não é realizada desde 2015 devido a demolição da antiga igreja de Bom Jesus, e que havia sido erguida pelos próprios moradores da comunidade, mas que segundo a prefeitura estava em área de risco devido a fiação elétrica que corria em cima da igreja). Segundo moradores a prefeitura prometeu construir uma nova igreja há cerca de 2 anos e até agora nada foi feito e a festa do Bom Jesus não tem aonde acontecer.



Fotografia 12 – Local da antiga igreja do bairro. Foto: Dorival B. Neto, 31/01/2017, 9h38min.

Os moradores também afirmam que no *“tempo dos antigos tinha também a festa de reis, na casa de um de outro, mas depois a molecada nem sabe mais disso[...]”*. A festa do Bom Jesus também ocorria com uma procissão de barcos feita no Canal e no Rio Diana, e com a apresentação da congada, porém a Capitania dos Portos proibiu há cerca de 3 anos que a atividade continuasse.

O turismo de base comunitária tem surgido na comunidade, levando a uma ressignificação da tradição cultural local, que ocorre como uma resistência frente às lutas políticas dos moradores contra os empreendimentos portuários. Já existem agências que realizam visitas de grupos agendados para a Ilha Diana, onde alguns moradores da Ilha atuam como guias e orientam os grupos que visitam a comunidade caiçara, bem como contam um pouco de sua história e da atual situação da vila.

Com isso elementos da culinária local são retomados, cujos pratos típicos caiçaras são servidos no restaurante e nos bares da Ilha Diana, para turistas espontâneos ou de grupos que visitam a comunidade que é o “último reduto caiçara da baixada santista”. Isso faz com que ocorra uma ressignificação da cultura caiçara, que ainda subsiste como uma resistência aos conflitos socioambientais e de disputa pela terra causados principalmente pela expansão portuária e industrial. Sendo assim, o pertencimento à cultura caiçara ocorre principalmente por uma reinvenção e ressignificação dos antigos costumes e tradições herdadas por meio da atividade produtiva (DIEGUES e ARRUDA, 2001).

O efetivo pertencimento a uma comunidade caiçara não se explica pelo estudo da composição étnica da sua população, mesmo que ela possa estar relacionada àqueles traços étnicos historicamente determinados. O que permite a essas comunidades de pescadores reclamarem para si o rótulo de caiçaras é a manutenção de alguns costumes produtivos, artísticos e alimentares que, somados a revitalização das festas mais tradicionais, mantêm nessas populações uma relação de interdependência e o vínculo com o espaço habitado (ROMANI, 2012, p.44).

A retomada das antigas tradições caiçaras surge em um contexto político em que atividades de expansão do grande capital (turístico, portuário e industrial), colocam em ameaça a reprodução social da comunidade, pois são atividades que causam uma expropriação dos territórios pesqueiros e uma intensa degradação do ecossistema que possui importância fundamental para os caiçaras da Ilha Diana, mas também para outras comunidades pesqueiras locais que ainda persistem em alguns enclaves na região.

Assim, nos dizeres de Carlos Walter Porto Gonçalves (2002, p.221), “[...] a relação capital-trabalho passou a comandar a dinâmica societária, subestimando o significado da natureza e a importância dos povos que constituíram suas práticas e significações numa relação com-a-natureza e não contra-a-natureza [...]”.

Com todos os conflitos em que a comunidade foi e é colocada como invisível frente a esses processos, vemos emergir “novos” sujeitos, social, historicamente e geograficamente situados, que passam a buscar o seu lugar no mundo, mas também o reconhecimento de seus direitos legais, como o direito pela terra. E para isso, esses povos atualizam e reinventam os seus costumes e suas tradições, que mantêm uma relação de interdependência com o espaço habitado.

[...] esses sujeitos que muitos chamam novos, embora não o sejam tanto, põem em debate outras questões, outras relações, ele (a)s que tiveram que se forjar em situações assimétricas de poder mas que nem por isso se anularam e, mais do que resistir, R-existiram, se reinventaram na sua diferença[...]

(PORTO GONÇALVES, 2002, p. 220).

A comunidade da Ilha Diana caracteriza-se como um grupo culturalmente diferenciado e integrante da cultura caiçara, que se reconhece como tal, possuindo uma forma de organização social onde a dependência da natureza e de seus ciclos é fundamental para a reprodução social, cultural e econômica da comunidade, e esta dependência não é respeitada pelos gestores do território onde a Ilha está situada, bem como a comunidade não possui os seus direitos legais garantidos pelo Estado nacional.

De acordo com a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo Decreto nº6040 de 2007⁴⁹, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, reconhecendo os seus direitos territoriais e valorizando a sua identidade, a comunidade da Ilha Diana se caracteriza por ser uma comunidade tradicional, definida pelo Art.3º, Item I como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;”.

A PNPCT possui como objetivo geral “promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.” (Art. 2º).

Portanto, de acordo com o que a política prevê a comunidade caiçara da Ilha Diana deveria possuir o reconhecimento legal de seu território (que não consiste somente na área onde está a comunidade, mas também na área de pesca), ocupado desde a década de 1930, bem como deveria ser garantido o acesso aos recursos naturais necessários à reprodução econômica, social e cultural da comunidade, e também deveria ser estimulada a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável com a participação da comunidade, bem como a resolução de conflitos causados pela implantação de UC's de restrição integral.

Todos esses fatores estão previstos no artigo 3º, dos objetivos específicos do Decreto que instituiu a PNPCT, e que daria a comunidade da Ilha Diana amplo reconhecimento e direito ao seu território, porém na prática observa-se que nenhum desses fatores são

⁴⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 14/02/2017.

cumpridos na comunidade, que ainda não possui nem o reconhecimento de posse de seu território.

3.3 - Do caos à lama: Relação da comunidade com os manguezais

3.3.1 - Mangue, o conceito⁵⁰

Estuário. Parte terminal de rio ou lagoa. Porção de rio com água salobra. Em suas margens se encontram os manguezais, comunidades de plantas tropicais ou subtropicais inundadas pelos movimentos das marés. Pela troca de matéria orgânica entre a água doce e a água salgada, os mangues estão entre os ecossistemas mais produtivos do mundo. Estima-se que duas mil espécies de microorganismos e animais vertebrados e invertebrados estejam associados à vegetação do mangue. Os estuários fornecem áreas de desova e criação para dois terços da produção anual de pescados do mundo inteiro. Pelo menos oitenta espécies comercialmente importantes dependem do alagadiço costeiro. Não é por acaso que os mangues são considerados um elo básico da cadeia alimentar marinha. Apesar das muriçocas, mosquitos e mutucas, inimigos das donas-de-casa, para os cientistas são tidos como símbolos de fertilidade, diversidade e riqueza (ZERO QUATRO, 1992, sem página).

3.3.2 - Homens e caranguejos

Com uma força estranha, os mangues iam, assim, se apoderando da vida de toda gente, numa posse lenta, tenaz, definitiva. Estas estranhas plantas que, em eras geológicas passadas, se tinham apoderado de toda essa área de terra [...] estendia agora sua posse também aos seus habitantes. E tudo nessa região passava a pertencer ao mangue conquistador e dominados: tanto a terra como o homem. Na verdade foram os mangues os primeiros conquistadores dessa terra. Foram mesmo, em grande parte os seus criadores (CASTRO, 1968, p. 13-14).

A região e que a Ilha Diana está localizada é uma região com muitos rios, e de encontro do canal do porto de Santos com o oceano, portanto, é uma região que possui uma grande área de manguezais, que se prolonga da planície litorânea até o início das escarpas da Serra do Mar, na região do município de Cubatão. A própria comunidade da Ilha Diana foi formada em uma região de manguezal, sendo assim, a comunidade possui uma dependência tradicional desse ecossistema para a sua subsistência, pois o manguezal serve como sítio de

⁵⁰ Texto retirado do ‘Manifesto Caranguejos com Cérebro’ (1992), escrito por Fred Zero Quatro e que deu início ao movimento Manguebit, um movimento de contracultura iniciado em 1991 em Recife-PE, o movimento teve como principal característica as críticas ao abandono econômico e social do mangue e a desigualdade de classes, algumas bandas expoentes do movimento foram Mundo Livre S/A, Chico Science & Nação Zumbi, Sheik Tosado, Mestre Ambrósio, DJ Dolores, Comadre Fulozinha, Jorge Cabeleira e o Dia em que Seremos Todos Inúteis, Eddie, Via Sat e Querosene Jacaré.

pesca e de coleta.

Os manguezais são ecossistemas associados à mata atlântica⁵¹, e são encontrados principalmente entre as latitudes do trópico de capricórnio e do trópico de câncer, no Brasil eles acompanham a mata atlântica desde a Paraíba até Santa Catarina. Eles estão em regiões de águas protegidas, pouco profundas e banhada pelas marés, o que justifica a salinidade diferente daquela do mar adjacente (ADAMS, 2000).

O manguezal é um ecossistema marcado pelo contato da água doce com a água salgada (do mar), sendo zonas de elevada produtividade biológica, sendo um grande produtor e fixador de energia. O porte da vegetação do manguezal é arbóreo e quando as folhas caem se misturam com o substrato e com o excremento de animais, formando restos orgânicos, que são dissolvidos na água e utilizado por bactérias, fungos e outros animais (ADAMS, 2000).

Muitas espécies utilizam os manguezais para sua reprodução, para abrigo durante migrações ou para o seu desenvolvimento inicial, pois é lá que passam a sua fase jovem, por isso o ecossistema é chamado de berçário de espécies, embora a biodiversidade dos manguezais não seja tão grande em comparação a outros ecossistemas. Nos manguezais há uma abundância de crustáceos, poliquetas, bivalves, além de peixes. Outra função importante do ecossistema é a de proteger algumas formações de serem erodidas.

Os sistemas estuarinos, portanto, recebendo um aporte rico de matéria orgânica da drenagem continental e do próprio mangue, e estando em comunicação com o oceano através do movimento das marés, constituem viveiros naturais de inúmeras espécies de pescado (crustáceos, moluscos e peixes), que aí vivem ou passam parte do seu ciclo de vida, retornando depois ao mar aberto (DIEGUES, 1983, p.113-115).

Os caiçaras mais antigos contam que utilizavam dos mangues para extraírem tinturas para as redes, paus para a construção de suas casas e de cercos para aprisionar peixes, e principalmente para a pesca de peixes e crustáceos (principalmente o camarão) e coleta de moluscos, principalmente ostras, que são retiradas das raízes do mangue, que contém um substrato adequado para o desenvolvimento das ostras (DIEGUES, 1988).

Na comunidade da Ilha Diana o manguezal não é mais utilizado para a extração de tinturas, pois as redes de algodão foram substituídas pelas de nylon, e os mangues não podem mais serem utilizados para a extração de madeira, pois a extração ficou proibida (exceto para

⁵¹ Os manguezais ao lado das restingas são ecossistemas que embora não são considerados a mata atlântica, eles poder ou não possuir uma continuidade florística com aquele ecossistema, em uma transição que pode ser gradual ou abrupta (ADAMS, 2000).

os empreendimentos portuários que desmatam e aterram grandes bosques de mangues para se instalarem), e com isso acabou-se a pesca de cerco.

Sendo assim, o manguezal tem como principal uso na comunidade a pesca e a coleta de caranguejos, siris, mariscos e ostras. Com isso, os moradores da Ilha Diana possuem grande dependência do manguezal, pois ele apresenta condições favoráveis à reprodução, alimentação e proteção de muitas espécies marinhas, que beneficia a comunidade através da atividade pesqueira, em que os pescados são comercializados e utilizados cotidianamente para a alimentação, como o caranguejo.

O fato de o manguezal garantir a manutenção e reprodução da atividade pesqueira faz com que a relação da comunidade com o mangue seja muito próxima, pois além dele garantir a reprodução e a manutenção da pesca, ele complementa a dieta dos moradores da comunidade, com uma importante carga proteica que são os peixes, e também gera uma renda com a venda dos pescados nos três bares e restaurante que a comunidade possui, e vende-se também para turistas que principalmente aos finais de semana vem buscar alguns pescados.

As principais espécies de vegetação presentes no manguezal da Ilha Diana são: *Rizophora mangle* (chamada de “mangue bravo” ou “mangue vermelho” pelos moradores), *Laguncularia recemosa* (chamada de “mangue manso”), *Avicennia schaueriana* (ou mangue preto, chamada de “siriúba” pelos moradores).



Fotografia 13 – “Siriúba” ou “mangue preto”. Foto: Dorival B. Neto, 03/01/2017, 10h29min.

O aspecto geral da vegetação dos manguezais é, segundo afirma Cristina Adams (2000, p. 86) “espessa vegetação, hábito arbórescente ou arbustivo e constantemente verde dos seus componentes, grande desenvolvimento superficial dos sistemas radiculares, numerosas raízes escoras e pneumatóforos”.

Quanto aos peixes, as espécies mais encontradas no manguezal e nos rios e estuários próximos são: *Centropomus sp* (robalo), *Diapterus rhombus* (carapeba), *Mugil platunus* (tainha), *Cynoscion leiarchus* (pescada branca), *Cynoscion microlepidotus* (pescada amarela), *Micopogon opercularis* (corvina), *Scomberomorus cavalla* (cavala) e *Tachysurus luniscutis* (bagre amarelo). Os principais crustáceos são: *Cardisoma guanhumi* (caranguejo guaiamum), *Ucides cordatus* (caranguejo uçá), *Aratus pisonii* (caranguejo aratu), *Penseus brasiliensis* (camarão rosa, há poucos na região), *Penaeus paulensis* (camarão rosa, há poucos na região), *Penaeus scmitti* (camarão branco) e *Callinectes bobourti* (siri). E os molucos: *Mytilus edulis* (marisco), *Mytella sp* (marisco) e *Cassostrea brasiliensis* (ostra).

Além da pesca também é realizada a coleta no manguezal, de onde é extraído principalmente o caranguejo-uçá, sendo chamado de “caranguejo legítimo” ou só “caranguejo” pelos moradores da Ilha, entre novembro e dezembro a coleta do caranguejo-uçá é mais farta que nos outros períodos do ano, porém ela se realiza o ano todo.

O caranguejo-uçá está entre os principais animais que são pescados e extraídos na comunidade, pois eles ocorrem em grande abundância nos manguezais. Além de serem comercializados, os caranguejos também são consumidos pelos moradores da comunidade, estabelecendo assim uma intensa relação entre os homens e caranguejos, que o geógrafo Josué de Castro descreveu de forma muito intensa:

Se a terra foi feita para o homem com tudo para bem servi-lo, o mangue foi feito essencialmente para o caranguejo. Tudo aí é, foi ou está para ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo vai ser. O caranguejo nasce nela, vive dela, cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fabricando com a lama a carinha branca de suas patas e a geleia esverdeada de suas vísceras pegajosas. Por outro lado, o povo daí vive de pegar caranguejo, chupar-lhe as patas, comer e lambe os seus cascos até que fiquem limpos como um copo e com sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a do corpo de seus filhos (CASTRO, 1968, p.28-29).

Sobre a coleta de caranguejo realizada na comunidade da Ilha Diana um pescador afirma:

“[...] a extração do caranguejo, mas essa é interessante que cê pega o caranguejo logo que ele vai sair que são os meses de novembro, começa lá pro dia 24 de dezembro, que é quando eles caem na água, ‘se lavam’, como dizem os mais antigos, então eles se lavam, se acasalam e se recolhem no mangue, é interessantíssimo ver, essa chamada da ‘ua’ né, eles saem todos.”

Também é coletado em menor volume o caranguejo aratu⁵² e o guaiamu⁵³, além de ostras e mariscos. As ostras e os mariscos são coletados principalmente pelas mulheres da comunidade, atualmente há pouca coleta de mariscos e quase nada de ostras, pois os mariscos e as ostras vindos de Iguape possuem um preço muito mais baixo do que o da Ilha Diana e não dá pra concorrer, como afirma uma moradora e coletora de marisco e ostras:

“Por causa disso a gente nem pega mais marisco nem ostra... era só por encomenda, quando alguém ligava pedindo e agora tá difícil alguém ligar, eles pegam tudo lá em Santos que vem de Iguape por um preço muito mais barato”.

A moradora quem deu este depoimento ressaltou o fato de em Iguape eles possuem

⁵² Segundo os pescadores o aratu ocorre mais no “mangue bravo” e em lugares com a “lama mole”.

⁵³ A extração do Caranguejo Guaiamu foi proibida pelo IBAMA, portanto o animal não é mais extraído.

uma cooperativa dos extrativistas, e ela disse que para a Ilha seria uma boa alternativa principalmente para os pescadores com os camarões pescados, porém ainda nem se fala o fato de criar uma cooperativa de produtores. Sendo assim, boa parte das mulheres da comunidade que antes realizavam principalmente a coleta no mangue de ostras e mariscos, hoje são donas de casa ou fazem alguns produtos para vender, como bolos, tortas, “geladinhos” e artesanatos domésticos, que são vendidos para os próprios habitantes da comunidade e para os turistas que aos finais de semana veem passear na Ilha.

Portanto, o manguezal é um ecossistema de extrema importância para a sobrevivência e para o modo de vida dos moradores da Ilha Diana. Além da importância econômica devido à extração e do ecossistema servir de berçário para as mais diversas espécies de pescado, o manguezal é também um lugar simbólico onde os moradores da comunidade criam e reproduzem o seu modo de vida, em uma íntima relação com o ecossistema.

Essa íntima relação faz com que qualquer ameaça e impacto no manguezal da região afete todos os moradores da Ilha, que possuem extrema dependência do ecossistema, que é marcado por uma grande fragilidade às ações antrópicas, devido as complexas inter-relações que o ecossistema possui.

A rede hidrográfica que drena as serras costeiras estabelece uma série de inter-relações complexas nos sistemas costeiros, conferindo-lhes características estruturais e funcionais de grande fragilidade as ações antrópicas (ADAMS, 2000, p.77).

Segundo a Constituição Federal de 1988, áreas de manguezais e de restinga deveriam estar permanentemente protegidas e enquadradas como zonas de proteção permanente (ZPP). Porém isso não ocorre na prática, muito pelo contrário, a ocupação da região ocorre com grandes incentivos pela administradora do porto, pois toda a área de expansão portuária e industrial, de Santos até o município de Cubatão estão sendo ocupadas pelos empreendimentos, resultando em conflitos pela posse da terra (ROMANI, 2010).

Trata-se, portanto, de uma região com um passivo ambiental enorme, ainda pouco recuperada pelos agentes poluidores, e com grande potencial para o incremento dos graves problemas existentes devido à contínua expansão portuária e industrial (ROMANI, 2012, p.34).

Portanto, os empreendimentos que se instalam na região de manguezal que está em torno da comunidade da Ilha Diana afeta diretamente os pescadores e moradores da comunidade e de comunidades vizinhas, causando um conflito pela ocupação da terra, entre as

comunidades tradicionais e os grandes empreendimentos portuários, que causam degradação e impactos negativos ao ecossistema manguezal, comprometendo a atividade pesqueira, logo a reprodução e a sobrevivência das comunidades que dependem da pesca.

Uma alternativa, que entra em conflito com os interesses dos empreendimentos privados (que recebem todo o apoio do poder público), seria a transformação do manguezal ainda não ocupado da região em Estação Ecológica ou em uma Reserva Extrativista e/ou Reserva Extrativista Marinha, onde os moradores da Ilha Diana e de outras comunidades poderiam praticar a pesca e o extrativismo associados com a educação ambiental aos turistas, grupos de escolas e de outras instituições de ensino. Porém é também sabido que essa alternativa entra em conflito com interesses muito maiores, o do Estado e do capital privado.

3.4 - Pesca artesanal na comunidade

A condição de isolamento da cidade em que a Ilha Diana está torna o lugar favorável à realização da pesca, pois o local é cercado por manguezais e rios, onde o acesso ocorre somente de barco. Segundo afirmam moradores mais antigos do local, os que primeiro chegaram a Ilha Diana foram pescadores vindos de outras comunidades da região, mas também de outras cidades do litoral paulista, pois muitos moradores afirmam ter as suas origens em cidades como Iguape, Cananéia e São Sebastião.

A atividade pesqueira é então uma tradição ancestral presente no modo de vida daqueles que foram os primeiros a ocuparem a Ilha Diana, e o saber-fazer da atividade foi sendo transmitido e ensinado para outras gerações por meio da transmissão oral de saberes e da prática cotidiana.

Até hoje a pesca garante a sobrevivência de grande parte dos moradores, bem como garante a reprodução do modo de vida, da sociabilidade do lugar e de elementos da cultura caiçara. Embora não sejam todas as famílias da comunidade que possuam a ocupação exclusiva da pesca, pois lá também se encontra trabalhadores ligados a atividade portuária e a outros serviços na cidade. Atualmente a comunidade é uma das únicas a persistir e permanecer na região, que possui uma intensa atividade portuária, mantendo uma pequena pesca de regime artesanal, familiar ou com parceiros, que é considerada como pequena produção mercantil.

Todos aqueles que pescam dizem ter aprendido com os “mais antigos”, foi percebido que muitos dos pescadores naturalizam o conhecimento que possuem, como sendo algo

aprendido conforme fosse ficando mais velho, de maneira natural, através do convívio com outros pescadores.

A transmissão oral de saberes está presente na pesca praticada na Ilha Diana, e é o que marca a pesca como um saber tradicional, marcado também pelo íntimo e complexo conhecimento da natureza e respeito aos seus ciclos, como as marés, a lua, a reprodução e migração das espécies e estações do ano. Juntamente com a pesca, se aprende uma representação simbólica do mar, que se realiza pelo respeito às suas leis. Essa relação íntima, de respeito e reciprocidade com a natureza fica clara na fala de um pescador (“E”, 42):

“[...] eu vivo disso né, eu tenho que tratar esse ciclo, o meu mundo de uma forma que eu não o prejudique e ele me ajude, porque eu já tô fazendo uma extração que no caso nem caberia, eu to extraíndo da natureza uma coisa que eu não plantei e que eu não fiz nada pra ter, então se eu fizer minha parte e só tratar ela bem eu não tô fazendo muito não, eu to fazendo é nada a mais que minha obrigação, extraíndo algo que não é meu eu já tô errado entende, já tô errado, então é isso, tem que ser consciente, se tu faz uma boa pescaria, você fica 2, 3 dias sem fazer nada, dá pra arrumar uma rede, arrumar os equipamentos [...]”

Nota-se então que o conhecimento que os pescadores artesanais possuem, vão além do conhecimento das técnicas e do saber fazer, muitas vezes os valores culturais e as crenças religiosas também estão presentes nessas práticas. Portanto, o conhecer de um pescador vai para além do saber-fazer, pois se manifesta pela sabedoria, que não diz respeito exclusivamente a como usar os apetrechos de pesca, mas sim saber onde e quando utilizá-los, através da relação da totalidade do conhecimento sobre o ambiente em que atua.

O saber-fazer diz respeito à realização de determinados atos, como saber dar o nó, soltar a poita, dar partida no motor. [...] Tornar-se um pescador profissional, entretanto, significa ser portador do conhecer que implica no quando, onde e por que fazer. Esse conhecer é constituído por um conjunto de ideias sobre o navegar, o movimento das marés, os tipos de fundo propícios à vida de certas espécies de pescado, noções empíricas sobre os hábitos dos diferentes peixes, etc. O importante não é conhecer um ou outro aspecto do segredo, mas saber relacionar os fenômenos naturais e tomar decisões relativas à captura (DIEGUES, 1983, p.199).

A pesca é uma atividade que possui uma grande dependência dos fenômenos naturais, que também são considerados um fator de produção, ao lado dos objetos, instrumentos e da força de trabalho. Outro fator fundamental da pesca é que neste não existe propriedade formal das forças produtivas da natureza, que são a princípio propriedade coletiva apropriada por aquele que realizar o acesso (DIEGUES, 1983).

Sendo assim, os fatores de produção na pesca juntamente com as relações sociais de produção se apresentam como formas de organização da produção, e esta organização de

produção na atividade pesqueira tem uma dependência muito grande das condições naturais, que podem ser consideradas como as forças produtivas da natureza (processos físico-químicos que agem independente da ação humana).

Daí concluímos que o homem não age sobre um objeto de trabalho estático, mas sobre um complexo biológico regido por leis e processos alheios à vontade humana, sobre os quais o homem pode interferir, introduzir novas forças até então exteriores ao meio ambiente considerado (cultivo artificial de ostras, por exemplo) (DIEGUES, 1983 p.7).

Para Antonio Carlos Sant'Ana Diegues (1983) na pesca são tidos dois sistemas de produção que se articulam através de suas forças produtivas, sendo eles o social e o natural. O social pode ser entendido como a divisão e modo do trabalho, e o natural é aquele que se refere às forças produtivas da natureza. Os dois sistemas se realizam articulados e quando o desenvolvimento das forças produtivas sociais for reduzido o homem vive no ritmo das forças produtivas da natureza, e na medida em que as forças produtivas se desenvolvem o homem consegue adquirir um maior controle dos recursos naturais. Um exemplo disso é a aquisição do motor nas embarcações, que permitiu que os pescadores obtivessem uma maior autonomia para se deslocar no ambiente marinho.

A importância da pesca para a comunidade se efetiva para além da questão financeira, em um nível cultural e social, pois a atividade pesqueira é um elemento fundamental para o cotidiano do lugar e determinante para o modo de vida daqueles que lá vivem, pois a pesca está presente na ancestralidade dos moradores da comunidade. Praticamente toda família possui uma embarcação para pescar, aquelas que não possuem utilizam a de algum parente ou parceiro mais próximo, para realizar as pescarias.

A pesca é realizada majoritariamente por homens, embora algumas poucas mulheres também a realiza, muitas mulheres são coletoras de ostras, siris e mariscos. A maior parte dos homens com mais de 22 anos são pescadores de profissão e afirmam que possuem o registro da marinha como pescador profissional, colocando o registro como algo que legitima a atividade pesqueira, e se autodenominando “pescador profissional”.

Muitos afirmam que até tiveram outra profissão na cidade por algum tempo, mas que optaram por voltar a pescar, devido a “liberdade” que a pesca proporciona, em relação à outros trabalhos fixos. Até aqueles que não têm a pesca como primeira profissão, ocasionalmente a realizam para complementar a renda, segundo afirma “E”, 42 anos, pescador profissional, nativo da Ilha:

“[...] Ó cara...eu vivo da pesca, só pesco, pesco por conta mesmo, não é pra empresa. Bom vamos dizer assim, a maioria aqui pesca e até os que não pesca complementa a renda com os pescados, porque é uma coisa de geração né, é uma coisa que tá dentro de você. E outra coisa né, complementar a renda, até você pescar um peixe pro seu consumo, você tá complementando a sua renda, porque ai deixa de gastar com carne ou mistura, aqui é assim, aqui ninguém nem guarda peixe no congelador, quem quer pro consumo dá pra pegar todo dia, quase toda hora [...]”

Sendo assim, os pescadores artesanais se identificam como um grupo possuidor de um modo de vida e de uma profissão, que se realizam mutuamente no cotidiano e com os conhecimentos adquiridos nele. Em muitos casos a presença de um título de pescador profissional é fundamental para um completo reconhecimento entre os pescadores (DIEGUES, 1983), como ressaltado por vários pescadores da Ilha, que se identificavam como pescadores profissionais e não como pescadores artesanais.

Os pescadores afirmavam que o termo ‘pescador artesanal’ era mais recente e de certa forma vago, portanto, que eles eram “profissionais”, com a justificativa de que saberiam pescar até em grandes embarcações industriais. Isso marca uma prática em que o sentido de pertencimento e identidade de pescador se concretiza com a posse da carteira de pescador profissional. O pertencimento que o pescador possui significa que além da dependência dos produtos da pesca, os pescadores também formam um grupo que tem certo conhecimento sobre o ambiente marinho, o que caracteriza uma apropriação real dos meios de produção, que é formado pela unidade da força de trabalho (conhecimento e/ou saber fazer), dos instrumentos de trabalho (forças produtivas sociais) e das forças produtivas da natureza.

Segundo afirmaram alguns pescadores, no “tempo dos antigos” eram os pescadores quem produziam todos os seus instrumentos de trabalho, incluindo até a sua própria embarcação, chamada de “Chatinha” ou “Chata” a remo (Espécie de canoa produzida no princípio de madeira e mais recentemente de fibra). Atualmente somente o pescador mais antigo da comunidade (Seu Mauri, 82) disse produzir a sua própria embarcação de madeira, ele afirma em relação a sua chatinha de madeira: *“Eu prefiro manter a tradição antiga em pé né, aprendi a fazer ela com os antigo, com os mais velho [...]”*.



Fotografia 14 – “Chatinha” de madeira do Seu Mauri (esq.) e ao lado uma de fibras. Foto: Dorival B. Neto, 03/02/2017, 9h50min.

Embora atualmente pouco menos da metade das embarcações são feitas de madeiras, a maioria são de fibras, o que aumenta os custos da embarcação e provoca um relativo afastamento do pescador em relação a um de seus instrumentos de trabalho, fazendo com que necessite um maior dispêndio de capital para que um pescador tenha a posse dos instrumentos de trabalho.

Os instrumentos de captura utilizados pelos pescadores da comunidade são a rede, a tarrafa, o “gerivá” e o pulsar (utilizado para a captura de mariscos). A rede e a tarrafa são mais utilizadas na captura de peixes como a tainha, pescada, parati, robalo, carapeba, corvina, entre outros. O gerivá é utilizado para a captura de camarão branco. Muitos dos camarões brancos pescados são colocados em viveiros feitos por estacas fincados no fundo do rio e um barril com furos para colocar os camarões, que são vendidos aos turistas, chamados pelos pescadores de “paulistas”, que praticam a pesca esportiva e utilizam os camarões brancos como iscas.

São os próprios pescadores que confeccionam os seus instrumentos de pesca, a rede, a tarrafa, o “gerivá”, o pulsar e o “fêrrinho” (utilizado para retirar mariscos). Porém, há a necessidade da compra da matéria prima desses instrumentos, como fios de nylon, e para

comprá-los é necessário que os pescadores se desloquem até algum centro urbano e muitas vezes pagam preços excessivos nos produtos. A posse desses produtos faz-se necessária para realizar a pescaria, aqueles que não os possuem costumam pescar em parceria com outros que possuem os instrumentos.

Sendo assim, Cátia Antônia da Silva (2014, p. 32) afirma que na pesca artesanal

[...] os pescadores atuam em regime de parceria, sem vínculos empregatícios. Esta atividade envolve relações familiares e de solidariedade entre conhecidos dos mesmos sítios. Em geral, os pescadores são donos dos meios de produção: embarcações, apetrechos de pesca, equipamentos (tais como motor, GPS, colete etc.).



Fotografia 15 – “Gerivá” pendurado em uma árvore. Foto: Dorival B. Neto, 31/01/2017, 9h01min.



Fotografia 16 – Redes, instrumentos de pesca e local de embarque e desembarque da pescaria. Foto: Dorival B. Neto, 31/01/2017, 11h03min.

O trabalho em parcerias é uma característica muito marcante e ainda se faz presente entre os pescadores na Ilha Diana, onde a maioria das pescarias é realizada entre parceiros⁵⁴, e assim a divisão do pescado é realizada em quinhão ou partes⁵⁵, como afirma o pescador “E”:

“Aqui pescaria e equipamento é um bem necessário né, não tem como você não ter um barco, barco é meio de locomoção, é tudo, então você tem que ter um barco, uma rede, uma tarrafa e até pra pescar também, mas as vezes acontece de juntar 2 ou 3 e ir pega um peixe para comer, mas quando é pra vender também e tem o cara que o cara quer pescar e sabe uma função muito bem, quer fazer tal coisa, pegar pra vende, mas aí não tem o material adequado, aí você junta, a experiência com o material, aí fica bom, junta e divide os pescados, e aí entra como um aprendiz né, porque um entra com o aprendiz e outro com o equipamento, pode até ser que depois a gente não pesque mais junto, mas aí já ganha o aprendiz né.”

Na fala nota-se também que o trabalho não é contabilizado como custo da produção e nem considerado como mercadoria com um valor de troca, e que o saber-fazer ainda possui um grande valor, tendo o mesmo valor que o dos meios de produção, pois os pescados são divididos proporcionalmente. Então isso indica a presença de uma forma de produção em que a mercadoria ainda não invadiu todos os seus setores, pois o conhecimento não é contabilizado como mercadoria, nem ocorre o trabalho excedente, e nesta forma de produção

⁵⁴ Algumas técnicas como o “gerivá” permitem que a pesca seja realizada em no mínimo duas embarcações.

⁵⁵ A divisão do pescado em quinhão ou em partes é uma das principais características que define a pesca artesanal e a diferencia de outros modos de produção pesqueiros, segundo afirma Diegues (1983, 1995).

ainda está presente a liberdade de escolha das maneiras como será a realização do trabalho pelo pescador.

Outra importante característica do modo de produção pesqueiro artesanal que se apresenta na pesca praticada na Ilha Diana é a sua base produtiva no valor de uso, onde não há o acúmulo de capital, nem um grande desenvolvimento das forças produtivas, e tampouco a exploração da mais valia, pois o trabalho não entra como mercadoria, e o pequeno pescador vive na dependência das forças produtivas da natureza e trabalha sozinho ou com parceiros (DIEGUES, 1983). Daí vem a sua baixa capacidade dos pescadores em produzir excedentes e acumular capital.

Portanto, na pequena pesca ou pesca artesanal não existe a separação do trabalhador em relação a seus meios de produção e seus saberes tradicionais, e qualquer impacto em um desses fatores produz impactos negativos para a pesca artesanal. Em contraponto, na sociedade capitalista a riqueza natural é considerada como matéria prima. A pesca industrial capitalista tem de considerar o pescado somente como matéria prima e atua de um modo a degradar as forças produtivas da natureza, além de haver uma completa separação do trabalhador em relação a seus meios de produção.

Na pesca realizada entre os pescadores da comunidade não aparece um desenvolvimento do capital técnico entre os pescadores (maior posse de barcos e de equipamentos de pesca). Logo, não há casos onde de o pescador que é proprietário dos equipamentos de pesca e/ou da embarcação (mais capital técnico) se apropria da força de trabalho (sobretalho ou trabalho excedente) de outros pescadores, como ocorreu no surgimento das primeiras indústrias de pesca no sul e sudeste do país.

A pesca enquanto meio de subsistência indica um estágio de produção em que o homem e seu trabalho se mistura e se confunde com as condições naturais de produção, onde a riqueza natural é tida como meio de subsistência ou meio de trabalho, o que prova a influência que a pesca exerce na reprodução da vida social das comunidades de pescadores (DIEGUES, 1983).

Portanto, a pesca na Ilha Diana ainda consegue se realizar dentro de uma pequena produção mercantil, e também mantém a autonomia do pescador, liberdade individual esta que talvez seja o que mais marca como a pesca dilui o trabalho no lazer, na diversão e na sociabilidade, participando intensamente do modo de vida do pescador, e assim, mantendo

atual uma característica que Câmara Cascudo (2002, p.50) observará nos pescadores jangadeiros na década de 1950:

O pescador, como vaqueiro, tem na profissão o exercício da liberdade individual. Não está articulado num mecanismo social em que seu esforço se exerça mecanicamente, no ritmo monótono da rotina. Tem o livre direito de escolha do dia de pesca, do caminho, do local, do trabalho, das mudanças na zona dos pesqueiros, do horário em que sua energia se empregará. O solidarismo não anula e antes reforça sua incomprimível personalidade. Daí a obstinação com que defende e julga ser propriedade e uso de sua pessoa, mental e material.

O contato com a cidade, seja para conseguir os instrumentos necessários para a pescaria, seja para exercer outras formas de trabalho, faz com que os pescadores passem a fazer parte da estrutura de classes urbana e a integrarem o meio urbano com os seus valores e seus atrativos, mesmo que como produtores independentes, pois tudo aquilo que está implícito na circulação do pescado se localiza na cidade, como a compra dos instrumentos de pesca e a venda ao atravessador ou comerciante, que compra os pescados para revendê-los por preços muito maiores.

Então, a pesca artesanal é uma atividade em que se manifestam várias temporalidades, pois as técnicas e saberes ancestrais e tradicionais se manifestam juntamente com os utensílios inseridos no mercado moderno, como, por exemplo, o nylon para fazer a rede, as lanternas, o óleo e a gasolina para o motor de popa, etc.



Fotografia 17 – Embarcação a motor pronta para sair pra pescaria. Foto: Dorival B. Neto, 31/01/2017, 9h44min.

O motor de popa é algo também presente na maior parte das embarcações dos pescadores da Ilha Diana, sendo que o remo ainda é bastante utilizado para as pescarias que são feitas em menores distâncias e nos manguezais. O motor de centro é muito pouco usado, porém ainda encontram-se alguns pescadores que o utilizam, principalmente os mais antigos. Embora o alto custo do combustível e do óleo para o motor é algo que muitas vezes impossibilita os pescadores de realizarem a atividade, pois eles alegam que só em uma saída para pescar é gastado quase setenta reais, gasolina e óleo.

Isso demonstra como a pesca artesanal é uma atividade onde mesmo que o pescador seja proprietário do seu meio de produção, é nos meios de produção que se manifesta o conflito de temporalidades do tradicional (marcado pelo conhecimento das artes pesca, transmitido oralmente e pela experiência dos mais velhos e vivência cotidiana) com o moderno (marcado pelo contato e dependência da cidade, por meio do consumo, das instituições burocráticas, da demanda mercadológica, da dependência de um atravessador e do contato com a internet e com outras formas de trabalho) (SILVA, 2014).

Isto, somado com muitos outros problemas como a expropriação dos territórios pesqueiros causada pela instalação de empreendimentos portuários e industriais, faz com que muitas vezes os pescadores julguem outras formas de sobrevivência mais vantajosas e abandonam a pescaria, outros se adaptam e resistem para continuar a pescar, mostrando que a pesca artesanal também está em processo de constante mudança e que envolve a resistência dos que a praticam.

O pescador artesanal vive em extrema dependência dos ciclos naturais, e todo o seu tempo é destinado para a produção de meios de subsistência, sendo assim, há pouca possibilidade de o pescador formar um excedente, isso faz com que não haja diferenciações de classes entre os pescadores artesanais. Soma-se a isso o fato de que muitas vezes os pescadores artesanais ficam impossibilitados de adquirir novos equipamentos de captura e objetos de trabalho, culminando na incapacidade do pescador de utilizar os seus conhecimentos e de explorar o espaço marinho.

Nota-se um distanciamento da Ilha em relação ao modo de vida urbano, e que os caracteriza como uma comunidade tradicional, pois eles vivem na dependência dos ciclos naturais e a pesca artesanal se apresenta como uma atividade em que a mercadoria ainda não invadiu todos os setores, pois a captura do pescado se realiza em formas não capitalistas, pois não há a exploração nem a contabilização do trabalho como valor de troca. Isso garante que a

pesca realizada na Ilha Diana configura uma pesca pertencente a pequena produção mercantil (DIEGUES, 1983).

A pequena produção mercantil pesqueira se articula com outras modalidades, mantendo algumas relações produtivas artesanais subordinadas ao sistema capitalista, é o que acontece quando o pescado é apropriado pelo comerciante ou atravessador, que vende o pescado por 3 ou 4 vezes mais caro do que ele comprou dos pescadores. Toda a circulação do pescado, que faz com que este se torne um valor de troca, inserindo os pescadores em um meio perverso onde atravessadores ou comerciantes que se apropriam do pescado como uma mercadoria, e buscam o lucro máximo, pagando baixos preços pelo aos pescadores e vendendo por um preço muito mais alto nas cidades.

Soma-se a isso a dependência que os moradores possuem em relação aos produtos da cidade, tendo contado com seus atrativos e seus valores, provocando uma aproximação à sociedade urbana que pode fazer com que muitas práticas e costumes tradicionais sejam substituídos por valores e relações de trabalho presentes na sociedade urbana, onde a questão e a condição econômica “prometida” é diferente da vivida na Ilha.

Tabela 3 - Principais pescados e extraídos na Ilha Diana. Elaborada pelo autor, fonte: Trabalho de campo.

Nome popular	Época do ano	Lua	Técnica de captura
Siri	Ano todo, mais frequente de junho a agosto	Cheia e Nova	Pulsar, gancho e rede
Caranguejos (“legítimo” ou uçá, aratu ou “vermelho”, guaiamu ou “azulão”)	Ano todo, mais frequente em novembro e dezembro	Cheia e nova	“Catar” com a mão
Camarão branco	Ano todo, mais de dezembro a março	Cheia e nova	Gerivá ou tarrafa
Marisco ou “bico de ouro”	Ano todo	Quarto (crescente e minguante)	Com a mão ou “ferrinho”
Ostras	Ano todo	-	Retirar com faca ou com a mão do mangue ou de rochas
Parati	Ano todo	-	Rede ou tarrafa
Carapeba	Ano todo, principalmente “tempo quente” (agosto em diante)	-	Rede ou tarrafa
Tainha	Ano todo, principalmente no inverno	-	Rede ou tarrafa
Robalo	Principalmente em tempo quente, agosto em diante	-	Rede ou Tarrafa
Bagre	Ano todo	-	Rede ou tarrafa
Curvina	Ano todo	-	Rede ou tarrafa
Pescada	Ano todo	-	Rede ou tarrafa

3.5 – Um homem roubado nunca se engana: conflitos que envolvem a comunidade e a pesca

Uma vez cortada a floresta virgem, tudo muda. É bem verdade que é possível plantar eucaliptos, essa raça sem-vergonha que cresce depressa, para substituir as velhas árvores seculares que ninguém viu nascer nem plantou. Para certos gostos, fica até mais bonito: todos enfileirados, em permanente posição de sentido, preparados para o corte. E para o lucro. Acima de tudo, vão-se os mistérios, as sombras não penetradas e desconhecidas, os silêncios, os lugares ainda não visitados. O espaço se racionaliza sob a exigência da organização. Os ventos não mais serão cavalgados por espíritos misteriosos, porque todos eles só falarão de cifras, financiamentos e negócios (ALVES, 1981, p.12).

A atividade pesqueira tem sofrido com algumas mudanças negativas que se intensificaram principalmente a partir das últimas décadas do século XX, com a sobrepesca causada pela pesca industrial e com a construção dos grandes empreendimentos portuários, que poluem a água e restringem e limitam a área de pescaria.

A partir da década de 1950 com a expansão da pesca embarcada nas sardinheiras e nas traineiras iniciou-se uma redução em muitos cardumes que chegavam até os rios do entorno da Ilha Diana, pois os barcos de pesca industrial capturavam os cardumes antes que eles pudessem chegar aos locais da pequena pesca. A pesca industrial também causou a sobrepesca, além de fazer com que os pescadores pela falta de alguns peixes passassem a capturar outros menores, intensificando a sobrepesca ocorrida. Esse evento fica claro quando Seu Mauri conta sobre as transformações ocorridas na pesca e relembra os tempos de fartura de pescados:

“Primeira coisa: muito movimento na boca da barra, antigamente tinha poca luz, hoje em dia clareia tudinho, de um lado e de outro é tudo iluminado. Antigamente não, tinha um pouco de luz do lado de lá [lado em que está a orla de Santos], mas do lado de cá não tinha, não tinha cais desse lado, era praia, era tudo praia. E outra coisa, no começo os barco de pesca tinha o sardinheiro e o arrastão, mas o sardinheiro pescava não pescava tainha, pescava sardinha, ele pescava só sardinha. E tinha os barco de linha, os barco de linha era aqueles que pescava de espinhel, espinhel e linha lá fora, era anchova, carapau. E tinha o arrastão, o arrastão botava a rede e ia arrastando até lá, esse também não pegava tainha, mas aí depois descobriro que com a traineira pegava tainha, aí quando tinha um cardume de tainha cercava com a traineira e pronto, já não passava pra cá né, aí foi e parou de chegar tainha até aqui [...] Até 1950, 50 e pouco, tava legal aqui ainda, dava muito peixe, dava muito de cerco, de cerco e de rede né, dava muito peixe, nesse tempo pegava peixe aí adoidado, pegava tainha adoidado. Já chegamo a pegar de tonelada, eu e meu tio, meu tio era pescador antigo né, pegamo de tonelada no cerco, tinha um cerco naquela sacada lá, ali naquela sacada, no manguezal ali, nós morava lá ainda [apontando pro local onde se

instalou a EMBRAPORT] e teve um dia que nós pegamo 2 toneladas, 2 toneladas em 2 dias, a maior pescaria que eu fiz de peixe na minha vida, agora acabo até a nossa liberdade de pescar, a polícia aí, a guarda aí, qué tudo prende a gente aí[...]”

No entorno da Ilha Diana os empreendimentos portuários chegaram por volta da década de 1980, quando se expandiram para o outro lado do canal do porto de Santos, região ocupada por comunidades pesqueiras caiçaras (ROMANI, 2012). Com a ocupação da outra margem do canal por empreendimentos industriais e portuários, foi-se proibindo a pesca em torno desses locais, reduzindo as áreas em que a pesca era praticada. Com isso muitos pesqueiros e “poços”⁵⁶ foram sendo perdidos, pois a pesca ficou proibida de ser realizada nesses locais que passaram a ficar sob intensa fiscalização da guarda portuária e da polícia federal.

O último empreendimento instalado na região portuária teve a sua conclusão em 2013⁵⁷, o do Terminal Embraport (Empresa Brasileira de Terminais Portuários) do grupo COIMEX, ligado ao grupo ODEBRECHT, o empreendimento conta com 653 metros de cais, 207 mil metros quadrados de pátio e capacidade de movimentação anual de 1,2 milhão de TEUs⁵⁸ (TEUS é a unidade de medida utilizada para containers, 1,2 milhão de TEUs é equivalente a um contêiner de 20 pés).

O terminal construído é o maior empreendimento portuário privado do país, e se instalou nas proximidades da comunidade da Ilha Diana, entre os rios Sandi e Diana, na Ilha Barnabé (figura V). A sua instalação ocorreu sobre áreas de manguezais que são cercadas por bancos de sedimentos, onde se formam muitos pesqueiros.

⁵⁶ “Poços” é o nome que os pescadores dão aos lugares para onde os peixes migram e se concentram, principalmente em maré alta e corrente.

⁵⁷ O início da construção do empreendimento foi em 2003, e em 2009 as obras se intensificaram.

⁵⁸ Informação disponível em: <www.embraport.com/a-embraport/quem-somos/> Acesso em: 01/02/2017.



Figura V – Dimensões do Terminal Embraport (A Ilha Diana está no canto superior esquerdo). Disponível em: <<http://www.embraport.com/infraestrutura/dimensoes-do-terminal/>> Acesso em: 30/03/2017.

Alguns moradores afirmaram que o aterro feito no manguezal para a construção do empreendimento aumentou o risco de inundações da Vila, e que quando o mar está de ressaca o nível da água sobe mais do que antes do empreendimento, alagando as casas. Além de impactar negativamente sobre a comunidade da Ilha Diana, através principalmente da pesca, os empreendimentos também impactam diretamente na pesca realizada por outras comunidades, tais como: Conceiçãozinha, Caruara, Vicente de Carvalho, Pouca Farinha, entre outras (ROMANI, 2010).

O principal problema na construção desses empreendimentos na região pesqueira é o fim dos pesqueiros, pois na área do empreendimento a pesca fica proibida, fazendo com que os pescadores pesquem mais em outros pesqueiros, podendo causar a sobrepesca.

Soma-se a isso o fato de que nos pilares que sustentam as grandes construções

formam-se alguns ecossistemas com diversidade e grande quantidade de peixe, pois os pilares atuam como costões rochosos e passam a abrigar uma biodiversidade, então muitas espécies migram para o local, e não podem ser pescadas, como apontado pela fala de três pescadores:

“[...] Mas a diversidade de peixe que tem nas estacas, estruturas gigantes que são o que sustentam as construções, ali tem algas, tem organismos, então o peixe fica ali, e como elas são entrelaçadas, não tem correnteza, então o peixe fica ali esperando o alimento, ele não gasta muita energia e ele tá protegido, porque ali ninguém interfere naquele descanso dele, ele fica abrigado e protegido e então ele não vai sair de lá. Ai pra tu ter uma ideia, tem a EMBRAPORT, você não pode pescar, ILHA BARNABÉ, você não pode pescar, BTT você não pode pescar, que foi construído agora, dá até pra ver os guinchos dele lá olha... em frente a ALEMOA, na ALEMOA, uma área petroquímica, você não pode pescar. Então nessas áreas todas eles restringem a passagem de pescadores e barcos, e tiram a oportunidade de pescar ali, e os peixes ainda entram lá e não querem sair. Desde sempre tem essas coisas aqui, eles constroem as coisas e não deixam pescar perto. Ai sobra o que, as áreas que você pode pescar, mas nessas áreas vem todo mundo pescar, ai acontece o que? Pesca sobre pesca, diminui a quantidade de pescado[...].” (“E”, 42)

“E vão fazer mais um porto aí pra dentro, e agora, entendeu?? Antigamente pesqueiro bom é ali onde fizeram o porto, hoje você não pode mais nem passar ali, então não é a pesca que tá cabando não, é que tão cabando com a pesca.” (“C”, 56).

“Se vié esse outro porto aí acaba a pesca, aí acaba tudo... O cumpadi falo certo, ali era um lugar tão bom, ali dava siri, peixe, camarão, peixe de tudo quanto era qualidade dava ali...” (“M”, 82).

Como visto nas falas, os pescadores têm afirmado que outro grande empreendimento está em processo de construção, o Santorini Terminais e Armazéns Gerais (do Grupo Empresa Brasileira de Terminais e Armazéns Gerais). As obras ainda não começaram, mas a instalação já possui licença prévia e o processo está sendo regularizado pela companhia estatal Docas, que administra o porto de Santos. Também já foram feitas visitas de funcionários à Ilha Diana, bem como alguns pescadores já compareceram em reunião para o convencimento da comunidade para que instalação da empresa seja menos conflituosa.

A instalação desse novo terminal será também na Ilha Barnabé, na região de manguezal que ainda não é ocupada por empreendimentos, portanto ainda é uma das principais regiões de pesca para os pescadores da Ilha Diana. Segundo afirmaram os pescadores, as pessoas representantes da empresa já realizaram visitas à Ilha para apresentar a proposta aos moradores, e o discurso é o mesmo utilizado em outros casos, no qual os representantes aparecem e prometem empregos no terminal para os habitantes da Ilha, os convencendo que o empreendimento será vantajoso e trará benefícios para a comunidade. A

mesma situação ocorreu na construção do Terminal Embraport, segundo afirma Seu Mauri:

“[...] aquele porto aí, aquele porto teve um balaio de gato, meio ambiente não queria deixar e bábábabá bababá bababá, aí então jogaro em cima da Ilha, se o pessoal da Ilha concorda sai, se não concorda não sai. Ai aconteceu o seguinte, todo mundo pescador, fizéro reunião aí e falaro que ia emprega todo mundo, os filho, quem quiser, e bábábá. E aí quando teve que trabaia pra roçá, aí foi trabaio pra todo mundo...no pior todo mundo teve lugar. Quando começo modifica, só quem tem curso disso, curso daquilo e sei lá o que, aí foi embora todo mundo, hoje tem 1 ou 2 trabalhando lá só. ”

Isso demonstra como o patrimônio natural brasileiro vai sendo exaurido, sem que seja feito algo que possa reparar minimamente os danos que são causados, além de o Estado brasileiro impor prioridades em ações que podem vir a gerar renda e empregos, sempre para uma classe recortada, mas que causam uma grande degradação ambiental e social, pois afetam uma população que raramente será ressarcida dos danos sofridos. Sendo assim, o planejamento ambiental no Brasil, para Moraes (1999, p.49) “[...] impõem prioridades de ação (como a geração de renda em emprego) que muitas vezes estimulam os próprios vetores de expansão e exploração inadequados [...]”.

O conflito da pesca artesanal com as empresas que se instalam na região portuária ocorre pela instalação de um empreendimento na área portuária, o que causa a perda dos pesqueiros e poluição das águas. Isso resulta na destruição das forças produtivas naturais e consequentemente sociais, que impede e dificulta a reprodução da pesca artesanal por meio da sobrepesca e da perda ou separação dos instrumentos de trabalho e dos pesqueiros.

A destruição das forças produtivas da natureza em ecossistemas aquáticos extremamente produtivos, como os lagunares e estuarinos, atinge primordialmente os pequenos pescadores, os quais, dados os equipamentos relativamente pouco predatórios e embarcações de pequena autonomia que empregam, tiram daí os seus meios de subsistência. Na medida em que inúmeras espécies de pescado têm nas lagunas e estuários o seu ambiente de reprodução, a sobrepesca aí exercida causa uma diminuição da produtividade global do oceano (DIEGUES, 1983, p. 83).

Há também outras restrições por parte de órgãos como a Marinha e o IBAMA, que não permitem o uso de alguns instrumentos e nem a pesca de determinadas espécies que entram no período do defeso ou sofrem alguma outra restrição, havendo uma intensa fiscalização por parte desses órgãos.

No “tempo dos antigo” praticava-se muito a pesca de cerco, marcada pela facilidade e pelo grande número de pescados capturados, esse tipo de pesca passou a ser dificultado após o IBAMA proibir o desmatamento do manguezal da região (embora para a instalação dos

empreendimentos são desmatados e aterrados inúmeros manguezais), pois a região trata-se de uma APA (Área de Proteção Ambiental), criada com o discurso de proteger a fauna e flora. Porém a APA está em uma região de expansão industrial e portuária, com intenso tráfego e fundeio de navios, portanto a criação da APA impossibilitou a extração de madeira do manguezal⁵⁹, dificultando a construção dos cercos.

Os argumentos da criação de unidades de preservação remetem aos problemas, tais como extinção de espécies, poluição, pesca predatória, dentre outros. Trata-se de argumentação genérica e punitiva e muito pouco educativa, que insere todos os níveis de pescadores numa mesma situação de agentes responsáveis pela destruição ao meio ambiente (SILVA, 2015, p.100).

Sendo assim, a criação da APA também reduziu as possibilidades de realização da pesca em detrimento de uma degradação que não é praticada pelos pescadores artesanais, que tem um modo de produção que respeita os ciclos naturais de reprodução das espécies, que teve seus maiores impactos causadas por atividades externas (pesca industrial predatória e atividade portuária e industrial), como ressaltado por muitos pescadores.

Portanto, os pescadores da Ilha Diana possuem uma dependência dos ecossistemas naturais, que tem sofrido com os impactos causados pela sociedade moderna urbano-industrial, que é a principal responsável pelo empobrecimento biológico e degradação ambiental, como afirma Sueli Ângelo (1990, p. 62):

As comunidades de pescadores artesanais, por exemplo, vivem numa economia cuja (re) produção depende intrinsecamente do conhecimento dos ciclos, leis e movimentos da natureza. [...] A sociedade industrial, moderna e tecnológica, por outro lado, tem sido incapaz de conter o empobrecimento biológico e garantir a renovabilidade dos recursos [...] os ecossistemas litorâneos encontram-se, em grande medida degradados pela poluição, pesca predatória e especulação imobiliária.

Outra dificuldade para a realização da pesca, como falado por muitos, é os altos preços pagos pelos instrumentos de trabalho, o nylon, o chumbo, óleo, gasolina e o motor, que muitas vezes faz com que os pescados não cubram os gastos empregados na captura, com a gasolina e o óleo do motor.

Com o passar do tempo e o aumento da atividade portuária e conseqüentemente aumento da degradação do ambiente marinho a pesca realizada pelos pescadores da Ilha Diana passou a ser mais impactada, devido à degradação ambiental da região e conseqüente

⁵⁹ O “mangue bravo” e o “mangue manso” eram as árvores mais utilizadas para a extração de madeira voltada à construção dos cercos.

empobrecimento biológico, o que fez com que muitos pescadores abandonassem a atividade em busca de outros empregos.

Soma-se a isso todo o processo de expropriação sofrido com a redução dos pesqueiros que ocorreu a partir da década de 1950 causado pela a pesca industrial predatória. O conflito socioambiental mais recente é causado pela atividade portuária, que se intensificou principalmente durante as décadas de 1970, 1990 e 2000. Porém, em meio a todos esses impactos causados primeiramente pelas empresas pesqueiras e posteriormente e em um momento mais atual, pelas empresas, muitos ainda resistem e continuam a praticar a pequena pesca.

Outro problema fruto da instalação dos empreendimentos portuários são os aterros que são realizados nos manguezais, para que eles possam se instalar o que causa a redução de um ecossistema fundamental para o desenvolvimento de muitas espécies de animais e vegetais. Com a instalação do empreendimento na região portuária ocorre também a proibição da pesca no local que antes servia de pesqueiro e passa a ser ocupado pelo empreendimento, assim os pescadores são expropriados de muitos pesqueiros.

A região portuária é tida pelo Estado como um “fundo territorial” (MORAES, 1999, p.45), um espaço que se valoriza e desvaloriza conforme são definidas e redefinidas as matrizes produtivas. O Estado cumpre o papel de guardar os fundos territoriais e garantir a integridade do território para os momentos em que as matrizes produtivas são redefinidas, estimulando ou contendo fluxos, direcionando explorações e intensificando ou estagnando atividades. Isso demonstra como a lógica colonial revive na própria construção do Brasil, pois ocorre a necessidade de uma contínua acumulação primitiva, tendo como alvo as “novas” terras (MORAES, 1999).

Assim, as frentes pioneiras se avançam sobre esses fundos territoriais, em que o Estado aparece como um gestor do território por meio da regulação e distribuição da ocupação da região portuária e da dotação de infraestrutura para a instalação dos empreendimentos, o que é realizado sob processos de espoliação e subordinação da população. Portanto, o objeto da ação do Estado é o território e não a população, que é vista apenas como um atributo do lugar (MORAES, 1999).

Uma ótica espoliativa domina a relação da sociedade com o meio no Brasil, a qual se expressa com clareza no ritmo e na forma com que avançam as “frentes pioneiras” na história do país, deixando ambientes degradados em suas retaguardas [...] O papel do Estado é, portanto, o de viabilizador da

conquista, de indutor do povoamento das terras, de dotador de equipamentos, de gestor na ocupação do solo. E, principalmente, de guardião dos fundos territoriais e garantidor da integridade do território [...] A ação governamental é pensada como geográfica por excelência (MORAES, 1999, p. 45).

O conflito mais recente causado pela instalação dos empreendimentos ligados ao porto causa impactos diretos como o aterramento e destruição do manguezal (que está em uma APA) e a poluição das águas, pois muitos empreendimentos portuários são depósitos de produtos químicos tóxicos. Outra consequência é que os pescadores têm muitos de seus pesqueiros expropriados com a ocupação do manguezal.

Isso demonstra que o espaço necessário para a reprodução econômica, social e cultural da Ilha Diana vai para além do território ocupado pela própria comunidade e suas habitações, pois envolve os territórios pesqueiros, ou seja, toda a região de rios, lagunas e estuários em que se pratica a pesca. Porém a parte da região que ainda não é ocupada, e que permite aos pescadores terem acesso a alguns pesqueiros, trata-se de um fundo territorial, portanto o espaço está destinado a ser ocupado por outros empreendimentos, que virão a se instalar e com certeza causará impactos à todo o ecossistema da região, e aos pescadores e suas famílias que dependem do ambiente natural para a sua subsistência. O Estado, que tem políticas como a PNPCT que “garantem” o direito ao território necessário para a reprodução da vida social, cultural e econômica de comunidades tradicionais, nesses momentos prefere por garantir a chegada de empreendimentos de empresas privadas do que aos direitos das populações tradicionais brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: E QUANTO MAIS MISÉRIA TEM MAIS URUBU AMEAÇA

Durante muito tempo o mar foi tratado como uma realidade puramente física e biológica, como se fosse povoado somente por peixes e outros animais, e fosse algo distante da vida humana. A ciência e o Estado ignoraram os “povos dos mares”, que mantêm um modo de vida em que o mar tem um papel fundamental, pois é um elemento determinante de toda a sua cultura, além de ser dotado de toda uma simbologia, presente no cotidiano desses “povos dos mares”.

Esses povos possuem um corpo de conhecimento prático adquirido pela sua vivência no mar, por vivenciar e estarem imersos em seus fenômenos físicos e biológicos, como os ventos, as marés, o ciclo de reprodução dos animais, a navegação, entre outros conhecimentos, chamados de tradicionais, que ainda hoje são ignorados por uma parte da ciência, bem como são vistos por um lado idílico e desprezados por boa parte da sociedade, principalmente com o advento de tecnologias que tentam entender a dinâmica dos oceanos, dos peixes etc. O conhecimento acumulado sobre o mar é fruto de uma relação do homem com a natureza, que vêm do início da espécie humana, pois foi e é pelo mar que muitas sociedades conseguem garantir a reprodução do seu modo de vida, a continuidade de sua cultura, de seus saberes e de suas práticas. Esse acúmulo de conhecimento resultou em um domínio nas artes da navegação e da pesca, que é transmitido por gerações e presente em diversas sociedades no Brasil e no mundo.

Portanto, a pesca é um elemento de fundamental importância para compreendermos o modo de vida desses “povos dos mares”, bem como a sua relação com o território, que, para esses povos, é terrestre e também marítimo. Porém com o advento da sociedade urbano-industrial e com a chegada da modernidade, principalmente após meados do século XX, o modo de vida e os saberes dessas sociedades que vivem do mar e da pesca, têm sido colocados em ameaça pela expansão urbana, criação de áreas naturais protegidas, expansão de indústrias químicas e petroquímicas, criação e expansão de áreas portuárias e a especulação imobiliária, além de outros empreendimentos. Esses fatores, muitas vezes além de prejudicar o ambiente em que essas sociedades realizam funções fundamentais para sua sobrevivência, como a pesca, dificultam a reprodução do seu modo de vida.

Com a chegada da tecnologia e da modernização os saberes tradicionais, a apropriação social, cultural e econômica do mar é colocada em ameaça, levando muitas vezes

ao fim dessas sociedades tradicionais, que têm a sua identidade perdida, e, muitas vezes, deixam de se considerarem caiçaras ou jangadeiros, entre outras culturas tradicionais. Quando isso acontece, são perdidos conhecimentos e práticas que possuem uma relação mais direta e mais íntima com a natureza, que hoje na sociedade é muito rara, portanto, deve ser preservada e mantida.

Frente a isso, verifica-se que principalmente no meio acadêmico científico, em destaque nas ciências geográficas, a pesca não tem recebido todo o destaque e a importância, visto que a maioria dos trabalhos em ciências humanas sobre o tema são na área de sociologia e antropologia, e que entre os trabalhos sobre os caiçaras e a pesca, a Baixada Santista está entre os lugares com o menor número de trabalhos (ADAMS, 2000).

Outro fator que colaborou com a exclusão da pesca no universo científico e com a marginalização e visões preconceituosas para com as comunidades pesqueiras foi a visão preservacionista, em que qualquer intervenção do homem no mar é vista como um elemento degradante e que colocaria em ameaça a “dinâmica natural” dos ecossistemas, tornando-os ameaçados pela interferência humana, pois o oceano seria o último ambiente ainda não degradado pelo homem. Nas ciências humanas, e mais específico nas sociais, o estudo de sociedades que vivem com relação mais estreita com o mar foi incluso no estudo de um “mundo rural”, considerando essas sociedades somente como camponeses ou assalariados marítimos, ignorando toda a especificidade e particularidade que cada comunidade possui (DIEGUES, 1995).

Por meio desta pesquisa, foi apresentado como a pesca pode ajudar a refletir a relação entre o ser e o mundo, a reprodução social do espaço e a resistência de povos e de lugares, pois as dificuldades dos pescadores envolvem uma relação entre sociedade, território, espaço, tempo e o Estado. E que este trabalho possa também servir como um documento que guarda em si narrativas e experiências de vidas, sendo um registro da resistência e da história de um lugar e de um povo, bem como um indicador de seus direitos e do valor da cultura e do conhecimento tradicional para melhor discutirmos a realidade do território e da sociedade no Brasil, e que sirva para aqueles que segundo Antonio Candido (2010, p.13):

[...] acham que a reforma das condições de vida do homem brasileiro no campo não deve ser baseada apenas em enunciados políticos, ou em investigações especializadas economicamente e agrônomicamente; mas também no estudo de sua cultura e da sua sociabilidade.

Sendo assim, a partir do estudo de caso realizado na comunidade caiçara da Ilha

Diana, por meio de entrevistas e revisão bibliográfica, foi possível identificar os conflitos ocorridos durante toda a história da comunidade, que tiveram como principal agente o Estado e as empresas privadas atuando sobre o espaço, por meio de políticas territoriais. A comunidade já foi formada sendo resultado de uma expropriação determinada pela Marinha do Brasil, que realocou os pescadores de outra região para a comunidade da Ilha Diana, na época (década de 1930) desocupada.

Após a ocupação do território e formação da comunidade por famílias de pescadores, foi possível observar a intensificação de conflitos principalmente após a década de 1970, pela expansão da atividade portuária e industrial na região, que causam a expropriação dos pesqueiros e a poluição das águas. Esses dois fatores foram apontados pelos pescadores como as principais causas que reduzem os pescados e impactam diretamente na atividade pesqueira do local. Com o enfraquecimento da pesca, muitos moradores abandonam a atividade em busca de outros trabalhos no porto ou na cidade, o que causa uma mudança no modo de vida e no cotidiano dos indivíduos da comunidade.

O modo como ocorreu e ocorre a expansão portuária em Santos demonstra como o Brasil é um país formado pela conquista de espaços, em que a apropriação territorial é utilizada para satisfazer aos interesses e as alianças políticas do Estado e das oligarquias. Sendo assim, nos processos sociais e na vida política a geografia aparece como determinante das estruturas e práticas históricas e o Estado aparece antes de tudo como um organizador do espaço e gestor do território, por isso suas práticas se manifestam principalmente nas políticas territoriais onde o país é visto como um espaço a ser conquistado e controlado por meio das frentes pioneiras e dos fundos territoriais. O território é o alvo das políticas públicas e não a população, e o fazer política é baseado nas formas e modos de valorização dos lugares (MORAES, 1999).

O mote colonial da conquista repõe-se cotidianamente na prática estatal. O território, e não o povo, sendo o alvo prioritário das políticas públicas. E a geografia toma sentido como inventário de recursos, como descrição dos lugares, como orientação dos planos de governo (MORAES, 1999, p.44).

Com a intensificação dos conflitos sócio ambientais na comunidade da Ilha Diana, muitos pescadores e moradores perceberam a ameaça de expropriação de suas terras e os impactos causados pela expropriação dos pesqueiros, e por isso houve uma retomada e uma revalorização dos costumes da cultura caiçara como forma de resistência aos conflitos que a comunidade está inserida. Sendo assim, a retomada da tradição cultural caiçara local está

diretamente ligada à luta política que a Ilha Diana vive em busca da manutenção e regularização da posse de seu território e das moradias frente à ameaça de expulsão e à expropriação de seus territórios pesqueiros devido à expansão da atividade portuária.

Portanto, esse resgate cultural não se trata de um retorno a um modo de vida relacionado com a herança étnica ou com a atividade econômica, mas sim a um contexto político em que a descaracterização cultural colocou e coloca em risco a reprodução social da comunidade. E esta retomada e ressignificação das tradições culturais ocorrem de maneira única, pois a cultura, sendo algo dinâmico, não poderia se encontrar com as mesmas características de 40 ou 50 anos atrás.

REFERÊNCIAS:

ADAMS, Cristina. **Caíças na mata atlântica, Pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000, 337 p.

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez, 1981. 91p.

ÂNGELO, Sueli. Picinguaba: Três décadas numa vila de pescadores do Litoral Norte do Estado de São Paulo. **Boletim paulista de geografia**. São Paulo, n.69, p.61-73. 1990.

BRASIL, Constituição (1824). Decreto nº 447, de 19 de maio de 1846. **Manda por em execução o Regulamento para as Capitanias dos portos**. Publicação original disponível em: <http://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-32/Legimp-32_10.pdf#page=5> Acesso em: 07/12/2016.

BRASIL, Constituição (1824). Decreto nº 876, de 10 de setembro de 1856. **Autoriza o Governo a promover a incorporação de Companhias para pesca, salga e seca de peixe no litoral e rios do Império**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-876-10-setembro-1856-570992-publicacaooriginal-94088-pl.html>> Acesso em: 07/12/2016.

BRASIL, Constituição (1824). Decreto nº 8.338 de 17 de dezembro de 1881. **Autoriza o governo imperial a incorporar companhias de pesca**. Publicação original disponível em: <<http://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/Conteudo/Colecoes/Legislacao/leis1881v2/pdf-57.pdf#page=6>> Acesso em: 07/12/2016.

BRASIL, Constituição (1891). Decreto nº 9.069, de 25 de outubro de 1911. **Concede autorização à Companhia Brasileira de Pescarias para funcionar na Republica**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9069-25-outubro-1911-504397-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 07/12/2016.

BRASIL, Constituição (1891). Lei nº 2.544, de 4 de janeiro de 1912. **Fixa a despesa geral para o ano de 1912**. Publicação original disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-2544-4-janeiro-1912-577457-anexo-pl.pdf>> Acesso em: 07/12/2016.

BRASIL, Constituição (1891). Decreto nº 9. 672, de 17 de julho de 1912. **Cria a Inspeção de Pesca e aprova o respectivo regulamento**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9672-17-julho-1912-524046-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 08/12/2016.

BRASIL, Constituição (1937). Decreto-Lei nº 794, de 19 de outubro de 1938. **Aprova e baixa o Código de Pesca**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-794-19-outubro-1938-350346-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 08/12/2016.

BRASIL, Constituição (1967). Decreto-Lei nº 221 de 1967. **Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0221.htm> Acesso em: 08/12/2016.

BRASIL, Constituição (1988). Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003. **Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso**. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/6207.pdf>> Acesso em:

06/12/2016.

BRASIL, Constituição (1988). Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm> Acesso em: 09/12/2016.

BRASIL, Constituição (1988). Decreto nº6040 de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e comunidades tradicionais.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 14/02/2017.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito:** Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010. 335 p.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Jangada:** Uma pesquisa Etnográfica. 2 ed. São Paulo: Global Editora, 2002. 170p.

CASTRO, Josué de. **Homens e caranguejos.** 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968. 177p.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. Aspectos Sócio-Culturais e políticos do uso da água. **Plano Nacional de recursos hídricos-Ministério do Meio Ambiente.** São Paulo: NUPAUP-USP, 2005. p. 1-15.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Diversidade Biológica e Culturas Tradicionais Litorâneas: O caso das comunidades caiçaras.** São Paulo: Série documentos e relatórios de pesquisa nº5. NUPAUP-USP, 1988. 37p.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983. 287 p.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Povos e mares: Leituras em sócio-anthropologia marítima.** São Paulo: NUPAUP-USP, 1995. 269 p.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** São Paulo/Brasília: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001. 176p.

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2007. 300 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas:** Espaço, Cultura e Política no Brasil. 5ed. São Paulo: Annablume, 2005. 156p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre formação territorial e políticas ambientais no Brasil. **Revista território.** Ano IV, nº7, p.43-50, jul/dez. 1999.

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. SILVA, Vera Lúcia da. O processo de Industrialização do Setor Pesqueiro e a Desestruturação da Pesca Artesanal no Brasil a partir do Código de Pesca de 1967. **Sequência.** v.65, n.33, p.329-357, dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2012v33n65p329>> Acesso em: 09/12/2016.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades.** In.: La Guerra Infinita: Hegemonia y terror mundial. Buenos

Aires: CLACSO, 2002, p.217-256. Disponível em:
<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101018013328/11porto.pdf>> Acesso em:
16/02/2016

RESENDE, Alberto Toledo. A origem da institucionalidade da pesca artesanal. *In.*: SILVA, Catia Antonia (org.) **Pesca Artesanal e produção do espaço**; Desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p.43-67.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**; A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia de Bolso, 2015. 435 p.

ROMANI, Carlo. Comunidades caiçaras e expansão portuária em Santos - uma Análise histórica do conflito. **Revista Científica Integrada**. v.1, n.1, sem paginação. UNAERP: Campus Guarujá. 2010. Disponível em: <<http://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-anteriores/edicao-n-1-2014/1453-126-400-1-sm/file>> Acesso em: 16/01/2017.

ROMANI, Carlo. O discurso cultural e ambientalista das comunidades de pescadores caiçaras na luta pela terra: uma análise histórica do conflito ambiental no canal de Bertiooga, na Baixada Santista. **História oral**. v.14, n.2 e v.15, n.1, p.35-66, jul.-dez. 2011/jan.-jun. 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/2082972/O_discurso_cultural_e_ambientalista_das_comunidades_de_pescadores_cai%C3%A7aras_na_luta_pela_terra_uma_an%C3%A1lise_hist%C3%B3rica_do_conflito_ambiental_no_canal_de_Bertiooga_na_Baixada_Santista> Acesso em: 13/01/2017.

RECLUS, Élisée. **O homem e a terra**. São Paulo: Intermezzo editorial, 2015. 430 p.

SILVA, Catia Antonia da. Economia da pesca artesanal na metrópole do Rio de Janeiro: desafios de método. *In.*: SILVA, Catia Antonia (org.) **Pesca Artesanal e produção do espaço**; Desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p.27-40.

SILVA, Catia Antonia da. **Política pública e território**; Passado e presente na efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 115p.

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**: Primeiros registros sobre o Brasil. Porto Alegre: L&PM, 2013. 181p.

SUZUKI, Júlio César. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. **Espaço & Geografia**, v.16, n.2, p.627-640, 2013.

ZERO QUARTO, Fred. **Caranguejos com Cérebro** (manifesto). 1992, sem página, arquivo digital. Disponível em:
<<http://projetoautonomiaemcepag.xpg.uol.com.br/Caranguejos%20Com%20C%C3%A9rebro.pdf>> Acesso em: 28/02/2017.

Zoneamento Econômico e Ecológico da Baixada Santista (Fonte digital). Disponível em:
<<http://www.ambiente.sp.gov.br/cpla/zoneamento/zoneamento-ecologico-economico/baixada-santista/>> Acesso em: 20/01/2017.